



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO EM LETRAS

Campus I – Prédio B3, sala 106 – Bairro São José – Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS

Fone (54) 316-8341 – Fax (54) 316-8125 – E-mail: mestradoletras@upf.br

Lucas Frederico Andrade de Paula

**O DISCURSO APOCALÍPTICO DE FIM DOS TEMPOS:
ANÁLISE DA ESPESSURA SEMÂNTICA E DAS
RELAÇÕES DE CONTRADIÇÃO NOS
DESDOBRAMENTOS DE MEMÓRIA**

Passo Fundo

2014

Lucas Frederico Andrade de Paula

O DISCURSO APOCALÍPTICO DE FIM DOS TEMPOS:
ANÁLISE DA ESPESSURA SEMÂNTICA E DAS
RELAÇÕES DE CONTRADIÇÃO NOS
DESDOBRAMENTOS DE MEMÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade de Passo Fundo (UPF), como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, sob a orientação da Professora Doutora Carme Regina Schons.

Passo Fundo

2014

Aos homens sem qualidades.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de agradecer às pessoas que fizeram parte de minha trajetória, direta ou indiretamente, até o mestrado acadêmico.

Primeiramente, gostaria de agradecer de forma especial a meus pais e à minha irmã, pelo apoio que obtive durante toda a vida e que, sem exceções, guiou meus passos na medida em que minhas escolhas se desenvolviam.

Aos meus amigos em geral, pelo privilégio de fazer parte de um grupo tão querido e seletivo, que tanto me faz bem.

À minha banda de rock clássico, por tudo o que veio e que ainda virá.

À Jô, pela paciência e amorosa companhia.

Ao casal Débora e Ezequiel, que tornaram possível minha continuidade nos estudos, tanto no plano prático quanto no teórico.

Ao Déco, pela nossa edificante amizade.

Às professoras Telisa Furlanetto Graeff (UPF) e Elizabeth Fontoura Dorneles (Unicruz), pela leitura e avaliação do trabalho.

Aos professores da UPF que participaram de minha jornada, em especial à minha orientadora Carme R. Schons, pela qual alimento um profundo respeito em seu papel de professora e com quem estabeleci, de forma imediata, pelo poder da identificação, uma grande amizade.

*Pouco se aprende com a experiência alheia.
Mas na vida do homem, por mais cheia,
O mesmo tempo não retorna nunca. Rente,
Corte o cordão, solte as escamas. Pois somente
O tolo, apegado à tolice pode pensar
Que faz girar a roda em que ele gira.*

T.S. Eliot

RESUMO

Esta dissertação examina o funcionamento da repetição e das relações de contradição no enunciado *fim dos tempos*, focalizando os desdobramentos de memória, as designações e determinações e as noções estudadas na Análise de Discurso (AD) de tradição pecheutiana. Trata-se, especificamente, de uma análise de alguns recortes da obra *Vivendo no fim dos tempos*, do filósofo esloveno Slavoj Žižek, a fim de explorar sua espessura semântica. Consoante ao aporte teórico de Michel Pêcheux (1975), a pesquisa abarca a questão *apocalíptica* de que o enunciado é *constituído*, cujos gestos de leitura possibilitam a análise da posição-sujeito diante de temas como política, história, sistema. O livro de Žižek, que serviu de base para o recorte discursivo, tem sua atualidade marcada por problematizações filosóficas contemporâneas. O enunciado emerge em diferentes reflexões do autor sobre crises do sistema, o que configura a singularidade de nossa investigação, uma vez que ela se apoia sobre o político e, justamente por isso, é de intervenção política, porque representa um fazer científico passível de intervenções sociais. No trabalho de descrição e interpretação dos processos discursivos, ou seja, no trabalho de leitura, leva-se em conta a desconstrução da estabilidade dos sentidos esperada pelo sujeito-autor, desconstrução esta em relação aos desafios metodológicos para as práticas de leitura numa dimensão histórico-social em que ocorrem os saberes próprios aos lugares sociais em que o sujeito-leitor está inscrito. Referir-se à espessura semântica de um enunciado significa partir de uma perspectiva materialista da língua, ou seja, levar em conta as condições de produção no âmbito linguístico. A disciplina de entremeio, que pressupõe um sujeito atravessado pela história/ideologia, juntamente com sua linguagem, constrói um aparato teórico de análise de um enunciado no jogo entre a repetição e a atualização. A semântica do dizer, nessa instância teórica, com sua espessura demarcada pela materialidade linguística, é refletida em outros discursos. Por isso o *fim dos tempos* é representado entre a paráfrase e a polissemia. Enuncia-se o *fim* de diversas perspectivas, em diferentes condições de produção. A exploração desses efeitos de sentido pela pesquisa configura a justificativa em compreender de qual *fim dos tempos* se trata. Portanto, a crítica de Pêcheux à linguística estrutural está no apagamento do sujeito ideológico. O autor entende que, para seguir no rumo da compreensão, no seio das grandes questões teóricas que emergiram do materialismo, é preciso unificar língua, sujeito, história e ideologia. Contudo, essa unificação não se dá de forma fechada, objetiva, mas de uma reflexão sobre a língua que se baseia na pressuposição dessas disciplinas para o estudo do objeto discurso. Isso significa que o autor trouxe à tradição linguística o atravessamento ideológico do sujeito e sua enunciação baseada em relações de poder. Em outras palavras, nosso aporte teórico não se limita à intertextualidade, mas busca relações com a exterioridade – com o mundo contraditório.

Palavras-chave: Enunciado, espessura semântica, repetição, relações de contradição, memória discursiva.

RÉSUMÉ

Cette dissertation examine le fonctionnement de la répétition et des relations de contradiction dans l'énoncé fin des temps, avec une attention particulière portée au déroulement de mémoire, les désignations et les déterminations, quelques notions étudiées par l'Analyse du Discours de Michel Pêcheux. Spécifiquement, c'est une analyse de quelques découpes de l'oeuvre *Vivre la fin des temps*, écrit pour le philosophe slovène Slavoj Žižek. L'objectif est d'explorer l'épaisseur sémantique de l'oeuvre. Selon la théorie de Michel Pêcheux (1975), la recherche appréhende la question apocalyptique qui constitue l'énoncé, dont les gestes de lecture permettent d'effectuer des analyses sur la position du sujet devant des thèmes comme la politique, l'histoire, le système. Le livre de Žižek a son actualité marquée par des problématisations philosophiques contemporaines. L'énoncé apparaît en différentes réflexions de l'auteur sur des crises du système qui sont la singularité de notre investigation, puisqu'elle s'appuie sur des questions politiques et, justement pour cela, c'est une intervention politique parce que l'investigation fait ici représenter un savoir-faire scientifique susceptible d'interventions sociales. Parmi la lecture, on considère la déconstruction de la stabilité des sens que le sujet auteur espère. Cette déconstruction est liée aux défis méthodologiques pour les pratiques de lecture dans une dimension historique et sociale où les savoirs de places sociales dont le sujet auteur est inscrit se déroulent. Se référer à l'épaisseur sémantique d'un énoncé signifie partir d'une perspective matérialiste de la langue, ça veut dire, prendre en considération les conditions de production dans le linguistique. La matière d'entaille, qui présuppose un sujet traversé par l'histoire ou l'idéologie avec son langage, construit un appareil théorique d'analyse d'un énoncé dans un jeu entre répétition et actualisation. La sémantique du dire, dans cette théorie, avec son épaisseur délimitée par la matérialité linguistique, se reflète dans autres discours. La fin des temps est, alors, représentée entre la paraphrase et la polysémie. La fin est énoncée en différentes perspectives, en différentes conditions de production. L'exploitation de ces effets de sens est la raison parmi laquelle on peut comprendre la fin des temps. Donc, la critique de Pêcheux à la linguistique structurelle est liée à l'effacement du sujet idéologique. L'auteur comprend que pour continuer la compréhension, dans les grandes questions théoriques provenant du matérialisme, c'est nécessaire unifier langue, sujet, histoire et idéologie. Toutefois, cette unification ne se déroule pas de manière fermée, objective, mais, à partir d'une réflexion sur la langue qui s'appuie sur l'utilisation de ces matières pour étudier l'objet du discours. Cela signifie que l'auteur a porté à la tradition linguistique le traversement idéologique du sujet et son énonciation basée sur des relations de pouvoir. D'autre façon, notre appareil théorique n'est pas limité à l'intertextualité, mais cherche des relations avec l'extériorité – avec le monde contradictoire.

Mots clés: Énoncé, Épaisseur sémantique, Répétition, Relations de contradiction, mémoire discursive.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Organograma da distribuição dos capítulos e temas.....	25
Quadro-síntese 1- Os quatro cavaleiros do apocalipse e as relações de produção	49
Quadro-síntese 2- A negação no interior da FDS.....	54
Quadro-síntese 3- Configuração da posição-sujeito.....	65
Quadro-síntese 4- Sequências discursivas do Recorte I	76
Quadro-síntese 5- Estruturação da análise dos Recortes discursivos e questões teórico- metodológicas	80
Figura 2 - Capa do livro - edição brasileira, pela Boitempo.....	89
Quadro-síntese 6- Funcionamento da determinação na filiação de sentidos do apocalipse.....	92
Quadro-síntese 7- Funcionamento da ordem da determinação dos sentidos.....	93
Quadro-síntese 8- Processo discursivo da FDS e relações de antagonismo.....	105
Quadro-síntese 9 - Divisão do que o autor chama de “ponto zero apocalíptico”	113
Quadro-síntese 10 - Saberes pressupostos pela FD	114

LISTA DE SIGLAS

AAD	Análise Automática do Discurso
AD	Análise do Discurso
AIE	Aparelhos Ideológicos de Estado
CP	Condições de produção
FD	Formação discursiva
FDS	Formação discursiva socialista
FI	Formação ideológica
SD	Sequência discursiva
SDR	Sequência discursiva de referência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 OBJETO DE INVESTIGAÇÃO E PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	15
1.1 A relação teoria-prática	25
1.1.1 Língua, sujeito e história	32
1.2 A cultura apocalíptica	42
1.2.1 Sobredeterminação do divino no discurso do fim.....	45
1.2.2 O “Fim da história”	68
2 DO FIM APOCALÍPTICO ÀS RELAÇÕES DE PARÁFRASE, DE CONTRADIÇÃO E DESDOBRAMENTOS DE MEMÓRIA	78
2.1 Sentidos e memórias que se (re)formulam	80
2.2 As camadas de fim dos tempos	86
2.3 Determinação discursiva e relações parafrásticas	91
2.3.1 Heterogeneidade discursiva	93
2.4 Pré-construído de discurso transversal.....	106
2.5 Debate sobre o contraditório	110
2.6 Resistência e desdobramentos de memória	115
3 SOBRE DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO NA AD	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS	126

INTRODUÇÃO

Esta dissertação examina a espessura semântica do enunciado¹ *fim dos tempos*, focalizando, para isso, o funcionamento da repetição e das relações de contradição e os desdobramentos de memória, pelas designações e determinações, pela circulação de saberes e pelo jogo entre a *paráfrase e a polissemia*². Esse movimento de leitura e interpretação origina, de modo geral, espaços nos quais se trabalha com o equívoco, com a ruptura, com a desestabilização dos sentidos.

A representação apocalíptica de *fim* faz parte de nossos saberes alegóricos e se materializa na língua constantemente. Cria, no imaginário, uma ruptura entre a regularidade categórica do cosmos e simboliza nosso historicismo mítico incrustado em sua expressividade. O envolvimento com o enunciado *fim dos tempos* apresenta uma porta de saída do espaço em que estamos inseridos como sujeitos. Esse lugar simbólico tem sua semântica marcada pelo atravessamento de diversas perspectivas sobre a concepção de finitude. Materializa-se pela língua e, por meio dela, dissolve-se em sua substância.

O real intocável nos desafia a trabalhar com a língua sempre a partir de representações. É nesse *universo* em constante expansão que nos relacionamos com a estrutura da língua e significamos na decorrência de vozes ditas em outro lugar. Um tópico importante refere-se a práticas sociais e a construções imaginárias: interessa especificamente a relação língua e história, estudo que privilegia o acontecimento, definido como “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2012, p. 17).

Em se tratando de marcar na língua a expressão de finitude, somos capazes de enunciar o *fim dos tempos* em relação a diversas crises, quer seja no plano individual, quer seja nos planos histórico, político e filosófico. O que isso significa? Significa que não podemos formalizar uma semântica para tal enunciado, tampouco atribuir sua significação tão somente à mudança da enunciação. Embora os elementos enunciativos sejam relevantes numa análise, nesta pesquisa, que tem uma abordagem materialista da linguagem, é indispensável levar em conta as relações da língua com sua memória³. Nossa perspectiva considera que a

¹ “Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação” (PÊCHEUX, p.53, 2012).

² Esses conceitos serão abordados na seção dedicada aos procedimentos metodológicos.

³ Não se trata de uma memória individual (psicológica), mas de uma memória marcada pela historização dos sentidos. Essa questão, configurada como interdiscurso, será desenvolvida na seção de análise do *corpus*.

ideologia se materializa na linguagem e produz efeitos de evidência, de naturalização de sentidos, ou seja,

[...] para que suas palavras tenham sentido, é preciso que já tenham sentido. Assim é que dizemos que ele é historicamente determinado, pelo interdiscurso, pela memória do dizer: algo fala antes, em outro lugar, independentemente. Palavras já ditas e esquecidas, ao longo do tempo e de nossas experiências de linguagem que, no entanto, nos afetam em seu “esquecimento”. (ORLANDI, 2010, p. 64-65)

Mesmo com a concepção geral de finitude que permeia as relações entre nós, seres harmonicamente constituídos de um acidente natural, expostos a uma espécie de guerra cósmica mediada pela entropia, temos em comum um ciclo enraizado em nossa estrutura simbólica. Trata-se da referência ao *fim* como um prognóstico preciso de nossa existência. Não só num plano individual, tal alusão ao *fim dos tempos* carrega uma memória em sua historicidade. Reproduz sua materialidade na medida em que se atualiza no discurso.

Essa *ordem* configurada por um empirismo substancial denota uma indissociabilidade do sujeito e da língua em referência ao *fim*. O entremeio que retrata o espaço e o tempo como substâncias organizacionais das relações entre sujeitos, significados pela língua, transporta suas marcas para além dessa estrutura, num processo de concreção discursiva.

Na medida em que se avança no território das ciências humanas, nos espaços de discussão epistemológica, deparamo-nos com noções históricas constituídas pelo silenciamento de vozes que, uma vez criadas pelo esboço da parcialidade, ecoam no clamor da oposição. Somos capazes de enunciar o *fim* de um ciclo, ou o *fim dos tempos*, rumo à imersão catártica do sentido num *universo* alegórico, idealizado e configurado como o alto da hierarquia da ordem, das leis, de sua movimentação arbitrária. Além dessa estrutura simbólica, retratada constantemente por diversos ramos da ciência, e de sua observação culminada em regularidade como ruptura do misticismo do *mundo* antigo, para assim, nascer a astronomia, uma ideia *apocalíptica* se faz presente no imaginário coletivo contemporâneo. Transfere-se de seu arcabouço mítico para ocupar outros lugares no corpo social.

É, pois, com base em trabalhos de interpretação, que nos perguntamos: “como percorrer esse percurso na leitura do enunciado *fim dos tempos* sem considerar a contradição?”. Partindo do pressuposto de que a contradição é constitutiva do sujeito e da própria história, é nela que fixamos um ponto norteador fundamental em relação ao objeto de nosso interesse, que é explicitar o que diferencia o discurso atual dos já existentes no livro de Slavoj Žižek *Vivendo no fim dos tempos*. Contudo, produzir um conhecimento “novo” sobre o enunciado implica um olhar sobre o que já está posto, num plano inteligível, histórico,

cultural, que legitima e atualiza esse “velho” apocalipse quando em *choque* com o mundo contemporâneo. Além disso, não se trata de uma leitura hermenêutica que identifica o enunciado na sintaxe e atravessa o texto em busca de sentido, mas na convergência de saberes apocalípticos correlacionados numa espécie de *modus operandi* do *fim dos tempos* em sustentação dos fragmentos recortados para a análise discursiva.

Se, num primeiro plano, temos a linguagem como suporte de nossas ideias, de nosso pensamento, inevitavelmente vamos considerá-la como objeto máximo de estudo, como um totem da razão, da organização do mundo. Mesmo com diferentes abordagens, a linguagem se mantém em seu lugar de protagonista das ciências humanas. Junto com a questão do *real*, articula uma dança contínua no jogo de interpretações e deslocamentos. Em nossa perspectiva teórica, para todos os efeitos possíveis, trabalhar com a língua é trabalhar com a falta.

Do mesmo modo que não conseguimos abarcar a realidade como um todo, essa mesma incompletude gera uma problemática inversa, na qual temos a língua com ares de objetividade, de estrutura, de sistema, sob o reconhecimento da linguística tradicional. Esse recorte epistemológico que garante à língua um estatuto de cientificidade ganha mais espaço na medida em que a pós-modernidade avança, sem uma perspectiva histórica de análise, mas com a ideia de uma expressão efêmera, da conduta individual, legitimada pelo ideário de apropriação da língua, de escolhas lexicais e conhecimento estrutural.

Isso não significa, contudo, que a Análise do Discurso não leve em consideração a linguística, que lhe é constitutiva, entretanto, entende que a relação com a exterioridade é imprescindível para que se compreenda o objeto discursivo. Inevitavelmente, o sujeito que está em contato com a realidade, com a política, com o cotidiano, é interpelado pela ideologia. Não se vê na transparência de seu corpo, nem de suas atitudes. Como trabalhar com essa língua?

Portanto, a escola francesa de AD diferencia-se de outras perspectivas linguísticas no ponto interdisciplinar (de entremeio), pois, em seu aporte teórico, busca relações de uma semântica enraizada nas condições de produção. “Uma disciplina de entremeio é uma disciplina não positiva, ou seja, ela não acumula conhecimentos meramente, pois discute seus pressupostos continuamente.” (ORLANDI, 1998, p.23). O sentido compreendido pela questão discursiva está submerso na engrenagem histórica, institucional. Posiciona-se em sua materialidade, aglutinando a ideia de sujeito e sociedade no uso de um enunciado que, num primeiro olhar, pode parecer “neutro”. Dessa forma, a AD evidencia o efeito semântico na articulação da língua, nos espaços de contradição, de heterogeneidade.

Ao dar à sua obra o título de *Vivendo no fim dos tempos*⁴, o filósofo esloveno Slavoj Žižek inscreve na língua tal expressão para denominar o conjunto de saberes relacionados a esse enunciado, às suas especulações filosóficas sobre a contemporaneidade. Esse registro que o autor⁵ postula ao publicar um material de tal natureza tem uma esclarecida representatividade no cenário social, no imaginário coletivo, povoado de significações a partir do mesmo *universo* discursivo.

Se o *discurso do fim* reflete seus domínios pela religião, história, política, diluindo-se em pré-construídos e (re)significando-se em formulações com bases distintas, ele também não deixa de se atualizar no plano heterogêneo, nos efeitos subjetivos pelo uso da língua. A memória de que *fim dos tempos* faz parte, entrecruzada do misticismo ao cientificismo, reproduz saberes que se repetem e que regulam a estrutura discursiva.

Um enunciado pede para ser analisado quando significa em nós de maneira peculiar. Nesse caso, a união do título⁶ do livro de Žižek com o ano de 2012, em que a alta representatividade dos enunciados *fim do mundo*, *fim dos tempos* fazia dessa ideia algo corriqueiro nas relações cotidianas, surgiu como um guia de divisão entre a crença, o político, o sujeito/coletivo, a história. Tanto no ambiente de trabalho, quanto no familiar, ouvia-se essa expressão para denominar algum tipo de absurdo, de contrassenso diante da *ordem*, de misticismo perante a ciência, do *apocalipse* bíblico sendo anunciado pelo calendário maia, na configuração de um sincretismo religioso.

A contradição marcada pelo enunciado é imanente, já que constitui o próprio jogo do homem com as palavras, mas o discurso, enquanto espelho que reflete e refrata a língua, desloca sentidos formais e (re)significa nos espaços intervalares da estrutura, criando, em *fim dos tempos*, não só uma ideia simplista de finitude, de fim do mundo, mas uma opinião em presença de determinadas situações. O sujeito enuncia seu julgamento, seu conceito, expressando um *fim* pela palavra.

Diante de todo exposto, será trabalhado no primeiro capítulo um breve esboço sobre o enunciado *fim dos tempos*, juntamente com alguns pressupostos teóricos da AD francesa, de modo que a relação entre o *corpus* e os dispositivos de análise seja incorporada num movimento de abordagem e interpretação.

⁴ Na versão original, *Living in the end times*

⁵ De acordo com Orlandi (2005), a questão da autoria trata-se de uma função do sujeito. “A função-autor, que é uma função discursiva do sujeito, estabelece-se ao lado de outras funções, estas enunciativas, que são o locutor e o enunciador, tal como as define O. Ducrot (1984): o locutor é aquele que se representa como ‘eu’ no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse ‘eu’ constrói” (ORLANDI, 2005, p. 74).

⁶ Para a pesquisa, decidimos recortar o título da obra apenas como *fim dos tempos*, de modo que “vivendo” funciona implicitamente como ideia de contemporaneidade.

Após os pressupostos teóricos, temos uma seção dedicada à relação teoria-prática, já que, em nossa perspectiva, a ideologia se materializa pelas práticas sociais. Língua, sujeito e história também configuram uma parte do trabalho, a fim de desdobrar o aporte teórico da AD sobre esses temas de forma epistemológica. Na sequência da pesquisa, trazemos uma breve seção dedicada à cultura apocalíptica, na qual se inscreve o enunciado *fim dos tempos*, além dos subtítulos da sobredeterminação do divino no discurso do *fim*, e sobre o “fim da história”. Em seguida, apresentamos sentidos e memórias que se (re)formulam, o funcionamento do enunciado *fim dos tempos* a partir de sua discursividade, e uma seção dedicada à descrição e à interpretação na AD.

1 OBJETO DE INVESTIGAÇÃO E PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

*A supremacia do negativo,
provavelmente exaltada pela “luta”,
torna iminente uma decisão entre
a loucura e a segurança.*
(F. Kafka)

Neste primeiro capítulo, faremos um breve percurso para situar nosso objeto de análise – o *discurso do fim* materializado na língua pelo enunciado *fim dos tempos*, configurado no título da obra *Vivendo no fim dos tempos*. A investigação procede com o intuito de abordar o princípio de contradição⁷, que constitui a espessura semântica do enunciado⁸, e parte do pressuposto de que a reflexão pecheutiana considera tal princípio de forma inerente à língua e ao objeto discurso, posicionando-se materialmente frente às concepções logicistas da língua e desconstruindo estabilidades formalistas concernentes ao léxico e aos sentidos.

Para tanto, começamos a tratar da relação prática e teórica, para, a seguir, contemplar uma parceria indissolúvel na Análise do Discurso, a relação língua, sujeito e história. Num segundo momento, trataremos de situar o discurso na contemporaneidade e de falar sobre discursividades do mal-estar, campo em que a cultura do *discurso do fim* se insere.

Dessa forma, traçamos um panorama sobre o nosso objeto de pesquisa e buscamos abordar a inserção deste na perspectiva teórica elegida para o estudo. Ao trabalharmos com uma disciplina de entremeio - a Análise de Discurso -, enfrentamos alguns desafios relacionados ao diálogo entre áreas distintas que, ao mesmo tempo, complementam-se num processo de interpretação do objeto discursivo. A partir da língua, temos estrutura e contradição interligadas no jogo linguístico, espaço de articulação, de ruptura das amarras formais, que insurge nos intervalos do sistema. Para compreendermos como funciona a relação do velho e do novo sob o olhar da Análise de Discurso, é necessário fazer intervir a noção de interdiscurso proposta por essa teoria. O interdiscurso possibilita constante atualização do já-dito, no qual emergem significados constituídos num outro *lugar*, independente da vontade do sujeito. Atravessa as formações discursivas e constitui os saberes que constituem o que o autor chama de *desigualdade-contradição-subordinação*.

⁷ A noção de contradição será aprofundada na seção 2.5, intitulada “debate sobre o contraditório”.

⁸ Este conceito será trabalhado no capítulo 2.

[...] propomos chamar de interdiscurso a esse “todo complexo dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas. (PÊCHEUX, 2009, p. 149)

O interdiscurso é apresentado por Pêcheux (1975/2009)⁹ como o lugar onde se situam os enunciados (velho) que o sujeito busca para fazer parte de seu discurso (novo). O autor remete ao atravessamento da língua pelo interdiscurso e pela ideologia num percurso de compreensão do objeto discurso por meio da consideração de outros dizeres, de outros lugares, que compõem o emaranhado da língua. Além disso, o efeito de objetividade se dá pelas formações discursivas, estabelecidas pelo complexo da ideologia.

O próprio de toda a formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. (PÊCHEUX, 2009, p. 149, grifo do autor)

Essa dissimulação da formação discursiva estabelece pontos de identificação por meio de tal efeito de transparência, onde o atravessamento da ideologia tanto produz efeitos de naturalização dos sentidos quanto interpela os sujeitos e se materializa pelas práticas sociais.

Orlandi (2010) trabalha com a questão do interdiscurso a partir de sua relação com a memória discursiva, que se desenvolve pelo *eixo vertical* de articulação na língua, para assim desaguar na materialidade do dizer. Para a autora, a definição da *natureza* da memória discursiva está no fato de que “quando enunciamos, há essa estratificação de formulações já feitas que presidem nossa formulação e formam o eixo de constituição de nosso dizer” (2010, p. 18). Ou seja, os dizeres e os sentidos têm uma história. Essa concepção da AD justifica o estudo do discurso por meio dessas considerações, que elegem o interdiscurso como articulador da língua. Lugar de contradição e esquecimento, o interdiscurso se apresenta pela memória discursiva, que desloca o formalismo lexical de seu eixo de enunciação, para fazer emergir a concepção da historização dos sentidos e de sua memória incrustada nas expressões de língua. A analista do discurso chama a atenção para os sentidos, sobre os quais não temos controle, e para o esquecimento que acompanha os dizeres “já ditos”.

⁹ Essa revisão encontra-se no percurso teórico desenvolvido nas obras de Pêcheux, sobretudo em *Semântica e Discurso*, de 1975, sendo utilizada neste trabalho sua 4ª edição, datada de 2009.

Isso é mais um elemento que mostra que não temos controle de como os sentidos se formam em nós, sujeitos. Assim, todo dizer se acompanha de um dizer já dito e esquecido que o constitui em sua memória. A esse conjunto de enunciações já ditas e esquecidas e que são irrepresentáveis é que damos o nome de interdiscurso. (ORLANDI, 2010, p. 22)

A partir do interdiscurso, podemos estabelecer relações de compreensão com o movimento de significações no interior do funcionamento dos pré-construídos¹⁰, dos dizeres historicamente formados e atualizados no plano imaginário, constituindo o *universo* simbólico, suscetível às formulações da língua, aos saberes flutuantes, à memória discursiva em seu estatuto de articulação dos enunciados e enunciações.

O modo como se configura a teorização da Análise do Discurso em relação à língua passa pela concepção do modelo althusseriano de ideologia. Ou seja, a delimitação epistemológica da AD consiste na proposição de uma perspectiva materialista da linguagem, que, a nosso ver, relaciona-se à rediscussão da noção de ideologia marxista¹¹, sobretudo no que diz respeito à questão da “interpelação” ou do “assujeitamento” do sujeito como sujeito ideológico. A disciplina de interpretação pressupõe uma semântica que percorre a história e filosofia, incidindo, na filiação do materialismo, sua ótica de criticidade, seu caráter social.

Fazer o balanço em relação à filosofia marxista-leninista quer dizer muito simplesmente o seguinte: compreender claramente, e da maneira mais aprofundada possível, qual é essa filosofia, como atua e como deve ser utilizada para servir, segundo a fórmula de Marx, não para “interpretar o mundo”, mas para “transformá-lo”. (ALTHUSSER, 1999, p. 26)

Essa transformação de que Althusser se refere pertence à máxima marxista, que rompe com o idealismo filosófico para eleger em seu lugar o materialismo histórico como base de compreensão e alteração da realidade.

A tese althusseriana de ideologia concebe sua existência material: ideologia existe sempre em um aparelho e em suas práticas, os indivíduos conduzem sua atitude pelo que é regulado no Aparelho Ideológico do Estado no qual está inserido o sujeito. Com Althusser, nós temos a interpretação de que “toda prática existe por meio de e sob uma ideologia; toda ideologia existe pelo sujeito e para o sujeito” (1999, p. 209).

Ainda de acordo com Althusser, a ideologia não tem história, é *eterna* e presente. Destaca o filósofo: “segundo a concepção *freudiana*, que nossa proposição – *a ideologia não*

¹⁰ A noção será aprofundada na seção 2.4

¹¹ “Embora a *Ideologia alemã* contenha uma concepção mecanicista-positivista da Ideologia, portanto, uma concepção não ainda marxista da Ideologia, encontram-se nesse texto algumas fórmulas prodigiosas que, materialmente, provam com qual poder fulgurante a experiência política de Marx fez irrupção em uma concepção geral ainda falsa”. (ALTHUSSER, 1999, p. 194, grifo do autor)

tem história – pode e deve [...] ser colocada em relação direta com a proposição de Freud segundo a qual o *inconsciente é eterno*, isto é, não tem história” (1999, p. 198, grifo do autor). Essa comparação inscreve uma amarra crucial no âmbito teórico da AD, já que nos interessa a relação da língua com a ideologia e as consequências desse atravessamento num sujeito dotado de inconsciente. Há que se ressaltar, neste ponto, a imutabilidade advinda da tese althusseriana, a qual indica um percurso de interpretação que incita o funcionamento do inconsciente na constituição do complexo da ideologia.

Se eterno significa, não transcendente a qualquer história (temporal), mas onipresente, portanto, imutável sob sua forma em toda a extensão da história, irei ao ponto de retomar, palavra por palavra, a expressão de Freud e escreverei: *a ideologia é eterna*, do mesmo modo que o inconsciente. (ALTHUSSER, 1999, p. 198)

Para avançarmos na tese althusseriana, é preciso marcar, na concepção ideológica de seu estudo, o pensamento sobre a história e sua constituição social de forma inerente à compreensão da *realidade* enquanto objeto do materialismo histórico, e de sua representação pelo *imaginário*. Isso significa que Althusser (1999) interroga a ideologia marxista para além de sua dimensão e insere sua materialidade no campo das práticas do sujeito, na preocupação com as condições de produção (e reprodução), e nas formações ideológicas por meio dos *aparelhos ideológicos de Estado*.

Para utilizar uma linguagem marxista, se é verdade que a representação das condições de existência reais dos indivíduos que ocupam postos de agentes da produção, da exploração, da repressão, da ideologização e da prática científica, depende em última instância das relações de produção e das relações delas derivadas, nós diremos o seguinte: em sua deformação necessariamente imaginária, toda ideologia representa não as relações de produção existentes (e as outras relações que delas derivam), mas antes de tudo a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que delas derivam. (ALTHUSSER, 1999, p. 205)

Esse ponto é essencial para a compreensão da memória discursiva e de seu conceito configurado como interdiscurso na relação do sujeito com a língua e sua representação do *real*. No enlace entre ideologia e inconsciente, Althusser (1999) perscruta tal associação no âmbito do materialismo histórico, clareando, assim, a concepção de realidade em oposição à sua deformação imaginária e concentrando sua tese na existência material da ideologia.

Referindo-nos aos aparelhos ideológicos de Estado e às suas práticas, dissemos que cada um era a realização de uma ideologia (sendo que a unidade dessas diferentes ideologias – religiosa, moral, jurídica, política, estética, etc. – é garantida por sua subsunção à ideologia de Estado). Retomamos esta tese: uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Essa existência é material. (ALTHUSSER, 1999, p. 206)

O estudo de Althusser (1999) indica um *novo* caminho de interpretação à questão ideológica junto à sua materialidade e à sua interpelação. Em *aparelhos ideológicos de Estado*, o autor amarra as relações da superestrutura com a infraestrutura num movimento de análise materialista, interrogando o papel dos *aparelhos* na reprodução das condições de produção (do sistema) e na questão *dominante* que direciona o modo como a superestrutura irá conduzir essas condições.

Em todo esse esquema, constatamos, portanto, que a representação ideológica da ideologia é, em si mesma, obrigada a reconhecer que todo sujeito, dotado de uma consciência e acreditando nas ideias que sua consciência lhe inspira ou aceita livremente, deve “*agir* segundo suas ideias”, portanto, deve inscrever nos atos de sua prática material suas próprias ideias de sujeito livre. (ALTHUSSER, 1999, p. 207, grifo do autor)

Esse “agir”, de que trata Althusser, aborda a especulação da ideologia em seu funcionamento pelas práticas sociais. Ou seja, sua consciência, suas ideias que determinam o agente enquanto ser *livre* sofrem um processo ideológico de identificação. Além disso, esse processo é histórico, uma vez que todo indivíduo é social, torna-se sujeito pelo assujeitamento à língua e existe numa determinada conjuntura histórica.

Ao relacionar linguística, psicanálise e materialismo histórico, Pêcheux (1975) delimita as questões centrais da teoria: uma delas é a relação língua/discurso. A crítica do autor desponta para a linguística que considera o sujeito autônomo em suas palavras, que não compreende o social/histórico enraizado na língua, justamente pela própria oposição ocupada pela AD em relação às teorias *ideologicamente* constituídas pelo universo acadêmico *formalista*.

Como devemos então, conceber a intervenção da filosofia materialista no domínio da ciência Linguística? Tentaremos mostrar que, longe de fornecer resultados, essa intervenção consiste, sobretudo, em *abrir campos de questões*, em dar trabalho à Linguística em seu próprio domínio e sobre seus próprios “objetos”, por meio de sua relação com objetos de um outro domínio científico: a ciência das formações sociais. (PÊCHEUX, 2009, p. 80, grifo do autor)

Nesse sentido, a distinção epistemológica em que Pêcheux (1975) remete ao princípio de que a língua é produzida em dadas condições de produção e de que os sentidos “de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, ‘não existem em si mesmo’ [...], mas, ao

contrário são determinados pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico” (2009, p. 146). Essa *perspectiva* de base materialista proposta pelo autor incide sobre o modo de conceber a língua. Esclarece-se, desse modo, que é o discurso que realiza a ligação da ideologia com a língua, ou seja, a chamada “semântica discursiva”, proposta por Pêcheux, analisa os processos de uma formação discursiva, levando em conta as condições nas quais o discurso é produzido.

Para demarcar o conhecimento de Žižek sobre AD, destacamos um comentário do filósofo sobre a relação epistemológica de Pêcheux com Althusser ao se deparar com a teoria discursiva.

Também convém mencionar Michel Pêcheux, que deu um toque estritamente linguístico à teoria da interpelação de Althusser. Seu trabalho centra-se nos mecanismos discursivos que geram a ‘evidência’ do Sentido. Ou seja, um dos estratagemas fundamentais da ideologia é a referência a alguma evidência. (Žižek, 2010, p. 17)

Ou seja, nesse ponto, o filósofo concebe o trabalho pecheutiano à luz de Althusser e se posiciona sob a ótica discursiva para abordar a noção de “sentido”.

A partir da problemática colocada por Pêcheux, encontramos uma linguística que deságua no materialismo histórico, o emprego da língua sendo utilizado por um sujeito ideológico, inserido na engrenagem social e refletido pelo espelho institucional, numa relação dialética de identificação/desidentificação (contraidentificação). O elo entre as disciplinas designado como o objeto discurso expõe seu ponto de vista.

O sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados. (PÊCHEUX, 2009, p.81, grifo do autor)

Nessa linha de raciocínio, o caminho intelectual percorrido por Pêcheux (1975) aponta para o desafio de vincular à análise linguística uma interface histórica que integre ao emaranhado dos sentidos a posição discursiva de um sujeito. As lacunas disciplinares do materialismo histórico¹² (que considera a linguagem apenas de forma genérica) e da linguística tradicional (que rejeita a história a partir da concepção de sistema) são preenchidas

¹² “É preciso observar que as questões linguísticas são tratadas de modo muito genérico em Marx, **A Ideologia Alemã** (1846), e Pêcheux consciente dessa lacuna inicia suas discussões em *Semântica e Discurso*, questionando não somente a compreensão de Adam Schaff acerca dos escritos marxistas, mas também os próprios limites dos **Manuscritos** e **A Ideologia Alemã** em relação ao tratamento da linguagem”. (ZANDWAIS, 2009, p. 28, grifo da autora).

com a proposta da noção de “efeitos de sentidos” gerados pelo funcionamento da língua. Além da problematização histórica inserida na língua, o estudo de Althusser e a releitura psicanalítica de Lacan perfazem tal especulação do sujeito de que Pêcheux trata.

Desse modo, é a ideologia que, através do “hábito” e do “uso”, está designando, ao mesmo tempo, *o que é* e *o que deve ser*, e isso, às vezes, por meio de “desvios” linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de “retomada do jogo”. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o *caráter material dos sentidos* das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 2009, p. 146, grifo do autor)

Ou seja, a evidência dos sentidos se dá pela dissimulação mascarada de sua transparência, que, pelo funcionamento da ideologia, interpela os indivíduos em sujeitos. Estes, por sua vez, assujeitam-se no processo de significação e de identificação, já que “o funcionamento da ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos se realiza através do complexo das formações ideológicas e fornece ‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas” (PÊCHEUX, 2009, p. 149). Trata-se de um sujeito que não reconhece sua *subordinação* no emaranhado social e que materializa a ideologia em suas práticas.

Em se tratando da AD, é preciso pontuar algumas questões sobre o surgimento da disciplina, que, no entremeio das ciências humanas, exerce seu papel crítico na concepção de língua, levantando reflexões que atingem o seio de abordagens linguísticas e filosóficas. A mudança paradigmática da disciplina se dá em oposição à concepção positivista, que, na conjuntura da época, dominava o cenário acadêmico junto à abordagem estruturalista como base de pensamento e articulação analítica.

A Análise do Discurso aparece nos anos 1960, sob uma conjuntura dominada pelo estruturalismo ainda pouco criticado na linguística, e triunfante por ser “generalizado”, isto é, exportado para outras ciências humanas (por exemplo, por Lévi-Strauss ou Barthes), ou inspirador de reflexões mesmo quando não se declara explicitamente (por exemplo por Lacan, Foucault, Althusser ou Derrida); a linguística pode ainda ser chamada de ciência-piloto das ciências humanas. (GADET, 2010, p. 8)

Com esse trabalho em movimento, Pêcheux desdobra concepções linguísticas mesmo sob um prisma estruturalista, elencando possibilidades desse sistema para constituir um dispositivo de análise, sob o viés da filosofia da linguagem. A AD configura-se como disciplina de desconstrução de conceitos fechados, de fórmulas tradicionais, da própria

objetividade científica. Essa desconstrução, proposta pelo autor, trilha um percurso intervalar nas relações da língua com sua exterioridade e, assim, em oposição, constrói uma ciência do discurso que transita nas lacunas estruturais da língua, nas práticas ideológicas, no ambiente social.

Cabe acrescentar, aqui, que a concepção de Pêcheux (1975) de que o sentido vem de determinações históricas e de determinadas condições em que o dizer se produz, ou seja, em instâncias de emergência discursiva, leva-o à articulação de uma teoria do discurso no espaço de três regiões do conhecimento e, concomitantemente, ao construir uma ferramenta de análise do objeto discurso, inclina-se na ruptura com a linguística tradicional e com o próprio marxismo tradicional. O autor propõe uma releitura do materialismo histórico, conhecimento heurístico e constitutivo das ciências humanas, marcado na materialidade linguística, com base de compreensão a partir das condições de produção, mais especificamente a partir da concepção althusseriana. A respeito dessa interface no plano epistemológico, Mazière traz uma síntese complementar:

E essa tríplice relação com 1) o sujeito assujeitado, falado por seu discurso, diretamente provindo do "estruturalismo" de Foucault, Althusser e Lacan, 2) a historicidade de todo enunciado singular, herdado de Foucault, e 3) a materialidade das formas de língua que Saussure, Harris e Chomsky permitem estabelecer que constituiu a originalidade do que se chamou a *AD* francesa. São também essas três relações que estruturam, em diversos graus, a análise do discurso, mesmo que tenham ocorrido numerosos deslocamentos, e mesmo que a relação com a linguística como ciência possa ser discutida. (2007 p. 10)

Em Althusser, Pêcheux (1975) encontra um espaço de discussão sobre o papel da ideologia nas amarras institucionais, na opacidade do sujeito sobre sua *função* a partir das condições de reprodução das condições de produção. Reflete essa atualização do materialismo histórico althusseriano no funcionamento da língua, nas relações de comunicação estabelecidas pelo Estado e seus indivíduos, no plano discursivo que carrega significações ideológicas, materializadas na língua, nas práticas sociais, na constituição de um sujeito de complexidade heterogênea, que sofre um processo opaco de individualização, designado pela sua função social/capital. Isso se engendra num *universo* simbólico, em que temos representações do *real*¹³, como explica Žižek:

¹³ De acordo com Žižek, o real é o impossível, “mas não impossível simplesmente no sentido de um encontro faltoso. Ele também é impossível no sentido de ser um encontro traumático que *de fato* acontece, mas que somos incapazes de enfrentar” (2006, p. 90). O conceito de *real* será trabalhado ao longo da pesquisa, pois se trata de uma questão que sempre retorna.

A análise do discurso talvez mostre seu ponto mais forte ao responder precisamente a essa questão: quando um inglês racista diz que “há paquistaneses demais em nossas ruas!”, *como – de que lugar – ele “vê” isso*; ou seja, como se estrutura seu espaço simbólico para que ele possa perceber como um excesso perturbador o fato de um paquistanês andar por uma rua de Londres? Em outras palavras, devemos ter em mente aqui o lema de Lacan de que *no real não falta nada*: toda percepção de uma falta ou de um excesso (“não há o bastante disso”, “há demais daquilo”) implica sempre um *universo* simbólico. (2010, p. 17, grifo do autor)

Prossegue Žižek (2010) pontuando considerações sobre a tese althusseriana na compreensão do indivíduo que se torna sujeito por meio da interpelação, sobre a questão da responsabilidade do sujeito perante o *universo* ideológico:

No âmbito da teoria, deparamos com uma inversão homóloga a propósito da problematização “desconstrutivista” da ideia da culpa e da responsabilidade pessoal do sujeito. A ideia de um sujeito plenamente “responsável” por seus atos, em termos morais e criminais, claramente atende à necessidade ideológica de esconder a complexa trama, sempre já operante, dos pressupostos histórico-discursivos, que não apenas dão o contexto do ato praticado pelo sujeito, mas também definem de antemão as coordenadas de seu sentido: o sistema só pode funcionar se a causa de sua disfunção puder ser situada na “culpa” do sujeito responsável. (2010, p. 11)

Além de considerar que o sujeito é assujeitado, Pêcheux (1975) trabalha com a língua atravessada pela ideologia, estendendo, assim, a ótica althusseriana aos domínios da linguagem e constituindo o corpo da AD como disciplina de interpretação.

Portanto, o nosso objeto de investigação é a espessura semântica do enunciado *fim dos tempos*, de modo que falar em espessura não é falar em transparência de sentidos, mas referir-se à relação de discursos que ressoam entre si, formando uma memória. Esse termo, numa conjuntura teórica de base materialista, pressupõe uma dimensão que se estende tanto no enlaçamento epistemológico das interfaces disciplinares, quanto no aspecto intervalar de significação. Ou seja, pelos entremeios estruturais, emergem sentidos distintos do mesmo enunciado, marcado por famílias parafrásticas e por heterogeneidades polissêmicas. É precisamente essa disputa de sentidos, e tudo isso que a ela concerne, que pretendemos trazer para a reflexão nesta pesquisa que aqui vem se construindo.

De acordo com Courtine, a concepção de enunciado carece de uma especificidade discursiva, pois, em linhas gerais, a noção está subordinada aos problemas da língua. “Os enunciados representam, então, ‘átomos’, ‘grãos’ de discurso, cujas combinações produzem o texto. Enfim, ocorre que se lhe associe um suplemento pragmático destinado a comutá-lo em discurso”. (2009, p. 85).

Courtine cita a obra *Arqueologia do Saber*, de Foucault, como referência à noção de enunciado, explicitando a ótica do autor em relação à tal *unidade*. “Ao contrário das

definições precedentes, Foucault situa de saída o enunciado em uma perspectiva discursiva: o que define o enunciado na *Arqueologia* é o que o distingue das unidades que articulam os respectivos objetos da lógica, da gramática, ou da Escola Analítica” (2009, p. 85). Foucault expõe, na *Arqueologia*, que “os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto”. (2012, p. 39)

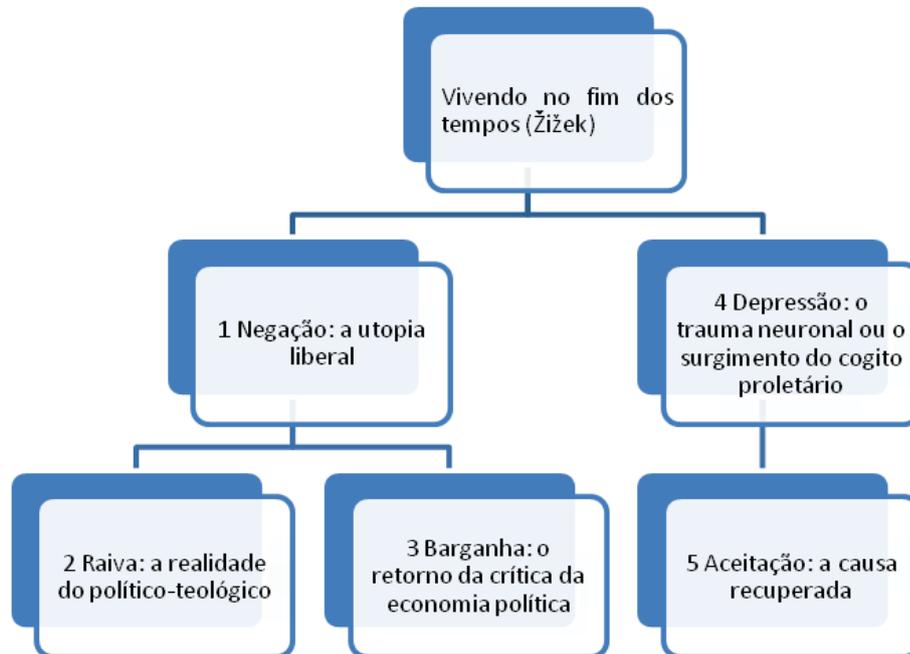
Embora de complexa definição, o processo de descrição do enunciado reside no entremeio das materialidades da língua e do discurso. Não obstante apenas aos problemas da língua, o sujeito do discurso e sua tomada de posição articulam a concepção do enunciado no plano discursivo, tecendo suas amarras no intervalo entre as materialidades.

O sujeito do discurso é, de fato, ao mesmo tempo *sujeito ideológico*, na sua relação com o sujeito do saber que assegura o enunciado; e *sujeito falante*, por poder enunciar os elementos desse saber na formulação. Parece-nos, assim, crucial, nas análises das FD, distinguir o nível do enunciado e da formulação, assim como produzir sua articulação, na qual se constituem o discurso e o sujeito. (COURTINE, 2009, p. 96, grifo do autor)

Isso implica relacionar o enunciado em seu campo discursivo, na exploração de sua exterioridade enquanto *unidade* da língua e de sua articulação no *jogo* linguístico. Em outras palavras, nossa perspectiva de enunciado remete a um percurso de significação e de sua constante atualização pelo uso da língua.

Isso posto acerca do objeto aqui eleito para análise, e exposta a questão sob o ponto de vista que concebe esse objeto de investigação do presente estudo, com o intuito de desenvolver e apresentar organizadamente nossas análises, apresentamos, a seguir, organograma que ilustra a distribuição dos capítulos da obra *Vivendo no fim dos tempos*, bem como os temas pertencentes a cada um deles.

Figura 1 - Organograma da distribuição dos capítulos e temas



Fonte: elaborado pelo autor.

Com base no organograma, cabe ponderar, conforme já mencionamos no decorrer desta seção, que as contradições se reproduzem no interior dos discursos e para além de suas fronteiras. Portanto, quando elegemos para análise a espessura semântica do enunciado *fim dos tempos* convocamos, ao mesmo tempo, o *sujeito ideológico*, na sua relação com o sujeito do saber, que assegura o enunciado e as contradições que se reproduzem no interior dos domínios de saber e que funcionam na formulação. Tratemos agora da relação teoria-prática, enfim, das noções teóricas, que compõem o quadro de referência desta dissertação.

1.1 A relação teoria-prática

Na seção anterior, nossa abordagem pautou-se pela apresentação do nosso objeto de investigação, com ênfase na contradição, tendo em vista a construção dos procedimentos metodológicos. A opção por esse percurso de escrita, que apresenta fundamentos do quadro teórico da AD, encontra justificativa na própria teoria, na possibilidade de duplos movimentos – relação teoria-prática.

Assim, o que figura nesta seção são noções teóricas essenciais à semântica numa perspectiva materialista, as quais permitem deslocamentos, uma vez que a teoria é movente, porque se reconstrói no mesmo movimento em que se dá a análise do discursivizado, conforme veremos em 1.2.1.

A Análise de Discurso de linha francesa, fundada por Michel Pêcheux nos anos 1960 (ORLANDI, 2005, p. 17), é uma disciplina de entremeio, que se assenta entre a linguística, o materialismo-histórico e a psicanálise, para o estudo do objeto discurso. A partir dessa reiteração, torna-se imprescindível a discussão sobre a ideologia, incrustada nesta conjuntura analítica da língua, que amarra os espaços de contradição e deslocamento sob uma perspectiva não consciente da relação entre homem e mundo.

O estudo da teoria das ideologias na perspectiva marxismo-althusseriano, desenvolvido por Pêcheux (2009), com base nas formações sociais e nos seus modos de produção reflete uma atualização do materialismo histórico como base de compreensão dos “Aparelhos Ideológicos de Estado” (ALTHUSSER, 2010). O pensamento althusseriano indica-nos uma abertura de compreensão da organização institucional e das práticas que envolvem os indivíduos em sujeitos num processo ideológico de identificação, legitimação e dependência.

[...] toda a ideologia representa, em sua **deformação necessariamente imaginária**, não as relações de produção existentes (e as outras relações que delas decorrem), mas, **acima de tudo, a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que delas decorrem**. O que é representado na ideologia, portanto, **não é o sistema das relações reais que regem a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais em que vivem**. (ALTHUSSER, 2010, p. 128, grifo nosso)

Essa base ideológica de interpretação das condições de produção e de reprodução norteia a interpretação do encadeamento social. Remete às práticas sociais e à sua organização sob o prisma ideológico, condicionando as relações desse entremeio pelo *imaginário*, que transfere sua significação ao termo em questão, como veremos adiante.

Em relação à interpretação do objeto linguístico, essa conjuntura ideológica transparece nas relações entre língua e sociedade, constituindo formações discursivas distintas, traçando, assim, uma espécie de mapeamento da historização dos sentidos em contraponto à tendência da normatização semântica.

Enquanto parte da atividade do analista devemos dizer que a análise de discurso dá um estatuto diferente do que a hermenêutica dá à interpretação. Na análise de discurso há um batimento entre descrição e interpretação. Na análise de discurso, a linguagem não é transparente, e interpretar não é atribuir sentido, mas expor-se à opacidade do texto, ou seja, é explicitar como um objeto simbólico produz sentido. (ORLANDI, 2010, p. 24)

De modo que a leitura está localizada no plano discursivo de interpretação, ou seja, pressupõe o contexto histórico e a relação do texto com sua exterioridade. Longe de atravessar o texto em seu conteúdo, para descobrir seu sentido, o analista desloca os espaços formais de significação para fazer emergir sentidos outros do objeto discursivo. “A especificidade da análise de discurso está em que objeto, a propósito do qual ela produz seu “resultado”, não é um objeto linguístico mas um objeto sócio-histórico onde o linguístico intervém como pressuposto.” (ORLANDI, 1998, p.53, grifo da autora)

No que concerne ao código lexical da língua e sua sintaxe, estes compreendem um sistema formal que se interioriza em suas relações de interpretação, causando um reflexo de sua semântica a partir de suas designações. A AD busca ampliar a leitura linguística de forma epistemológica, ao pressupor uma historização dos sentidos. Esse processo de leitura pressupõe a contradição como constitutiva do objeto discurso.

Como todo dizer está sustentado pela tensão existente entre paráfrase (o mesmo) e a polissemia (o diferente), estamos sempre nos deslocando, no dizer, entre a repetição e a diferença, sem que possamos estabelecer exatamente os limites entre ambos pois esta é uma relação contraditória que preside o dizer. Com o discurso, habitamos assim uma pluralidade de versões que são igualmente possíveis mas desigualmente realizáveis. (ORLANDI, 2010, p. 28)

Tal tensão se assenta nas formas heterogêneas de enunciação, na pluralidade do uso da língua e na constituição do objeto discurso, pelo viés contraditório da sintaxe da palavra e dos sentidos do discurso.

Como se pode entrever, no processo de leitura, os dispositivos mobilizados pelo analista partem do linguístico, da desmitificação do sentido formal, em sua incompletude no processo de representação do real, da língua *inatingível*.

Não há uma origem dos sentidos e dos sujeitos e eles estão em constante movimento na história. É este movimento o objeto de observação do analista, ao mesmo tempo em que ele deverá explicitar a determinação histórica dos sentidos e dos sujeitos, num vai-e-vem constante entre a descrição e a interpretação. (ORLANDI, 2010, p. 28)

Seguindo nesse percurso metodológico de avaliação linguística, a abordagem disciplinar também aparece como um espaço discursivo em que a instância do sujeito *político* se entrelaça com escolhas acadêmicas. Mesmo com um efeito ideológico de apagamento, que subjuga certo comprometimento com a linha teórica, existe um posicionamento ocupado pelo sujeito e seus dispositivos de análise.

Assim, as práticas do historiador (por exemplo, a história social das mentalidades ou a arqueologia foucaultiana), do sociólogo (por exemplo, o estudo do simbólico nas relações sociais), do filósofo (por exemplo, a filosofia da linguagem), do escritor, etc., comprometem, de maneira crucial, posições de trabalho frente à discursividade. (PÊCHEUX, 2012, p. 227)

Essas práticas, mesmo no ambiente acadêmico, revelam abordagens metodológicas distintas que são atravessadas ideologicamente no seio das *ciências*. Inevitavelmente, a contradição desponta como um eixo articulador do objeto discursivo, já que carrega em seu cerne a heterogeneidade interdiscursiva e a interpelação subjetiva.

Por outro lado, o estatuto do sujeito no discurso – que a linguística aborda, de sua parte, pelo viés da enunciação – é também objeto de abordagens exteriores, as vezes violentamente contraditórias (cf. por exemplo, o modelo de sujeito proposto pela psicologia cognitivista e intelectual, em comparação à proposta psicanalítica do sujeito, em particular na releitura lacaniana). (PÊCHEUX, 2012, p. 227)

Pêcheux aponta para a contradição do sujeito *donor* de seus sentidos, sendo que, a partir do inconsciente e do atravessamento do simbólico, pela linguagem que os estrutura, tem-se um indivíduo que é obrigado a significar, a fazer parte do mundo da língua. Assim, assujeita-se a ela. Pêcheux localiza o lugar interpretativo de sua disciplina de entremeio. “A posição epistemológica da análise de discurso conduz, então, a pensar na existência da língua não como um sistema (o software de um órgão mental!), mas como um real específico formando o espaço contraditório do desdobramento das discursividades”. (PÊCHEUX, 2012, p. 228)

Em nossa base para o estudo da língua, trabalhamos com a língua da falta, com suas lacunas e heterogeneidades denunciadas pelos deslocamentos de sentidos. Essa prática fundada por Pêcheux pressupõe um percurso de análise interdisciplinar e caracteriza o plano discursivo dentro das possibilidades de seus efeitos históricos.

Tudo isso, obviamente, implica numa certa percepção da relação entre realidade histórica, materialidade linguística e a existência do sujeito: põe-se em questão a metafísica confortável que considera as classes como objetos pré-construídos e autocentrados, o sujeito como unidade ativa de uma consciência intencional e a *língua* como instrumento de comunicação das ações e expressões desse sujeito. (PÊCHEUX, 2012, p. 98, grifo do autor)

O efeito de conclusão sobre um objeto depende de seu processo de análise, de interpretação. Algumas palavras são necessárias para demarcar um percurso teórico frente às inúmeras possibilidades de se trabalhar com a língua. Nossa posição enquanto analistas de discurso compreende uma abordagem que interroga o caráter diacrônico da língua em relação

à dialética de sua exterioridade. Esse objeto de ligação entre as ciências permite que sua investigação nos conduza à concepção do espaço material em que suas amarras são articuladas, e à sua representação simbólica, responsável pela totalidade da identificação, do assujeitamento do indivíduo, do homem, órfão de Adão, filho da história.

O aprimoramento teórico da AD não deriva apenas de sua constituição interdisciplinar, mas de sua assertiva indagação sobre os rastros do materialismo histórico na linguagem. A proposta de trabalho de Pêcheux (1975) integra língua, sujeito e história. Mais do que isso, entende a articulação da linguagem dentro das possibilidades existenciais de um sujeito no mundo simbólico, ideológico. Com esse atravessamento na língua, por meio de um sujeito sem sua origem, agente de opacidade obscurecida, ideológica, a AD busca seus espaços nas lacunas deixadas por outras disciplinas.

Como diz M. Pêcheux,

o sentido de uma palavra, uma expressão, de uma proposição etc., não existe em si mesmo (isto é, em uma relação transparente com a literalidade) mas ao contrário é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Elas mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam. As formações discursivas são a projeção, na linguagem, das formações ideológicas. (ORLANDI, 2010, p. 17)

A crítica de Pêcheux (1975/2009) à linguística tradicional¹⁴ está justamente no apagamento desse sujeito. O autor entende que, para seguir no rumo da compreensão, no seio das grandes questões teóricas que emergiram do materialismo, é preciso unificar língua, sujeito, história e ideologia. Contudo, essa unificação não se dá de forma fechada, objetiva, mas de uma reflexão sobre a língua que se baseia na pressuposição do materialismo histórico, enquanto base material, da linguística, como sistema significante, e da psicanálise, na abordagem do sujeito pela articulação inconsciente/ideologia.

Este por sua vez se constitui pelo esquecimento do que o determina, pois é do funcionamento da ideologia em geral que resulta a interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, como diz M. Pêcheux, especificamente dos sujeitos de seu discurso). Interpelação que se realiza através do complexo das formações ideológicas e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo, fornecendo a cada sujeito sua “realidade” enquanto sistema de evidências e de significações percebidas. (ORLANDI, 2010, p. 18)

¹⁴ Trata-se de considerar a linguística por ela mesma, em sua interioridade, como disciplina detentora de todo o conhecimento da língua.

Ao considerar o sujeito interpelado pela ideologia para o estudo linguístico, a AD se distancia de outras teorias linguísticas, a partir do reconhecimento da opacidade, da falta de transparência do universo objetivo propagado pelo cientificismo. Esse processo de análise interdisciplinar, de caráter filosófico, que propõe uma abordagem reflexiva do objeto discurso, leva em consideração as *falhas* do sujeito, ou seja, as cavidades deixadas pela língua, a ideia de não completude, a inexistência de neutralidade. Consoante ao componente discursivo, a ideologia está intrincada na relação da língua com *universo* social. Do mesmo modo, o sujeito se assujeita à língua enquanto ser histórico, atravessado pelas formações discursivas que o dominam. “Segundo M. Pêcheux [...] essa identificação, fundadora da unidade imaginária do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito” (ORLANDI, 2010, p. 19). Sendo assim, nosso aporte teórico trata do processo que desdobra o indivíduo em sujeito a partir de uma identificação construída na exterioridade, em que a ideologia e as condições de produção traçam um revestimento de subjetivação no interior desse sujeito.

A ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história. A subjetivação é uma questão de qualidade, de natureza: não se é mais ou menos sujeito, não se é pouco ou muito subjetivado. Não se quantifica o assujeitamento. Quando se afirma que o sujeito é assujeitado, não se está dizendo totalmente, parcialmente, muito ou pouco, ou mais ou menos. **O assujeitamento não é quantificável. Ele diz respeito à natureza da subjetividade, à qualificação do sujeito pela sua relação constitutiva com o simbólico pela ideologia:** se é sujeito pelo assujeitamento à língua na história. Não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua. (ORLANDI, 2010, p. 19, grifo nosso)

Desse modo, a correlação entre o indivíduo e a língua transparece em sua sujeição ao processo linguístico, à interpelação ideológica com seu efeito de subjetivação. O sistema significante e o *universo* simbólico fazem parte da natureza da comunicação e conduzem o emaranhado da língua ao assujeitamento do indivíduo. Por sua vez, este agente, social, tem sua prática marcada pela reprodução das condições de produção, isto é, materializa a ideologia por meio de sua prática. A compreensão dessa interdependência incide na forma como abordamos o aparato da língua e seu funcionamento.

Com essa disciplina de análise, de interpretação discursiva, podemos nos perguntar: como fazer esse percurso sem considerar a contradição? Partindo do pressuposto de que a contradição é constitutiva do sujeito e da própria linguagem, é nela que fixamos um ponto

norteador fundamental em relação ao objeto de nosso interesse: o percurso¹⁵ de um enunciado materializado pelo discurso. Esse subentendido articula mais uma interrogação, em que podemos questionar como fica a relação do materialismo histórico na linguagem por meio do objeto discurso. Pêcheux (1975) levanta a questão da mesma maneira que a incorpora em seu trabalho epistemológico, num exercício de interpretação sobre o lugar da Análise do Discurso e seu objeto:

[...] as questões que aparecem tem muito a ver com a Linguística e, simultaneamente, incidem sobre a articulação da Linguística com a teoria científica de processos espontaneamente representados-deformados, tornados, propriamente irreconhecíveis pela filosofia idealista, em geral, e pela “filosofia da linguagem”, em particular. (PÊCHEUX, 2009, p. 80)

A dialética movimenta a história e os registros da língua no sujeito. Concentra-se na materialidade textual de modo a fazê-la surgir junto às condições de produção. Essa determinação epistemológica traduz um posicionamento. A partir disso, entendemos que o funcionamento da língua está carregado de memória, de condições históricas que determinaram formações discursivas.

Com o materialismo histórico, Pêcheux (1975) agrega à linguagem um sujeito althusseriano/laciano, assujeitado à língua e à engrenagem histórica, que produz sentido ao se comunicar, ao enunciar.

Podemos verificar que existe um discurso ideológico de *congelamento* da história que chega até nós por diversos meios. Isso significa que a ideia de tempo, sob o viés histórico, está ligada ao sistema econômico, à democracia representativa. Esse pensamento *pós*-muro de Berlim emana um adendo circunstancial de apagamento. Essa invisibilidade sintomática que está enraizada na ideologia neoliberal contemporânea produz um silenciamento de vozes anteriores ao *sistema*. Historicamente, é possível identificar marcas de significação no percurso da linguagem, entretanto, nosso foco está em evidenciar a continuidade da história, ou seja, sua dialética se contrapondo à ideia estanque do mundo pós-moderno, pós-ideológico.

Não se trata de um partidarismo simplista e inocente, mas de uma responsabilidade que surge com a teoria e é colocada em prática ao se defrontar com a materialidade do texto. Essa identificação discursiva decorrente do materialismo histórico e o legado deixado por Pêcheux (1975) nos levam a dissertar sobre a “coisa” de que outras teorias hesitam em dizer. Isso significa que o autor trouxe à tradição linguística o atravessamento ideológico do sujeito

¹⁵ Percurso este intrincado na dimensão da espessura de significação do enunciado, como veremos na seção de análise.

e sua enunciação baseada em relações de poder. Um percurso marcado pela historização dos sentidos. Em outras palavras, nosso aporte teórico não se limita à intertextualidade, mas busca relações com a exterioridade – com o mundo contraditório.

1.1.1 Língua, sujeito e história

Ao pensarmos na língua como um sistema organizador de nossas memórias e pensamentos, logo surge-nos uma ideia de funcionamento dessa misteriosa engrenagem. O envolvimento do sujeito pela língua se encaixa rapidamente em sua cognição do mundo, em sua existência linguística que o legitima como tal. Se essa estrutura está posta num jogo lógico entre enunciados e legitimações, num formalismo responsável pelo léxico, pela organização sintática, é nela também que encontraremos lacunas e desvios num percurso conceitualmente polissêmico. Contudo, uma leitura especificamente linguística sobre o grau de autonomia do sujeito e de sua *apropriação* dessa estrutura indica um caminho contraditório. Como se em algo tão elaborado não existisse espaço para a falta, a falha, o equívoco. Pêcheux (1975) trouxe-nos um olhar sobre o entremeio, capaz de iluminar certas obscuridades interpretativas, ao considerar efeitos de apagamento, silenciamento, sob o engodo pós-histórico, inevitavelmente ideológico.

Como diz Orlandi: “O dizer tem sua história” (1998, p. 11). Nesse sentido, o intrincamento entre história e língua resulta das contribuições da teoria materialista da história trazida aos trabalhos da Análise de Discurso. Isso significa que a autoria também é histórica, convergindo num plano de interpretação e deslocamento, e não apenas sob um estatuto de *paternidade*. Essa leitura é possível pelo viés discursivo, já que disponibiliza o interdiscurso na base de articulação das formulações da língua.

O espaço de interpretação no qual o autor se inscreve com seu gesto – e que o constitui enquanto autor - deriva de sua relação com a memória (saber discursivo), interdiscurso. O texto é essa peça significativa que, por um gesto de autoria, resulta da relação do “sítio significante” com a exterioridade. (ORLANDI, 1998, p. 15)

Assim, a Análise de Discurso se constitui e trabalha no entremeio de disciplinas, mostrando que não há separação da linguagem e sua exterioridade constitutiva. Por isso, o discurso não é um objeto meramente linguístico, mas social, cuja especificidade está na materialidade da língua e da história. Para que o funcionamento do discurso seja compreendido, “é necessário fazer intervir a relação com a exterioridade” (ORLANDI, 1998,

p. 29), pois é a partir da relação contraditória que se torna possível a identificação das regularidades do discurso a partir das quais é possível realizar análises.

A desconstrução de um ideário transformador da língua como autossuficiente, feita pela AD, a partir da crítica à sua *verdade* inabalável, que tem o poder de ludibriar questões importantes que são constitutivas da sociedade, considera o discurso um objeto linguístico-histórico, o qual faz com que a história (processos históricos/ideológicos) e a língua interajam num processo de articulação. Nesse caso, é relevante constatar a insuficiência da língua sob um prisma sistêmico. Tal processo de análise necessita de um aparato teórico que vincule o sistema linguístico com sua exterioridade.

Não obstante ao estatuto da linguística regrada de neutralidade, as escolhas lexicais transitam em repetições legitimadoras de expressões que pretendem recortar a realidade de modo a inserir o “eu” discursivo com certa transparência. Essa admissão subjetiva e criadora do movimento individual por meio da palavra recruta espécie de primazia do sujeito frente ao subentendido das opções possíveis no oceano da língua. Antes uma iniciação que emerge da necessidade de “ser” no âmbito linguístico, e não simplesmente a decisão de querer ser por meio de um *dicionário* incrustado em bagagem idealista e compositora do repertório de limitação vernácula. Essa base conflituosa de relação entre língua e sujeito emana uma interrogação de caráter epistemológico. Os gestos de leitura, de compreensão do jogo linguístico, dos deslocamentos semânticos provenientes do historicismo, movimentam desvios no universo da língua. Nossa compreensão se baseia no enunciado constituído por outros enunciados. Centra-se no deslocamento do lugar de significação, a partir das formações discursivas, com distintos efeitos semânticos. Esses deslizes compostos por efeitos metafóricos, que transferem uma palavra por outra, têm enlace discursivo nas formações ideológicas. Espaço de opacidade na concepção da *legitimação* subjetiva.

Não podemos reduzir, pois a questão da subjetividade ao linguístico; fazemos entrar em conta também sua dimensão histórica e psicanalítica. Embora a subjetividade repouse na possibilidade de mecanismos linguísticos específicos, não se pode explicá-la estritamente por eles. (ORLANDI, 2005, p. 50)

O argumento de Orlandi (2005) configura a complexa relação que a AD constrói ao considerar o sujeito intrincado no universo linguístico, pois se a língua incorpora em seu estatuto a questão da subjetividade, é por essa mesma língua que se estratificam possibilidades de repetição, de regularizações históricas, que precedem o diacronismo do sistema linguístico em relação à sua estabilização. Ou seja, o sujeito se assujeita pela língua

da mesma forma que sofre um processo de subjetivação. Essa é uma das razões que norteiam o movimento interpretativo do analista a preparar um terreno de análise em que se possa articular o atravessamento ideológico do sujeito na materialidade linguística, deslocando a língua de sua matriz rumo à desestabilização dos sentidos.

Se a ideologia é a responsável pela condição de sujeito, ou seja, pelo seu assujeitamento, devemos considerar essa forma-sujeito¹⁶ pelo viés da AD. “A forma-sujeito, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais. É examinando as propriedades discursivas da forma-sujeito que nos deparamos com o ego-imaginário, como sujeito do discurso” (ORLANDI, 2010, p. 18). Tal concepção de ideologia está enraizada na tese althusseriana, que tem como base o materialismo histórico.

Trata-se de considerar os sentidos compostos historicamente em funcionamento no sujeito. Essa apreciação implica negar o sujeito como origem de si. Esse é o ponto de partida que constitui a AD em seu aparato teórico, pois, na medida em que avalia as condições de produção de um enunciado, tem a mesma teorização para relacionar o sujeito com a língua.

Essa relação do sujeito-língua deve ser remetida ao simbólico, as relações de sentido nas quais o discurso é produzido. Assim, conforme vimos em Orlandi, “se é sujeito pelo assujeitamento à língua na história. Não se pode dizer senão afetado pelo simbólico, pelo sistema significante” (2005, p. 19).

O posicionamento injuntivo que o sujeito ocupa nas relações sociais tem em seu estatuto a ideia de sua própria origem, como se o mundo tivesse início apenas a partir de seu nascimento. Mesmo com a questão da alteridade, estudada exaustivamente pelas ciências humanas como base articuladora das relações entre sujeitos, o espectro do *eu* parece não assombrar tanto nossa nova sociedade pós-moderna. Esse efeito ideológico que legitima o sujeito como tal é a prova do afastamento de nossas disciplinas de língua da questão do assujeitamento à estrutura.

Como a injunção à interpretação tem suas formas e condições, ela não se dá da mesma maneira nos diferentes momentos da história. Há uma determinação histórica na constituição dos sentidos e dos sujeitos que tem uma forma material concreta distinta nas diferentes formas sociais. (ORLANDI, 2005, p. 20)

É a partir desse processo de historização ao qual se refere Orlandi (2005) que a AD encontra seu espaço de articulação no campo linguístico. O sujeito está para a AD assim como

¹⁶ Segundo Pêcheux (2009), a forma-sujeito preenche o lugar do sujeito e organiza o saber de dada formação discursiva. De acordo com o autor, a forma-sujeito constitui a relação de identificação entre o sujeito enunciativo e o sujeito do saber, ela é fragmentada em virtude das diferentes posições e disso resultam os diferentes efeitos-sujeito no discurso de cada um.

a língua está para a linguística. Esse sujeito discursivo, institucional, que se posiciona e enuncia, está ideologicamente ligado às práticas sociais, e sofre um efeito de subjetivação num cenário de obscuridade coletiva. Podemos exemplificar a interpelação ideológica pelo argumento althusseriano sobre a consciência e seu pertencimento ao ideário conjunto estabelecido por um determinado grupo social.

Um indivíduo acredita em Deus, ou no dever, na justiça etc. Essa crença decorre (para todo o mundo, isto é, para todos os que vivem numa representação ideológica da ideologia, que reduz a ideologia a ideias dotadas, por definição, de uma existência espiritual) das ideias do indivíduo em questão, ou seja, dele como sujeito provido de uma consciência que contém as ideias de sua crença. (ALTHUSSER, 2010, p. 129)

Essa interpelação ideológica de que Althusser se refere é a condição determinante para que o indivíduo torne-se sujeito. A tese althusseriana compreende o emaranhado social pela ideologia, cujas amarras estão presas nas condições de produção. De acordo com o autor, “mediante o dispositivo ‘conceitual’ absolutamente ideológico assim instaurado (um sujeito dotado de uma consciência em que ele forma livremente ou reconhece livremente as ideias em que acredita), o comportamento (material) do sujeito em causa é uma decorrência natural”. (2010, p. 129)

O modo de interpelação do sujeito capitalista, pela ideologia, é, como dissemos, diferente do modo de interpelação do sujeito medieval: se no sujeito medieval a interpelação se dá de fora para dentro e é religiosa, a interpelação do sujeito capitalista faz intervir o direito, a lógica, a identificação. Nela não há separação entre exterioridade e interioridade, ainda que, para o sujeito, essa separação continue a ser uma evidência sobre a qual ele constrói, duplamente sua ilusão: a de que ele é a origem de seu dizer (logo, ele diz o que quer) e a da literalidade (aquilo que diz só pode ser aquilo) como se houvesse uma relação termo a termo entre linguagem, pensamento e mundo. (ORLANDI, 2005, p. 20)

A partir de Pêcheux (1975) e seu estudo sobre o objeto linguístico em funcionamento, consideramos a ideologia como responsável pelo fator de identificação dos sujeitos. Isso significa que esse *sujeito* é interpelado pela ideologia. Foi por meio da tese althusseriana que Pêcheux (1975) desconstruiu uma base linguística tradicional e posicionou sua teoria numa atualização de textos marxistas que perscrutavam as condições históricas de nosso mundo material.

Esta tese apenas torna explícita minha última proposição: não existe ideologia, exceto pelo sujeito e para sujeitos. O que significa: não existe ideologia a não ser para sujeitos concretos, e essa destinação da ideologia só é possível pelo sujeito, ou

seja, *pela categoria de sujeito* e seu funcionamento. (ALTHUSSER, 2010, p. 131, grifo do autor)

A trajetória do “eu”¹⁷ discursivo demarcada principalmente pelas ciências humanas durante o século XX torna-se base articuladora de intermináveis discussões. Nossa filiação teórica subentende que a exposição dos sentidos no interior de uma formação discursiva (FD) se dá de forma transparente, justamente pela qual a ideologia interpela o sujeito. Essa relação não fica apenas no plano teórico, mas na prática material e no uso da língua que o faz significar como tal. Isso implica questionar a subjetividade enquanto estatuto meramente individual, já que, pela heterogeneidade dos saberes e de suas divisões, emergem sentidos distintos que, por sua vez, representam um imaginário e constituem o universo simbólico do sujeito enquanto ator social.

Assim, é pela ideologia que todo mundo sabe que o enunciado é aquilo que se enuncia, ou seja, toda FD dissimula pela transparência do sentido que nela se constitui, mantendo entre si relações de determinação assimétrica de modo a constituir um trabalho de configuração/desdobramento/reprodução contínua. É, pois, nesse trabalho que encontraremos um espaço para tratar da relação da prática política nas/ pelas práticas discursivas já que as formações ideológicas estão sujeitas à heterogeneidade dos campos de saberes e os sujeitos desdobram-se em diferentes modos de subjetivação, de acordo com os lugares sociais que ocupam nas relações de produção. (SCHONS, 2006, p. 63)

Esses lugares sociais ocupados pelos sujeitos possuem determinação histórica, na qual a língua age na demarcação de um posicionamento. Desse modo, e como consequência inerente de tal entendimento, partimos da perspectiva do assujeitamento do indivíduo, na qual se identifica por meio da língua, da prática ideológica, das relações sociais. Entretanto, *nosso* sujeito, designado pelo aporte teórico da AD, é o sujeito do discurso.

O sujeito da análise de discurso não é o sujeito empírico, mas a posição sujeito projetada no discurso. Isto significa dizer que há em toda língua mecanismos de projeção que nos permitem passar da situação sujeito para a posição sujeito no discurso. Portanto não é o sujeito físico, empírico que funciona no discurso, mas a posição sujeito discursiva. O enunciatório e o destinatário, enquanto sujeitos, são pontos da relação de interlocução, indicando diferentes posições sujeito. (ORLANDI, 2010, p. 15)

Esse revestimento da forma-sujeito traduz para o âmbito linguístico uma desconstrução de plenitude do indivíduo *dono* da palavra para a interpelação ideológica que

¹⁷ Esse “eu” não se refere apenas à primeira pessoa do singular, tampouco a um articulador do eixo de enunciação benvenisteano, mas ao ideário subjetivista de eu, legitimado principalmente durante o século XX por razões ideológicas.

constrói, junto com a constituição do simbólico no funcionamento do imaginário, um sujeito inserido no jogo linguístico. A forma-sujeito histórica “sofre um processo de individualização pelo Estado e aí reencontramos o indivíduo agora não mais bio e psico, mas social, resultado de processos institucionais de individualização” (ORLANDI, 2010, p. 19). Como resultado do desdobramento desse indivíduo em um sujeito institucionalizado, afetado pelo simbólico social, suas formações discursivas se apresentam como norteadoras de sua identificação, prática social, uso da língua.

Esta tese apenas torna explícita minha última proposição: não existe ideologia, exceto pelo sujeito e para sujeitos. O que significa: não existe ideologia a não ser para sujeitos concretos, e essa destinação da ideologia só é possível pelo sujeito, ou seja, *pela categoria de sujeito* e seu funcionamento. (ALTHUSSER, 2010, p.131, grifo do autor)

Da mesma forma que não podemos considerar o funcionamento da língua numa esfera de neutralidade, o estatuto do sujeito, de sua opacidade pelo espelho social, é atravessado pelas suas condições de produção, das quais se articulam sua prática e suas condições de reprodução das condições primeiras. É nesse entremeio que a ideologia se materializa, amarrando a luta de classes numa tessitura intervalar, efeito de desidentificação desse processo, caracterizada pela cegueira de suas origens no emaranhado social.

Uma concepção discursiva de ideologia estabelece que, como os sujeitos estão condenados a significar, a interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais e eternas. Disso resulta a impressão do sentido único e verdadeiro. (ORLANDI, 2010, p. 25)

Para entrarmos na questão das formas de subjetivação, é preciso refinar nossa concepção de uso linguístico, de enunciação, consoante ao estudo pecheutiano. Se a AD concebe o atravessamento ideológico na língua, bem como concebe sua constituição no jogo simbólico de identificação, isso significa que partimos de um indivíduo que não tem autonomia sobre ela. Sendo assim, trabalhamos com efeitos semânticos que se depreendem dessas condições. Evidencia-se um sujeito histórico justamente pelo apagamento ideológico que sofre no processo de individualização, de visão unilateral de sua realidade.

Um dos efeitos ideológicos está justamente no fato de que, no momento mesmo em que se dá, a interpretação se nega como tal. Quando o sujeito fala, ele está em plena atividade de interpretação, ele está atribuindo sentido às suas próprias palavras em condições específicas. Mas ele o faz como se o sentido estivesse nas palavras – e não na inscrição das palavras em formações discursivas – apagando-se assim suas

condições de produção, desaparecendo o modo pelo qual a exterioridade o constitui. Em suma, a interpretação aparece para o sujeito como transparência, como o sentido lá. (ORLANDI, 2010, p. 25)

Ao relacionar a língua numa via discursiva e a interpelação da ideologia no assujeitamento do indivíduo, construímos uma base de interpretação do jogo linguístico. Nesse espaço destinado aos efeitos de subjetivação e da historização dos sentidos, devemos estender nossa leitura à concepção heterogênea de que a língua se revela num espaço de contradição, no qual a estrutura é dissolvida pelas lacunas do ato falho, de um sujeito que hesita, silencia, apaga e significa.

Pela análise da historicidade do texto, isto é, de seu modo de produzir sentidos, podemos falar que um texto pode ser – na maioria das vezes efetivamente o é – atravessado por várias formações discursivas. É a isto que chamo de heterogeneidade do discurso. Discursivamente, portanto, um texto não é homogêneo. Essas diferentes formações que o atravessam correspondem a diferentes posições sujeitos no discurso que aí representam. Isso nos leva a pensar a relação texto/discurso/ e sujeito/ autor. (ORLANDI, 2010, p. 23)

É nesse campo heterogêneo que temos uma via de deslocamento de um formalismo semântico para um espaço de interpretação numa conjuntura histórica. Não se trata apenas de *contextualizar*, de interpretar *outros* textos, numa visão escolar de *intertextualidade*, mas de compreender no jogo linguístico uma leitura atravessada pela exterioridade, pela ideologia que transita no imaginário e constitui a ilusão do eu.

A partir da concepção de autoria e de sua *textualidade*, a AD trabalha com um ponto de vista histórico sobre a noção de sujeito em relação à linguagem, por meio do exercício de interpretação.

A nosso ver, a função autor é tocada de modo particular pela história: o autor consegue formular, no interior do formulável, e se constituir, com seu enunciado, numa história de formulações. O que significa que, embora ele se constitua pela repetição, esta é parte da história e não mero exercício mnemônico. Ou seja, o autor, embora não instaure discursividade (como o autor original de Foucault) produz, no entanto, um lugar de interpretação no meio de outros. Esta é sua particularidade. O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. (ORLANDI, 2010, p. 24)

Para demarcar melhor a questão da função autor, que se configura pela função do sujeito, da autoria de quem escreve e se inscreve na língua, algumas considerações se fazem pertinentes, já que, em nossa filiação teórica, “sem a inscrição da língua na história (memória discursiva) não há significação”. (ORLANDI, 2010, p. 24)

Em meu trabalho desloquei essa noção de modo a considerar, à diferença de Foucault, que a própria unidade do texto é efeito discursivo que deriva do princípio da autoria. Dessa maneira, atribuímos um alcance maior e que especifica o princípio da autoria como necessário para qualquer discurso, colocando-o na origem da textualidade. Em outras palavras: um texto pode até não ter um autor específico, mas, pela função-autor, sempre se imputa uma autoria a ele. (ORLANDI, 2005, p. 75)

Nessa instância de análise, em que o discursivo se sobrepõe ao conteúdo no quesito da interpretação, da leitura externa das relações do funcionamento textual numa estrutura posta, nossa análise indica um percurso prático/teórico de concepção da língua no âmbito coletivo. Portanto, as formulações sintáticas, o uso da língua, são reconhecidas de outras vozes, pela repetição e instauração de sentidos que regulam enunciados em sua significação.

Do mesmo modo em que a linguística trouxe à luz das ciências humanas a noção de sistema, o inverso também é possível, isto é, disciplinas como o materialismo histórico e a psicanálise, que constituem um percurso intelectual de compreensão do sujeito, vão ao encontro da língua para fazer emergir um poderoso objeto de análise: o discurso.

Ao tratarmos da língua e de suas amarras, que enlaçam sujeito e história, temos o desafio de considerar o percurso de teorização da AD. Mais do que apenas iluminar um caminho vastamente percorrido pelas ciências humanas, essas questões preparam um terreno oblíquo em sua substância. Esse espaço acadêmico é destinado à indagação, à exposição de lacunas interdisciplinares, que compreende uma série de atravessamentos, sejam da engrenagem social, institucional, ou da incompletude do sujeito, em sua transgressão. “O incompleto na linguagem é o lugar do possível, é condição do movimento dos sentidos e dos sujeitos. É na incompletude que inscrevemos a questão do silêncio e, por esta via, a da interpretação como movimento” (ORLANDI, 1998, p. 71). Crucial para o entendimento discursivo, essas lacunas representam um preenchimento que invoca a constituição do todo a partir de espaços heterogêneos na composição dos efeitos de sentido.

Assim como Pêcheux (1975), P. Henry (2010a) explora a leitura por uma abordagem que compreende a história na constituição da materialidade linguística. O autor evidencia a visão linguística saussuriana em sua limitação *per se*, já que a ideia de desenvolvimento linguístico corresponde ao isolamento da língua enquanto objeto.

O objeto da linguística, para Saussure, não é a linguagem, mas a língua. A linguística diacrônica, tal como ele a concebeu, estuda em que as estruturas próprias das línguas, definidas de um ponto de vista puramente linguístico, determinam sua evolução. Isto não quer dizer que se pode por essa via envolver e analisar tudo aquilo em que a linguagem se liga à história. (HENRY, 2010a, p. 32-33)

Esse ponto de vista “puramente linguístico” transforma a conjectura numa questão circunstancial de sua própria constituição como origem de seu significado. Logo, a exploração do *nascimento* do caráter sistêmico da língua saussuriana corresponde ao início de uma prática acadêmica inclinada à interpretação do sistema como procedência imanente em relação à língua, demarcando, assim, o *fim* de análises meramente comparativas, na busca de uma língua *perfeita* em sua expressividade.

Pensar na revolução saussuriana como em algo que rompe, com certeza, com um passado realizado, é provavelmente a pior maneira de se representar o efeito Saussure. Saussure não resolve a contradição, invisível antes dele, que une a língua à alíngua: ele a abre, tornando-a visível. (GADET; PÊCHEUX, 2010, p. 63)

Mesmo com a ideia de tempo em Saussure, combinada com a força social, da qual entende não fazer parte uma concepção de completude da língua fora de contexto, não se pode considerar que por meio dessa máxima linguística a história esteja inserida em sua constituição. O valor da linguística saussuriana é inegável, mas a questão epistemológica de que tratamos traça um percurso histórico. Isso implica não apenas simples composição contextual, mas condições de produção determinadas historicamente. Assim,

com Saussure, houve muito empenho no sentido da tomada de posição global das ciências humanas e sociais frente à história, tal como eu a caracterizei de maneira bem geral: se é reconhecido que a linguística pode servir ao historiador, a recíproca é pouco evidente. (HENRY, 2010b, p. 32)

Isso caracteriza uma tendência interpretativa da linguística que considera o objeto língua constituído por um sistema a-histórico. O estudo se inclina sobre pensamento e linguagem, a partir do sistema de signos. Esse princípio de classificação compreende a falta do atravessamento da exterioridade. Do mesmo modo que ressaltamos a lacuna do estudo meramente linguístico, P. Henry cita o fundador da AD ao estender a crítica às ciências sociais: “Do ponto de vista de Pêcheux, as ‘ciências sociais’ são essencialmente técnicas que têm uma ligação crucial com a prática política e com as ideologias desenvolvidas em contato com a prática política, cujo instrumento é o discurso”. (2010b, p. 24)

A crítica concepção de nosso aporte teórico aponta para a construção da língua enquanto objeto científico após o corte saussuriano. A partir da dicotomia língua/fala, em que a língua se caracteriza pelo sistema, enquanto a fala tem seu estatuto marcado no plano individual, desenvolve-se a abordagem das internas relações desse sistema, que pressupõem uma regularidade estrutural. Segundo Indursky, “as relações sistêmicas, ao abstraírem o uso e

as variações dele decorrentes, são de natureza regular e homogênea, permitindo, por conseguinte, instituir um objeto idealizado” (1998, p. 112). Momento teórico esse em que a linguística se funda como ciência.

Cabe, entretanto salientar que o mesmo gesto que institui a língua como objeto homogêneo e, portanto, científico da Linguística, dele expulsa o sujeito para relegá-lo à fala, por ser externo à língua propriamente dita. Ou seja, na língua, objeto asséptico da Linguística, não há lugar para o sujeito. Este foi o custo teórico para instituir a Linguística como ciência. (INDURSKY, 1998, p. 112)

Se a linguística não é suficiente para tratar da transformação da língua em discurso, por meio de um sujeito enunciador, isso se dá por não corresponder à conjuntura epistemológica de que este sujeito faz parte. Ou seja, quando falamos, falamos de algum lugar, em condições de produção determinadas, a partir de uma classe, de uma prática ideológica que reflete o historicismo na linguagem utilizada.

Como definir este “sujeito falante” que intervém constantemente em seu próprio discurso? De fato, o problema parece resolvido já que, nesta problemática, a questão é determinação das marcas do sujeito, não o próprio sujeito. Se bem que somos tentados a pensar que o “sujeito falante” é o sujeito em sua evidência perceptível, o sujeito empírico, psicológico, livre em suas escolhas, transparente para si mesmo, em resumo. Por este caminho, a “teoria” da enunciação está longe de ter rompido com o empirismo. Sujeito falante! o que dizer de suas determinações sociais, de sua situação de classe, de suas determinações ideológicas? (MALDIDIER; NORMAND; ROBIN, 2010, p. 70)

De acordo com M. Pêcheux (1975), essa ótica atua diretamente na concepção linguística do estudioso, do analista, como divisora de um posicionamento acadêmico que remete, em termos gerais, ao idealismo ou ao materialismo. Nossa intenção não é pregar um “evangelho” marxista, mas demonstrar, a partir de nosso aporte teórico, que o materialismo histórico é conhecimento heurístico, cujas bases de relação com a AD representam grau de responsabilidade. A disciplina de entremeio aborda complexas relações do objeto discurso na tessitura organizada em espaços intervalares da estrutura social, onde o caminho é marcado por pegadas sobrepostas, num jogo de repetições e sentidos. Essas marcas identificam posições distintas de um sujeito discursivo.

Da mesma forma em que a crítica à linguística tradicional se estabelece, tendo como base o contexto histórico, sua oposição aparece como um espaço de articulação em que a língua se impõe como principal mediadora das relações sociais. Portanto, a lacuna deixada pelas ciências humanas corresponde à língua. De que forma poderiam se entrelaçar com as teorias linguísticas contemporâneas? Essa é uma pergunta que constitui as reflexões da AD.

1.2 A cultura apocalíptica

Este item tem a finalidade de apontar algumas características da cultura apocalíptica, que, relacionadas aos fragmentos do livro *Vivendo no fim dos tempos*, prescrevem saberes constituídos de tal cultura, de modo a inserir, no plano do dizível, do inteligível, sentidos advindos de pré-construídos, que, subdivididos em discursividades distintas sob um plano de catástrofe, materializam-se no enunciado *fim dos tempos*.

Antes, porém, gostaríamos de esclarecer que a relação entre língua e ideologia, tão cara à AD, leva-nos a pensar a questão da cultura como lugar da transformação. Se tomarmos a cultura como movimento entre reprodução e transformação de sentidos, podemos não só considerá-la como lugar de sujeitos que ora se identifiquem com saberes pré-concebidos, ora, através de seu lugar sócio-cultural determinado, mas na resistência a esses saberes, que não se deixam capturar pelo que está determinado socialmente. Desse modo, a cultura como produto da história é passível de falha, de contradição, o que permite que as práticas a partir dela sejam desestabilizadas, bem como novas práticas e discursos possam ser re-significados, rompidos.

Após esse esclarecimento, podemos afirmar que as marcas culturais do apocaliptismo contemporâneo têm distintas representações na conjuntura social. No âmbito religioso, que legitima tal concepção a partir dos dogmas propagados pelo cristianismo, essa característica é atravessada pela tradição apocalíptica de enunciar o *fim do mundo*, o *fim dos tempos*¹⁸, baseados nos preceitos que engendram toda a estrutura cristã. Do mesmo modo que esse dizer carrega em sua significação esse histórico estrutural que designa a finitude do mundo e do tempo, por meio de alegações e *sofismas* religiosos, não o encontramos somente no interior da mitologia cristã, mas para além dela, como, por exemplo, em distintas posições sobre o político, sobre a história, sobre as discrepâncias sociais, sobre as crises econômicas.

Os espaços ocupados pelo enunciado *fim dos tempos* são os mais variados. Tanto em artigos acadêmicos, quanto em trabalhos científicos e filosóficos, encontramos a ideia apocalíptica que interroga intelectuais de linhas variadas a considerar o *fim dos tempos* a partir de uma perspectiva teórica. Não obstante à questão específica das ciências humanas, o enunciado percorre áreas do *cientificismo* com o deslocamento de sua *origem* para constituir um sentido numa nova conjuntura de seu historicismo. Esses saberes que compõem o

¹⁸ Devemos considerar que referir ao *fim dos tempos* não é o mesmo que dizer *fim do tempo*, assim como o *fim dos tempos* não é o mesmo que *fim do mundo*, mas que os enunciados se inscrevem num discurso apocalíptico, e significam de formas semelhantes, independentemente de sua estrutura sintática.

apocalipse são carregados para o enunciado perante situações com características distintas. Essa exposição acende uma discussão que, mesmo num plano de contingência, transfere sentidos anteriores num movimento diacrônico e faz emergir, novamente, o velho apocalipse num acontecimento linguístico.

Essa esfera cultural da qual nos referimos possui em sua espinha dorsal o atravessamento histórico de enunciados e expressões. Os sentidos que podem ser apreendidos dessa conjuntura não podem ser contabilizados, ou mesmo categorizados numa espécie de *semântica formal*.

Nosso aporte teórico entende que as relações entre sujeito e língua, atravessadas ideologicamente pelo sistema de representações simbólicas e de apagamento de vozes contrárias à máquina econômica estatal, são delineadas por formações discursivas¹⁹ que produzem enunciados de acordo com um interdiscurso flutuante, que se materializa nos suportes de exposição do objeto linguístico. Ou seja, nossa análise depende da memória, da forma como a AD a desloca em seu aporte teórico para a ótica discursiva.

Tocamos aqui um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 2010a, p. 52)

A partir dessas considerações, podemos estender nosso olhar para possíveis heterogeneidades que demarcam o mesmo enunciado num jogo da língua com seus locutores. Esse espaço postulado pela prática da língua, da qual se enuncia o *fim dos tempos*, seja numa conjuntura popular, de caráter social, ou até mesmo no meio científico, convida todos a refletir sobre o mundo como local passageiro de existência, do tempo em sua finitude material. Essa ideia de *fim* se concentra no apocalipse bíblico, responsável pelo ponto de referência em que a *semântica* apocalíptica ganha um corpo homogêneo, propagada pelos quatro cantos do mundo como o fenecer de nosso campo terreno.

Žižek (2012) concentra sua interpretação ao refletir sobre *crises* contemporâneas e enuncia *Vivendo no fim dos tempos* em busca de legitimação. De que trata esse *fim dos tempos*? A resposta está em cada leitor, que produz no enunciado efeitos históricos, posicionamento crítico frente ao *sistema*, implicações subjetivadas que decorrem de uma

¹⁹ Este conceito será trabalhado na seção destinada à análise das sequências discursivas.

enunciação do fim, determinando rastros apocalípticos de compreensão nas cavidades estruturais da língua.

Afinal, de que se trata a referência ao “mal-estar” contemporâneo? Será que se tal enunciado for proferido sem uma explicação prévia, poderia ser entendido como uma “causa” generalizada, homogênea? Nosso trabalho pretende trazer possíveis significações num cenário contemporâneo, em que a palavra crise postula seu protagonismo nos meios de comunicação, no imaginário coletivo, na ideia de colapso social, ou em sua materialidade, propriamente dita, no âmbito econômico, acadêmico, político e filosófico. Interessa-nos esclarecer possíveis discursividades que se encadeiam em espaços heterogêneos da língua, lugares estes detentores de sentidos, que constituem o dizer em sua espessura de significação.

Sobre a questão do mal-estar, da crise, existe uma aparência que norteia o sentido. O contato com essa semântica flutuante pode ser identificado pelo objeto discurso, que compõe esse quadro sintomático contemporâneo.

É por meio do interdiscurso que os sujeitos relacionam o *fim dos tempos* em seu *universo* simbólico de significação. Além disso, o real intocável é representado pela língua que, segundo a releitura lacaniana, é responsável pela estruturação do inconsciente. Em nossa perspectiva teórica, essa estrutura feita pela linguagem sofre atravessamento ideológico, constituindo o indivíduo em sujeito pela língua.

Em se tratando do *fim dos tempos* numa esfera enunciativa, que pressupõe certo recorte de realidade, de representação, num âmbito de efeito subjetivo, podemos relacionar o inconsciente lacaniano com a estrutura da linguagem para estabelecer um processo de compreensão da referência ao *fim* simbólico na medida em que sua dimensão de significação se estende sobre o real intocável. Nas palavras de Leal, a psicanálise entende

que o real que angustia, justamente por não possuir uma significação, ele possa ser construído, dito, escrito ou que se encontre uma via de sublimação no percurso de uma análise. Fazer passar o real através do simbólico é o que se espera de uma análise. Ou seja, que se possa dizer o impossível de ser dito. (2012, p. 78)

Esse impossível ao qual o autor refere, inscreve-se na constituição do real e na nossa relação, enquanto seres de linguagem, com a *estrutura* da realidade.

De certa forma dizer algo que, por estrutura, a princípio é impossível de se dizer: isto é o que causa a angústia. Não é propriamente a falta, mas o medo que a falta venha a faltar, ou seja, um estado de angústia no qual o sujeito percebe e sinta que não há mais nada para fazer em sua vida. **É um sentimento de medo apocalíptico: o fim de todos os fins.** Isto é sentido pelo sujeito como uma morte: angústia de castração. (LEAL, 2012, p. 78, grifo nosso)

Com isso, podemos demarcar, pela nossa concepção da historização dos sentidos, a desestabilização destes num âmbito de linguagem, na pressuposição da contradição constitutiva, dos *espaços* deixados pela estrutura, pela sua enunciação apocalíptica que insere o sujeito numa estimativa catastrófica como prognóstico de realidade.

Para trabalhar o discurso em questão, das noções que compõem o dispositivo teórico-metodológico, abordamos a sobredeterminação, a fim de observar a existência de saberes que irrompem no discurso, na tentativa de compreender como a cultura apocalíptica e a ideologia determinam os dizeres desse sujeito que marca a sua contradição, a partir da organização na FD que se dá pela articulação ou pela contradição, que é de grande relevância em nossa pesquisa. É disso que iremos nos ocupar na próxima seção.

1.2.1 Sobredeterminação do divino no discurso do fim

Conforme já afirmamos anteriormente, para realizar a investigação sob o viés proposto, ao situar o objeto de estudo e construir um dispositivo teórico e analítico, referimos a noção de contradição, a sua particularização em torno do objeto. Isso porque o dispositivo teórico que viabiliza cada análise exige que se construa um dispositivo analítico também diferenciado para dar conta dos questionamentos e das investigações que se buscam realizar sobre um dado objeto discursivo. Esse traço muito próprio da AD, em que a articulação dos conceitos decorre do movimento de leituras do material analisado, especificidade e singularidade, num primeiro momento é marcado pela delimitação do que se pode analisar dentro de um universo discursivo.

O organograma da distribuição dos capítulos e temas, exposto na página 25, constitui a operação de extração de discursos presentes na obra de Žižek, e que passam a configurar o arquivo em torno da questão da contradição. Em se tratando de um arquivo extremamente significativo e numericamente grande, inicialmente, elegemos sequências discursivas de referência²⁰.

²⁰ As sequências discursivas de referência (SDR) contêm os fragmentos principais da discursividade do enunciado em questão, para, assim, espalhar-se nas sequências discursivas (SD), onde se materializam outros desdobramentos da mesma matriz.

Dessa forma, os recortes do material empírico que prendem o olhar problematizador como inscrições de processos significativos para o tema e objeto escolhidos nesta pesquisa serão mobilizados ao longo deste texto.

Portanto, esta seção trata da sobredeterminação do divino no discurso do fim, auxiliando-nos a entender o jogo que se estabelece entre o real e o imaginário. Para tratarmos da língua e seu efeito simbólico e histórico, que permite que se chegue aos sentidos produzidos no discurso, apoiamo-nos na obra *Língua inatingível*.

A ausência de um conceito não produz o seu simples contrário, e a loucura não é a sua simples mudança ou falta. É na trama imaginária de uma teoria que se negocia a relação com a loucura: quando, hoje em dia, decidimos lançar a ciência contra a loucura, começamos por fazer da ciência uma lógica oposta à não lógica da loucura; esquecemos, assim, que a loucura (e a poesia) fazem também um certo uso da língua, são igualmente apreendidas no real. (GADET; PÊCHEUX, 2010, p. 63)

Podemos estabelecer alguns parâmetros de interpretação por meio da *trama imaginária* que é constituída pelo interdiscurso, pelo universo simbólico, que funciona através do sujeito ideológico, dotado de inconsciente. Como já dito anteriormente, essa formulação implica diretamente o princípio de contradição, responsável tanto pela constituição de sua *base* conceitual, quanto de sua utilização.

Esse ponto de contato que considera a contradição como constitutiva nos aproxima do *real* da língua enquanto estatuto de representação da realidade. Dito isso, podemos observar que, no caso do discurso do *fim*, observa-se que os sentidos que migram e se dispersam na obra de Žižek, funcionam de modo soberano sobre os problemas das sociedades.

Como esta seção trata da sobredeterminação do divino no enunciado, constata-se, pela própria noção de apocalipse sendo alargada em diferentes campos de saberes, que a formação discursiva religiosa atravessa *fim dos tempos*, mesmo que o enunciado esteja inclinado em sua própria *negação* (contradição), como seria o caso de um discurso ateu, por exemplo, que poderia enunciar o *fim dos tempos* da religião. Porém, de forma paradoxal, para haver sobredeterminação do divino, é preciso que tal funcionamento se apoie na crença, nas normas estabelecidas, já que tudo se explica de acordo com os preceitos de Deus. Desse modo, podemos fazer uma leitura que desdobra os sentidos de *fim dos tempos* em castigo, fome, guerra, desequilíbrio ecológico. Isso seriam castigos enviados por Deus? Nesse discurso do *fim*, encaminha-se a ideia de finitude?

Essas questões funcionam no interior da FD religiosa, que transpõe os saberes mundanos num plano de divindade, exercendo influência dogmática pelos discursos dela

advindos. Cabe lembrar que uma FD é a exteriorização de uma formação ideológica (FI) em uma situação de enunciação específica, ou seja, é a manifestação, no discurso, da materialidade ideológica. Trata-se de um conjunto de enunciados que representam um espaço de articulação que centraliza a língua e o discurso.

No caso da FDS, a própria questão do diferente, do contraditório, lhe é constitutiva. Caracteriza-se pela heterogeneidade, pois os saberes socialistas transitam nos planos religiosos, científicos, políticos, filosóficos. A importância da questão política se materializa em formações discursivas distintas, conjecturando as possibilidades do coletivo frente à discursivização contemporânea de sociedade, que trabalha sob o viés do *liberalismo* global, como trata o livro de Žižek.

Consoante à formulação de Indursky (2000, p. 75), não sendo a ideologia idêntica a si mesma, a formação discursiva, pela mesma razão também é, ao mesmo tempo, idêntica e dividida. Mesmo que em seu domínio de saber comporte-se a igualdade, ela também abriga a diferença e a divergência, resultando, daí, a contradição que impede a instauração da homogeneidade e da unicidade de saberes da formação discursiva.

Ao tratarmos de discurso, de formações discursivas, deparamo-nos com uma forte percepção de atravessamentos religiosos em nosso histórico da língua(gem), na expressividade que insiste em registrar noções divinas em sua semântica, enraizada num *universo* mítico e fantasmagórico, poluído das mais diversas crenças e devotas concepções tradicionais. Mesmo com o trabalho da AD, que procura evidenciar as origens e a atual significação de um enunciado, com seus desdobramentos de memória, consideramos um dito que faz parte de outros saberes, dizeres estes incrustados de história e ideologia. Nesse percurso de significação, a ideia *comum* que transita nos espaços de contradição da língua revela-nos uma religiosidade marcada no pensamento do fim do mundo.

A título de ilustração, observe-se a seguinte sequência discursiva de referência (SDR1), extraída do início da obra, parte esta denominada como *A perversidade espiritual do céu*, lembrando que as sequências discursivas de referência representam as análises tomadas da formação discursiva de referência – que é a formação discursiva socialista (FDS), na qual se inscreve o discurso de Žižek a partir dos recortes de sua obra.

SDR1: “A premissa subjacente deste livro é simples: o sistema capitalista global aproxima-se de um ponto zero apocalíptico. Seus ‘quatro cavaleiros do Apocalipse’ são a crise ecológica, as consequências da revolução biogenética, os desequilíbrios do próprio sistema (problemas de propriedade intelectual, a luta vindoura por matéria-prima, comida e água) e o crescimento explosivo das divisões e exclusões sociais.” (Žižek, 2012, p. 11-12)

A referência de Žižek sobre a questão geral do livro, em que a crise do capitalismo é estabelecida e configurada pela criticidade em relação ao sistema econômico vigente, é um sentimento de muitos ativistas sociais. O gesto de leitura nos leva diretamente à temática do capitalismo *global* e de seus espaços de ruptura. Se a crítica de Žižek se sustenta pelo apocaliptismo de sua visão sobre o sistema, o argumento representado pelos “quatro cavaleiros do Apocalipse” toma como transferência de sentidos o rumo do sistema como catástrofe. Essa relação marcada com “premissa subjacente” nos convoca como leitores desse desastre, seguido de “ponto zero apocalíptico”. Contraditoriamente, o “ponto zero” pode representar um novo princípio, visto que estabelece uma relação de causa (capitalismo) e consequência (crise, desequilíbrios, carestia de suprimentos e contínua divisão social). Dizemos, então, que o “ponto zero”, do qual fala Žižek, está relacionado ao rearranjo na infraestrutura, desarranjo desta que não cessará de repetir e de retornar ao princípio selvagem de civilização. Cabe destacarmos que, enquanto sujeito da enunciação inscrito na FDS, observa que a mudança das práticas do homem contemporâneo não ocorreu e continua se constituindo em um processo devastador, juntamente em suas relações com as estruturas. Se, no passado, predominavam a peste, a guerra, a fome e a morte, hoje estes se assentam sobre o modo como o homem contemporâneo se relaciona com a natureza, com a ciência, com o sistema vigente e a distribuição de renda. E, nessa engrenagem, um acaba derrotando outro.

Desse modo, elaboramos um quadro que exemplifica a divisão da SDR1 por meio da tese althusseriana, juntamente com as considerações pecheutianas de contradição, com intuito de representar de que forma podemos ler e interpretar a premissa do livro, além de configurar a base do materialismo histórico em contraponto com o *sistema* econômico dominante. Nesse exercício de compreensão, que subjaz a filiação da AD com o materialismo histórico, é possível discernir quais os espaços ocupados pela perspectiva de crise, tanto no âmbito da base material, quanto das relações de reprodução das condições de produção.

Nessa divisão, posicionamos algumas questões que norteiam a obra de Žižek a partir de um esquema feito com as considerações althusserianas, para obtermos um prisma da reprodução dos *quatro cavaleiros do apocalipse* no movimento de interpretação de suas relações, e da necessidade de representar tal problemática rumo à concreção crítica do *sistema* por meio das materialidades que o compõem, das estruturas que significam.

Quadro-síntese 1

Os quatro cavaleiros do apocalipse e as relações de produção

Base material	Modo de produção dominante	Reprodução das relações de produção
1. Recursos naturais	→ exploração e destruição	→ ... crise ecológica
2. Conhecimento	→ ... pesquisas como meio	→ ... abusos, atentados contra a própria e outras espécies
3. Estrutura social	→ ... hegemonia de alguns países, sobredeterminação do capital em detrimento do social	→ ... desequilíbrios do próprio sistema (problemas de propriedade intelectual, a luta vindoura por matéria-prima, comida e água)
4. Distribuição do capital	→ ... concentração de poder econômico e político nas mãos de uma minoria	→ ... crescimento explosivo das divisões e exclusões sociais

Fonte: elaborado pelo autor.

Para melhor configurar a disposição dessa divisão, é preciso que as teses althusserianas sejam expostas no movimento de análise/interpretação, contudo, o comentário de Žižek no livro *Mapa da Ideologia*, organizado por ele, encontra tal argumentação sob um plano apocalíptico de uma obscura constatação. “Parece mais fácil imaginar o ‘**fim do mundo**’ que uma mudança muito mais modesta no modo de produção, como se o capitalismo liberal fosse o ‘real’ que de algum modo sobreviverá, mesmo na eventualidade de uma catástrofe ecológica global...”. (ŽIŽEK, 2010, p. 7, grifo nosso)

De acordo com a obra *Sobre a reprodução*, de L. Althusser (1999), podemos ver a representação da *metáfora do edifício* a partir das estruturas justapostas na teoria marxista, que descrevem o processo de relação, de forma determinante, entre superestrutura e infraestrutura. Essa *visão* ocorre da interpretação da realidade a partir de suas condições de produção, isto é, por meio do pensamento marxista.

Todos nós podemos facilmente nos convencer de que essa representação da estrutura de toda sociedade como um *edifício* que comporta uma base (infraestrutura) sobre a qual se erguem os dois “patamares” da superestrutura, é uma metáfora, mais precisamente, uma metáfora *espacial*: uma tópica. Como toda metáfora, esta sugere, faz ver alguma coisa. O quê? Justamente o seguinte: os andares superiores não poderiam “manter-se” (no ar) por si sós, se não repousassem precisamente sobre sua *base* e seus alicerces. (ALTHUSSER, 1999, p. 79, grifo do autor)

O autor avança na concepção dessa metáfora de modo a inscrever sua tese de interpretação da realidade a partir do que chama de *vantagem teórica*, ao se referir à ótica de

sua filiação com o materialismo histórico. Essa *determinação* advinda da divisão de análise do pensamento althusseriano nos indica um campo de interpretação.

Portanto, podemos dizer que a grande vantagem *teórica* da tópica marxista, portanto, da metáfora espacial do edifício (base e superestrutura), consiste, simultaneamente, em *fazer ver* que as questões de determinação (ou de índice de eficácia) são capitais; em fazer ver que é a base que determina em última instância todo o edifício; e, por consequência, em *obrigar a formular* o problema teórico do tipo de eficácia “derivada” próprio da superestrutura, isto é, *obrigar a pensar* o que a tradição marxista designa pelas expressões conjugadas de autonomia relativa da superestrutura com a ação de retorno da superestrutura sobre a base. (ALTHUSSER, 1999, p. 80, grifo do autor)

Ou seja, o que somos *obrigados* a ver, a partir das considerações althusserianas elencadas e citadas, instiga-nos a relacionar o *fim dos tempos* de Žižek numa ordem apocalíptica por meio das divisões estruturais. A crítica se inscreve tanto no âmbito filosófico/socialista, que interroga as práticas sociais e o estatuto da política, quanto no âmbito econômico/capitalista, que reproduz suas condições de produção num ciclo constante, sem espaço para que questões como igualdade social, por exemplo, possam emergir historicamente e funcionar na esfera do capital.

Coloquemos as cartas na mesa. Julgamos que é a partir da reprodução que é possível e necessário pensar a existência e a natureza da *superestrutura*. Basta nos situarmos no ponto de vista da reprodução para que fiquem esclarecidas várias das questões, cuja existência era *indicada* pela metáfora espacial do edifício, sem que lhes tivesse sido dada uma resposta conceitual. (ALTHUSSER, 1999, p. 81, grifo do autor)

Trata-se da relação direta da reprodução com a superestrutura, do mesmo modo em que a AD relaciona a língua com suas condições de produção histórica e com a ideologia.

A AD considera a ideologia incrustada na língua, em contato com as estruturas sob a ótica marxista. Essa problemática cresce na medida em que a interpretação ganha subsídios teórico/práticos na leitura da realidade. “Nossa tese fundamental é que não é possível fundamentar esses problemas (e, portanto, encontrar solução para os mesmos) *a não ser do ponto de vista da reprodução*” (ALTHUSSER, 1999, p. 82, grifo do autor). Logo, o âmbito da reprodução abarca toda a realidade, e essa mesma realidade é confrontada pelo enunciado *fim dos tempos*.

Algo que sempre nos retorna, enquanto analistas de discurso de filiação pecheutiana, é a questão da ideologia. Ao introduzir o pensamento althusseriano em seus estudos, Pêcheux (1975) envolve a noção de ideologia como inerente à linguagem. Essa consideração epistemológica coloca a abordagem do analista sempre em perspectiva, já que uma vez em

contato com o *universo* social, a partir da interpelação do *sujeito*, amarra a concepção de língua em seu funcionamento, em sua materialidade.

Com efeito, apesar das aparências, isto é, apesar dos preconceitos ideológicos sobre a ideologia e as ideias, a ideologia não existe nas *ideias*. A ideologia pode existir sob a forma de discursos escritos (livros) ou falados (sermões, cursos, alocações, etc.) que, supostamente, veiculam “ideias”. Mas justamente a “ideia” que se faz das “ideias” comanda o que se passa nesses discursos. (ALTHUSSER, 1999, p. 178, grifo do autor)

Isso implica compreender o processo da ideologia por meio das práticas sociais, que são mediadas pelo sistema linguístico. Com efeito, a tese althusseriana nos indica um percurso para a interpretação do sujeito em suas práticas e do Estado em suas instituições. O trabalho de Pêcheux (1975) está justamente em conectar a língua na intersecção desses grupos, divididos pela infraestrutura e superestrutura.

A ideologia não existe no “mundo das ideias” concebido como “mundo espiritual”, mas em instituições e nas práticas próprias dessas mesmas instituições. Seríamos até tentados a dizer ainda mais precisamente: a ideologia existe *em aparelhos e nas práticas próprias desses mesmos aparelhos*. (ALTHUSSER, 1999, p. 179, grifo do autor)

Esse ponto direciona a concepção da língua com a qual a AD trabalha, pois, além de inscrever o efeito ideológico pelas práticas sociais, transforma as relações de interpretação da língua sob o viés do materialismo. Além disso, se a ideologia não fica no “mundo das ideias”, como afirma Althusser (1999), mas em suas práticas, é a língua que medeia a relação do sujeito com as instituições, com o trabalho, com a superestrutura, enfim, com o *universo* social. Esse é o percurso epistemológico que Pêcheux (1975) construiu para teorizar sobre o objeto discurso e um dos principais pontos de divergência das outras teorias de língua.

Ao afirmar a problemática como “subjacente” de toda a obra, Žižek inscreve no fio discursivo que acompanha suas articulações o apocaliptismo em sua dimensão argumentativa. Nesse “ponto”, o autor registra na língua seu posicionamento político ao abarcar a problemática pela superestrutura. Reflete possíveis colapsos com o apocalipse para se integrar criticamente na noção catastrófica e insere, no exame da situação atual, em oposição às próximas questões, comparadas com os quatro cavaleiros, que o autor designa como “crise” ecológica, “revolução” biogenética, “desequilíbrios” do sistema e “divisões e exclusões” sociais, observações baseadas em sua leitura apocalíptica dos rumos da sociedade contemporânea global.

O *apocalipse* enunciado na representação da problemática econômica invoca os saberes relacionados a esse *fim* para (re)significá-los num âmbito material de análise política. Portanto, transfere de um plano metafísico e dogmático a catástrofe anunciada para a sua concreção como colapso do sistema. Alude ao fim do mundo para emprestar deste enunciado sua espessura de significação, sua capacidade de configuração, num campo imaginário, simbólico, que se instaura na comunicação pela inscrição de *fim dos tempos*.

Essa expressão nos interessa enquanto enunciação apocalíptica, uma vez que transforma um dito ordinário numa fórmula catastrófica, legitimada pelo sistema da língua com funcionamento significante no emaranhado social/ideológico em que estamos inseridos. Nessa perspectiva teórica, obtemos a palavra, o enunciado, com sua memória incrustada em sua substância, independente de sua enunciação num plano individual/psicológico. Isso significa que o *eixo vertical* (ORLANDI, 2010) que sustenta e constitui o dizer, a partir do interdiscurso, deságua na materialidade da língua, marcada pelo *eixo horizontal*, em que se encontra o intradiscurso.

Situamos a memória justamente no eixo vertical: são enunciações que se estratificam no eixo vertical de tal maneira que qualquer formulação se dá determinada pelo conjunto de determinações já feitas. No entanto há uma particularidade que define a natureza da memória discursiva: trata-se do fato que quando enunciamos há essa estratificação de formulações já feitas que presidem nossa formulação e formam o eixo de constituição do dizer. Mas são formulações já feitas e esquecidas. Por isso é que podemos afirmar que a memória discursiva é constituída pelo esquecimento. (ORLANDI, 2010, p. 21)

Disso infere-se que uma palavra não depende de sua denominação formal, designada pelo dicionário e determinada pelo sistema da língua, para significar num plano discursivo, de *uso* linguístico, mas que sua materialidade, sua enunciação, está atravessada por outras formulações, outros pré-construídos que (re)significam no enunciado, atualizam saberes ulteriores, conduzem o percurso do dizer de forma heterogênea, imbricando o sujeito ideológico althusseriano com o grande Outro lacaniano.

Tomemos por exemplo a palavra “família”. Não sabemos nem dizer o número de vezes que a palavra família foi dita em diferentes circunstâncias no contexto histórico da cultura ocidental, por exemplo. A cada vez, ocorreu em condições de produção específicas que a fizeram significar de maneira particular. Pois bem, é todo esse conjunto de enunciações que constitui a memória da palavra família. Mas nós mesmos já esquecemos o como essa palavra significou em cada uma dessas enunciações. Por isso, quando dizemos família, essa palavra significa não apenas o que temos intenção de dizer, mas também pela memória de que ela está impregnada e que, muitas vezes, desconhecemos. (ORLANDI, 2010, p. 22)

Esse complexo de saberes que flutuam em nosso imaginário carrega em seu estatuto uma historicidade plural de significação. Converge no *eixo vertical* da constituição dos dizeres e resulta em sua formulação. Ou seja, não temos autonomia na relação da historização dos sentidos, apenas fazemos parte dela ao enunciarmos, ao inscrevermo-nos na língua como sujeitos. Sobre esse assujeitamento, Pêcheux afirma:

[...] o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas. (2009, p. 149)

Desse modo, passemos à segunda sequência discursiva de referência, cuja formulação decorre da concepção antirreligiosa do materialismo histórico, em contraponto com o ideário cristão liberal/democrático.

SDR2: “Mas²¹ aqui não confundimos o materialismo ateu com a atitude cristã apocalíptica radical, confirmando, portanto, a afirmação frequentemente repetida de que o ateísmo não se sustenta, somente por vegetar à sombra do monoteísmo cristão?” (Žižek, 2012, p. 127).

Na SDR2, extraída da parte 2 do livro, denominada “Raiva: a realidade do político-teológico”, destaca-se a discussão central que norteia a problemática cristã em contraponto com o materialismo. Esse recorte aparece na obra após um trecho do livro *A alma do homem sobre o socialismo*, de Oscar Wilde, no qual é fomentada uma reflexão sobre os males de a iniciativa privada tentar *aliviar* as mazelas sociais criadas por ela própria. Deve-se mencionar, também, algo sobre Žižek chamar a atenção para o *radicalismo* apocalíptico de que os cristãos fazem parte. Esse ideário catastrófico do juízo final remete à própria *verdade* cristã, legitimada e atualizada pelos rituais dogmáticos que a constituem como corrente religiosa. Ao demarcar a diferença do “materialismo ateu com a atitude cristã apocalíptica radical” e pontuar uma possível confusão entre a significação do materialismo *ateu* num plano negativo, isto é, ao contrário do monoteísmo cristão, que transmite historicamente o plano positivo pela conjuntura social, o autor levanta o questionamento a partir da negativa “não confundimos”, precedida do conector argumentativo “mas”.

²¹ Esse “mas” está relacionado com referência às primeiras linhas da obra de Oscar Wilde, *A alma do homem sobre o socialismo*, na qual se destaca a imoralidade da propriedade privada “aliviar” os problemas sociais advindos de sua própria instituição.

Como se percebe nessa SDR2, o discurso sobre o “fim”, na obra de Žižek, é marcado por relações de diferença, ou seja, no interior da FDS convivem posições-sujeito distintas. A diversidade vem marcada pelo funcionamento da dupla negação:

Quadro-síntese 2

A negação no interior da FDS

“... mas não é x ...”	“... portanto, y é verdadeiro”	“ é y... mas também é z”
... não confundimos o materialismo ateu com a atitude cristã apocalíptica radical...	... confirmando, portanto, a afirmação frequentemente repetida de que o ateísmo não se sustenta somente por vegetar à sombra do monoteísmo cristão.	∅
materialismo ateu <i>versus</i> atitude cristã apocalíptica radical	o ateísmo não se sustenta somente por vegetar à sombra do monoteísmo cristão.	<i>Deus</i> metafórico do materialismo – o sistema dominante, no sentido de oposição – o coletivo, no sentido da <i>crença</i> do socialismo.

Fonte: elaborado pelo autor.

Esse quadro-síntese ilustra o funcionamento produzido pelo discurso identificado aos saberes da FD socialista, num sentido mais específico, a negação marca, dentro dessa FD, que a forma-sujeito dominante é a ideologia cristã a serviço do capitalismo e controle do mercado. Nesse sentido, temos uma posição-sujeito fortemente distanciada da cultura apocalíptica (ideologia cristã).

Em seguida, temos “a afirmação frequentemente repetida” que nos remete à (des)legitimação do ateísmo pela sociedade por “vegetar” ao contrário do monoteísmo cristão. Se o ateísmo não se sustenta por ser a parte negativa do que está positivado no âmbito social, a problemática política que se instaura na quebra ideológica do dogmatismo capitalista/cristão deságua numa perspectiva do materialismo histórico/ateu. Em outras palavras, a falta de sustentação do ateísmo materialista se dá não apenas no âmbito religioso, que não o aceita na ordem social e no funcionamento das instituições, mas na problemática política, que engessa as possibilidades do ateísmo numa conjuntura de igualdade social perante o Estado, luta essa caracterizada pela tentativa de neutralização por parte da ideologia dominante, “democrática” capitalista/cristã, em oposição ao materialismo histórico ateu.

O que se segue é o passo que vai do “em-si” ao “para-si”, para a ideologia em sua alteridade-externalização, momento sintetizado pela noção althusseriana de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), que apontam a existência material da

ideologia nas práticas, rituais e instituições ideológicas. A fé religiosa, por exemplo, não é apenas nem primordialmente uma convicção interna, mas é a Igreja como instituição e seus rituais (orações, batismo, crisma, confissão etc.), os quais, longe de serem uma simples externalização secundária da crença íntima, representam *os próprios mecanismos que a geram*. (ŽIŽEK, 2010, p. 18, grifo do autor)

A memória discursiva, tal como proposta pela AD, nos permite verificar a história dos sentidos na constituição social. O uso da língua a partir da repetição e da regularização de enunciados incide teoricamente em nossa perspectiva de interpretação, descrevendo o processo linguístico sob um prisma de desconstrução de suas amarras tradicionais, para fazer emergir, sob a luz discursiva, o jogo da língua entre a paráfrase e a polissemia (ORLANDI, 2005). Movimento este que se reifica entre o “velho” e o “novo”.

Quando pensamos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente. Daí consideramos que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo o dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. **A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco.** (ORLANDI, 2005, p. 36, grifo nosso)

A repetição do discurso do fim se organiza no interdiscurso, e por isso não a considerarmos um simples retorno de estrutura de enunciado no nível linguístico, já que, tomada assim, só daria conta do nível intradiscursivo e não no interdiscurso. O deslocamento de fronteiras entre formação discursiva religiosa/capitalista no interior da FDS consiste em um processo de reconfiguração.

Nesse caso, o mesmo e o diferente assentam-se na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. O retorno aos mesmos espaços do dizer e as formulações do mesmo dizer sedimentado migram, se dispersam, oscilam entre a estabilização e o deslocamento.

Em relação à SDR2, observe-se que o discurso que se mantém é o de “materialismo *versus* espiritualismo” e de “ateísmo *versus* cristianismo”. Por outro lado, a estabilização vai se rompendo na medida em que se concebe que o materialismo “não se sustenta somente por vegetar à sombra do monoteísmo cristão”. O sujeito da enunciação, na SDR2, chama a atenção para o fato de que a diferença não se limita apenas entre o divino e o temporal, mas a outras questões. O sujeito enunciador “joga com o equívoco”. Contrapõe-se na medida em que estabelece conexões semânticas entre o materialismo e o cristianismo, instaurando uma relativização das *verdades* argumentativas em relação à sua oposição. Parte de uma esfera de estabilização para a progressão de suas bases no entorno das formulações da língua. Após a

sequência configurada como nosso recorte de análise, Žižek aprofunda o desdobramento da problemática inicial ao interrogar o *funcionamento* da junção entre o materialismo e o cristianismo:

[...] como responder à objeção óbvia de que o “materialismo cristão” não passa de uma crença “barrada”: como não tenho coragem suficiente para dar o “salto de fé”, retenho a forma cristã do compromisso religioso, mas sem seu conteúdo? A resposta é que esse “esvaziar a forma de seu conteúdo” ocorre no próprio cristianismo, em seu próprio núcleo; o nome desse esvaziar é *kenósis* [cenose]: Deus morre e ressuscita como Espírito Santo, como a *forma* da crença coletiva. (2012, p. 127, grifo do autor)

A crítica do filósofo instaura-se no plano discursivo para emergir numa problemática política, já que a crença “barrada” de que fala tem relação direta com a superestrutura, ou seja, com as instituições que a compõem enquanto sistema dominante. Mas o argumento não é tão simples. Trata-se de admitir, no interior da crença do cristianismo, seu próprio *esvaziamento*, para que se corresponda em coerência ao seu percurso dogmático à filiação de tal corrente religiosa. Isso vale também para o socialismo, que sofre processo semelhante pelas instituições, que em nome do cristianismo, da ordem social, do sistema, diluem sua substância material por questões metafísicas, idealistas, que se encaixam no modelo atual de Estado. Essa mesma similitude indica uma espécie de imposição da superestrutura – independentemente de suas características – sobre a infraestrutura.

Outra ótica estaria no cerne da relação entre o materialismo e o cristianismo, que teria, em seu desdobramento, a inevitabilidade de cair num paradigma paradoxal entre suas formações, concomitante às funções de cada um no âmbito social. Nesse caso, Pêcheux chama atenção ao modo de funcionalidade da ideologia, por meio das práticas sociais, e da contradição como dispositivo substancial de tais relações.

A consequência teórica mais importante ao se tomar essa perspectiva, em minha opinião, é que os objetos ideológicos implicados no interior das lutas de movimento são necessariamente objetos de paradoxo lógico. Eles têm uma estranha propriedade de ser ao mesmo tempo *idênticos e antagônicos entre si* – situação análoga ao Ministério do Amor do livro 1984 de Orwell, que, apesar do nome, é um ministério dedicado à tortura. (PÊCHEUX, 2012, p. 97, grifo do autor)

As condições de produção que constituem o enunciado e sua significação se inscrevem no processo linguístico automaticamente. Pela atualização enunciativa do dizer, preenchem as lacunas da língua nos espaços de contradição e (re)significam na estrutura (sistema). Portanto, cria-se o novo a partir do velho. Renova-se, na atualização discursiva, um pré-construído de outro lugar.

Essas são duas forças que trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo discurso se faz nesta tensão: entre o mesmo e o diferente. Se toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas. (ORLANDI, 2005, p. 36)

Podemos aproximar essas *forças* ao comentário de Žižek (2010), quando discute essa mesma relação com o adendo da perspectiva materialista diante das amarras ideológicas do Estado contemporâneo:

É fácil discernir essa matriz na dialética do “velho” e do “novo”, quando um evento que anuncia uma dimensão ou época inteiramente novas é (des)apreendido como uma continuação do passado ou um retorno a ele, ou, no caso inverso, quando um acontecimento inteiramente inscrito na lógica da ordem existente é (des)apreendido como uma ruptura radical. O exemplo supremo deste último caso, obviamente, é fornecido pelos críticos do marxismo que (des)apreendem nossa sociedade capitalista avançada como uma nova formação social, que não seria mais dominada pela dinâmica do capitalismo tal como descrita por Marx. (ŽIŽEK, 2010, p. 7)

O enunciado *fim dos tempos* serve de suporte analítico, que aciona uma memória social/coletiva a partir dos pré-construídos estabelecidos no imaginário, no interdiscurso. Esses saberes estratificados interferem na materialidade linguística, do *eixo horizontal* denominado como intradiscurso.

Esse gesto de interpretação diante de tal discursividade não se fecha apenas no plano linguístico, nas relações de intertextualidade, mas trabalha com o exterior da língua, com o equívoco e com as falhas do *ritual* de que fazemos parte pelo uso das palavras. Se o apocaliptismo está por trás da significação de *fim dos tempos*, isso se dá pela existência de uma memória própria de significação, no âmbito religioso. A tarefa de relacionar o sentido com sua historicidade ocupa um posicionamento diante da língua, que opõe-se ao sistema, posto a ideia estanque de determinação semântica, para buscar nas imbricações ideológicas e históricas a constituição enunciativa. É por essa questão que insistimos sobre a incompletude da língua e seus desdobramentos, já que essa condição nos permite compreender as falhas do ritual do qual fazemos parte.

Se o real da língua não fosse sujeito a falha e o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos, nem dos sentidos. É porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa. Por isso, dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história. (ORLANDI, 2005, p. 37)

Diante do discurso do fim, cristaliza-se a sobredeterminação do divino incrustado em sua historicidade. Isso significa que sua enunciação carrega um ideário apocalíptico oriundo de seu processo semântico, mesmo que não seja a intencionalidade do locutor. O efeito de sentido gerado a partir de tal enunciação transmite saberes religiosos que pressupõem o fim do mundo como característica dogmática dos ensinamentos que fazem parte dessa formação discursiva.

A partir da ideia de *fim dos tempos*, Žižek registra na historicidade do enunciado sua obra filosófica, na qual trata de problemáticas contemporâneas. Atualiza os saberes por meio de sua indissociabilidade com o histórico semântico que forma o enunciado, comprometendo, assim, sua significação enquanto dizer pré-construído “em outro lugar e independentemente” (ORLANDI, 2010). Essa relação com a língua ocupa um espaço no jogo entre a repetição e a regulação do dito.

A dialética que movimenta o sintagma *fim dos tempos* tem em seu código de funcionamento uma raiz mítica que perpassa seu histórico semântico nas relações sociais. No caso desta pesquisa, não estamos trabalhando apenas com o enunciado em questão, mas com o *discurso do fim*, que abarca de forma mais homogênea a problemática discursiva que está implicitamente alojada em tal expressividade. Contudo, com o dito em questão, obtemos um suporte analítico de enunciação, além da denominação da obra de Žižek como ponto norteador de nossa direção dissertativa. Essa preocupação com o *corpus* se dá pelo processo de compreensão e leitura do referido aporte teórico, na premissa discursiva do não fechamento de um texto, mas de seu funcionamento num percurso de fronteiras abertas e delineadas pelo materialismo histórico.

Ao tratarmos do enunciado configurado no título do livro de Žižek, que embasou nossos recortes de análise, juntamente com a concepção de *discurso do fim*, do qual nosso trabalho faz parte, não podemos deixar de considerar a questão do apocaliptismo, “doutrina ou crença fundamentada na expectativa iminente do fim do mundo atual e na ressurreição dos justos num mundo purificado”,²² como ponto constituinte dos pressupostos semânticos que acompanham tal formulação.

Peste, guerra, fome e morte. São essas quatro designações que configuram os “cavaleiros do apocalipse”. Marcados na capa da edição brasileira, os personagens ilustram a obra de Žižek e determinam as relações aproximativas entre o *fim dos tempos* e o apocalipse. Não apenas no plano imagético, os saberes que trabalham na significação de nosso *universo*

²² Conforme dicionário *online*: <<http://aulete.uol.com.br/apocaliptismo#ixzz2etxUz7cj>>.

discursivo, ou seja, a obra *Vivendo no fim dos tempos*, permitem leituras diversas a partir de uma base significativa. Essa base ocupa um espaço de articulação pelo viés apocalíptico e compõe um leque heterogêneo de enunciações que delimitam sua significação à deriva da matriz em que se encontram, deslocando, assim, uma semântica que se aproxima, em vez de definir sob a forma apocalíptica.

A consequência do que precede é que toda descrição – quer se trate da descrição de objetos ou de acontecimentos ou de um arranjo discursivo-textual não muda nada, a partir do momento em que nos prendemos firmemente ao fato de que “não há metalinguagem” – está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). (PÉCHEUX, 2012, p. 53)

Sobre a questão explicitamente cristã, referimo-nos à sobredeterminação do divino, presente na discursividade apocalíptica, por meio da incursão de alguns domínios discursivos, pela FD religiosa. Contudo, nossa intenção não está em interrogar a história sobre a legitimidade de seu conteúdo, o qual tratamos como *mitologia cristã*, mas no percurso de enunciados que se amarram pela historicidade e se atualizam pela língua. Nesse caso, o Livro do Apocalipse nos interessa como origem da discursividade que se revela pelo *apocaliptismo*. Esse apocaliptismo de que tratamos, sob o universo discursivo da obra de Žižek, em contrapartida, transfere sentidos *originais* para significar em outras instâncias, da história, do sistema.

De acordo com a obra *Cosmos, caos e o mundo que virá*, de Norman Cohn (2011), o profeta Zaratustra, mais conhecido como Zoroastro (forma grega), surgiu entre os iranianos com uma nova perspectiva de existência, que considerava toda a humanidade enquadrada na constante atualização de um plano divino. Além disso, essa previsão continha uma gloriosa conclusão, que se consumaria pelo alcance da perfeição.

Quando tudo isso ocorreu? Existem duas opiniões, que não podem ser conciliadas. Segundo a tradição zoroastriana, o profeta viveu 258 anos antes de Alexandre, o que situaria em meados do século VI a.C. Esta data foi aceita por importantes estudiosos. No entanto, demonstrou-se que tal tradição derivava de um cálculo tardio baseado em uma ficção grega. Por mais de um século, indícios arqueológicos e linguísticos vêm se acumulando em favor da concepção alternativa – isto é, de que Zoroastro viveu em um período muito anterior, em alguma época entre 1500 e 1200 a.C. (COHN, 2011, p. 109)

Embora essas informações constituam o cenário religioso numa construção progressiva, não se pretende estabelecer um ponto inicial da concepção de *fim dos tempos* sob

um ideário divino, mas conectar, semanticamente, a historização delineada em tal percurso, que se atualiza na medida em que insiste significar em diferentes conjunturas. Nesse caso, fazem-se necessárias algumas indicações que participem e instituem ideias *sagradas* e concepções distintas sobre o *cosmos* a fim de explorar essa historicidade com certa *arqueologia*. Em *A arqueologia do saber*, Foucault trata da questão ao refinar sua definição:

A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como *documento*, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém à parte, a profundidade do essencial. (2012, p. 169-170, grifo do autor)

Sem adentrar nas especificidades do Zoroastrismo, que nos interessa como material simbólico e constituinte de enunciados posteriores, tal questão nos aponta às relações e interpretações de textos considerados *sagrados*, resultado de um percurso histórico entre a mitologia enquanto norteadora dos domínios do conhecimento. “Assim como Zoroastro transformou as noções tradicionais a respeito de como o mundo foi ordenado, do mesmo modo ele e seus seguidores transformaram as noções tradicionais a respeito daquilo que os seres humanos deviam aos deuses”. (COHN, 2011, p. 121)

Os meios para tanto são ao mesmo tempo espirituais e materiais, pois, como sempre no zoroastrismo, ambos estão de tal forma entrelaçados que chegam a ser indistintos. Espera-se de um ser humano que faça tudo ao seu alcance para promover o bem-estar e a prosperidade do mundo, mas também seu próprio bem-estar e prosperidade. Aqueles que assim agem reafirmam os valores mais elevados, cumprem o supremo dever religioso. (COHN, 2011, p. 123)

Segundo Cohn, graças à doutrina zoroastriana, seus seguidores tinham uma relação diferente com o cosmos, em comparação com outros povos da época, que se limitavam às oferendas à divindade para contribuir com o *funcionamento* da ordem no mundo. (COHN, 2011)

Um zoroastriano empenhava-se de maneira constante e direta, cumprindo obrigações que afetavam todos os aspectos de sua vida. Por um lado, isto representou uma democratização: todos os membros da comunidade participavam, através das tarefas comuns do dia-a-dia, na manutenção e no fortalecimento do mundo organizado – na verdade, todos estavam preparando o caminho para a consumação final, quando o mundo se tornaria perfeito. Por outro lado, as regras relativas à vida cotidiana, que foram proliferando ao longo dos séculos, estabeleciam uma barreira entre os zoroastrianos e os outros povos: tal como os judeus, os zoroastrianos constituíam um povo isolado. (COHN, 2011, p. 125)

A obra nos revela que o profeta era *milénarista*, exemplo mais antigo desse tipo específico.

Os profetas que prometem uma transformação total da existência, um aperfeiçoamento pleno do mundo, com frequência baseiam sua inspiração original no espetáculo não apenas do sofrimento, mas de um tipo específico de sofrimento: aquele ocasionado pela destruição de um antigo modo de vida, com suas certezas e salvaguardas familiares. (COHN, 2011, p. 133)

Após essa breve ilustração do zoroastrismo, podemos abordar um plano mais característico de nossa pesquisa, ao examinarmos a questão apocalíptica em sua construção no mundo antigo, com algumas particularidades marcadas pelos dogmas estabelecidos na tradição. “Os ensinamentos zoroastrianos tanto sobre a condição dos indivíduos após a morte como sobre o estado do mundo após o fim do ‘tempo limitado’ eram revolucionários na época”. (COHN, 2011, p. 133)

Essa incursão do Zoroastro em nossa pesquisa transmite a figura do profeta como responsável pela quebra paradigmática de noções religiosas no mundo antigo, para novas práticas de se relacionar com o cosmos, com a divindade.

Zoroastro teve a revelação não só do início da luta cósmica, mas também de sua conclusão. Ao final do “tempo limitado” – que será também o fim do “tempo da mistura” – o mundo irá passar por uma espécie de prova por meio da qual será purgado de todo mal, inclusive dos pecadores mortos. Todos os seres humanos que já viveram irão se reunir em uma grande assembleia onde cada indivíduo será confrontado com suas ações boas e más – o os redimidos se destacarão dos condenados com tanta clareza quanto as ovelhas brancas das negras. (COHN, 2011, p. 135)

Essa grande assembleia pode ser relacionada diretamente com o *juízo final*, ideia que constitui os saberes apocalípticos e que registra na memória coletiva de fim do mundo um divisor entre o bem e o mal, atravessado por um tribunal divino.

No âmago do ensinamento de Zoroastro está a consciência da guerra cósmica: a convicção de que uma poderosa força espiritual voltada para a manutenção e a ampliação da vida em um mundo ordenado luta contra uma força espiritual, igualmente poderosa, voltada para a destruição da vida e a redução do mundo ordenado ao caos. (COHN, 2011, p. 145)

Nesse ponto, podemos estabelecer uma ponte sobre o que Foucault (citado anteriormente) chama de *profundidade do essencial*. Isso significa que o elo entre os discursos tratados por esta pesquisa se fortalece na medida em que se avança ao ideário

cristão de apocalipse e, como consequência, à conjuntura semântica deste trabalho. Ora, se não é a questão cósmica atrelada a uma *força poderosa* que faria tal manutenção da vida, em um mundo *ordenado*, que tem o *caos* como oposição, de que se trataria o apocalipse? Provavelmente das amarras discursivas que historicizam sua materialidade.

“Os vários milhões de cristãos que hoje atribuem excepcional importância ao Livro do Apocalipse podem reivindicar um notável precedente: nos escritos do século II, este livro é mais citado que qualquer outro no Novo Testamento”. (COHN, 2011, p. 276)

Segundo Cohn, a obra foi redigida por volta de 95-6 d.C. O autor do Livro do Apocalipse chamava a si mesmo de João, e era identificado como apóstolo João, filho de Zebedeu, contudo, Cohn argumenta que essa informação provavelmente seja falsa.

Esta identificação, aceita por vários Padres da Igreja dos séculos I e II, foi em parte responsável pela inclusão do Apocalipse no cânone do Novo Testamento e mesmo hoje é defendida por alguns estudiosos. No entanto, quase certamente é falsa. A autoria apostólica nem é sequer aludida na própria obra; além do mais, seria preciso supor que o apóstolo tivesse escrito essa obra de grande intensidade emocional quando já completara no mínimo 85 anos de idade. O mais provável é que o João em apreço fosse um profeta itinerante, talvez um carismático semelhante aos profetas que, pouco antes na Síria-Palestina, haviam escrito Q e Marcos. (COHN, 2011, p. 276)

O autor argumenta que o Livro do Apocalipse foi escrito “para cristãos que ainda se consideravam judeus” (COHN, 2011, p. 276), e ressalta o caráter *judaico* da obra. De qualquer forma, o livro foi incorporado e popularizado entre os cristãos, independente da intencionalidade de autoria. “A despeito disso, o Apocalipse é também, do começo ao fim, uma obra profundamente cristã. Tudo o que aproveita da Bíblia hebraica é reinterpretado em sentido cristão, integrando-se a uma visão de mundo cristã (COHN, 2011, p. 277). Esse extrato nos interessa particularmente, já que se refere à *visão de mundo cristã*, da qual partilhamos a ideia de que o enunciado é incrustado – sejam quais forem suas condições de produção, sua formação discursiva – de uma determinação divina que significa em sua arqueologia, profundamente enraizada em problematizações dogmáticas e representações míticas de fim.

Os capítulos 12 e 13 do Livro do Apocalipse apresentam uma versão cristã bastante impressionante do antigo mito do combate. Sob a forma de um grande dragão vermelho com sete cabeças e dez chifres, Satã surge no céu e começa a reduzir ao caos o mundo ordenado. Com o rabo, arrasta de seus lugares apropriados as estrelas, esses símbolos supremos e guardiães da ordem estabelecida por Deus, e faz com que um terço delas caia na terra. (COHN, 2011, p. 279)

Essa representação do caos por meio do rabo de Satã caracteriza o misticismo de que tal enunciado é constituído, além de indicar uma transferência de sentidos sobre ordem/caos como uma dicotomia inerente ao processo apocalíptico, que explora em sua argumentação sob uma esfera política, posições-sujeito distintas diante de alguns opostos como sistema/revolução, liberdade/igualdade, tendo como base a ideia de *fim dos tempos* contraposta nos diferentes lugares enunciativos.

Nessas profecias, reinterpreta-se de maneira radical o antigo mito do ataque das forças do caos à ordem estabelecida por Deus e da vitória do jovem guerreiro divino sobre aquelas forças. Deixando de se referir à repetição regular recorrente de acontecimentos primordiais, ele se transformou em uma profecia do reino vindouro – de um mundo transfigurado, para sempre liberto da ameaça do caos e habitado por uma comunidade seleta de seres humanos transformados, para sempre imunes do envelhecimento, às doenças e à morte.

De novo, isto nos remete a Zoroastro, e outra vez nos perguntamos: coincidência ou influência? (COHN, 2011, p. 285)

A ideia de *destruição da vida* acompanha a semântica proposta por esta pesquisa, como um enunciado que é constituído, de forma indireta, pela indicação de fim do mundo, *fim dos tempos*, com diferentes demarcações linguísticas. As formações de suas famílias parafrásticas projetam um plano geral sobre o *fim*, de modo a enunciá-lo como fenômeno imanente às relações do homem com o mundo. Seja no sentido político/coletivo, ou no individual/psicológico, tal enunciado apresenta-se numa conjuntura finita, que se inscreve pela prática, pelo hábito e percepção da vida; pelo historicismo que percorre os textos e as palavras numa constante atualização.

O elemento *teofórico* que constitui o enunciado *fim dos tempos* tem em sua determinação uma memória religiosa que se inscreve nas práticas sociais e na interpretação de divindades, acionadas pelo teor *metafísico* que compõe tal abstração, elegendo, assim, em sua significação, além de um sincretismo religioso, marcas heterogêneas de enunciação sobre a mesma matriz.

O apocaliptismo faz parte do posicionamento de alguns intelectuais diante do sistema atual. Transforma o enunciado *fim dos tempos* num divisor de períodos de crise, pois implica código de articulação sob a forma de catástrofe numa inscrição pela língua que confere um estatuto apocalíptico.

Para pensar a questão do papel do intelectual em seu exercício, a sequência mobilizada abaixo permite compreender mais claramente a problemática levantada por Žižek:

SDR3: “Ficamos tentados a propor, portanto, uma leitura radical dessa síndrome: talvez o que os pobres intelectuais não consigam suportar seja o fato de levarem uma vida basicamente feliz,

segura e confortável, de modo que, para justificar sua nobre vocação, são obrigados a construir um cenário catastrófico total?”. (ŽIŽEK, 2012, p. 292)

A SDR3, retirada do posfácio da segunda edição, denominado como “Bem-vindo a tempos interessantes!”, configura uma discussão sobre a prática intelectual. O que o autor chama de “síndrome” carrega certo grau de criticidade sob um prisma ideológico. De acordo com o recorte, tal *sintoma* acadêmico representa os intelectuais que, em sua *atividade* cotidiana, estão presos às amarras do sistema, mesmo com um trabalho reflexivo diante das contradições inerentes ao Estado. Ao ficar tentado a “propor” essa conclusão radical, Žižek representa o que chama de “pobres intelectuais” como uma classe que leva uma “vida basicamente feliz, segura e confortável” e que a *justificativa* para isso os faria escrever sobre os rumos da sociedade de forma calamitosa. Além disso, o recorte expõe a “nobre vocação” dos intelectuais como algo a ser *justificado* de forma obrigatória. O autor levanta a questão sobre o processo para tal legitimação com uma pergunta sobre a forma (posicionamento) com que os intelectuais encaram sua *realidade* ao “construir um cenário catastrófico total”.

Isso significa também que o percurso trilhado pelo recorte, na atual conjuntura apocalíptica de que tratamos, constitui a argumentação subjacente de que a obra trata, afirmando tal oposição à organização da sociedade contemporânea (global). Concomitantemente, temos um recorte que insere o sujeito discursivo na própria crítica ao se representar como intelectual e questionar o próprio trabalho a partir do enunciado *fim dos tempos*. Trata-se, como está materializado no fragmento, de um “cenário catastrófico total”. Logo, podemos considerar este sujeito que enuncia no papel crítico de sua atividade “intelectual”, observando sua atividade a partir da dúvida, da criticidade que acompanha seu trabalho, da ética em reconhecer as contradições de sua atividade, além da problemática ideológica liberal, que compromete tal prática sob seus domínios de produção.

Considerando que, para Pêcheux (1997, p. 83), “todo processo discursivo pressupõe a existência de formações imaginárias”, a título de ilustração, formulamos o quadro disposto na sequência, no qual é possível visualizar o modo pelo qual o sujeito da SDR3 se posiciona em relação à produção intelectual, tendo em vista que esta é considerada um dos cavaleiros do apocalipse e responsável pelo “fim”. Vejamos:

Quadro-síntese 3

Configuração da posição-sujeito

Indeterminação	Ponto de vista sobre o lugar social dos sujeitos na história do conhecimento	Determinação
(produção intelectual)	uma síndrome	apocalíptica
socialismo	pobres	intelectuais
capitalismo	nobre	vocação
cenário	catastrófico	sistema

Fonte: elaborado pelo autor.

Cabe registrar que os saberes herdados do socialismo como a percepção de uma condição de intelectuais “comprometidos” entre si (em “relação a todo mundo”), marcada pela diferença, que simboliza a revolução e concretiza a transformação, emergem no discurso da negação dos saberes capitalistas, que aparecem como determinantes na classe dos intelectuais. Nessa medida, o sujeito da SDR3 entende o “fim” como incapacidade do intelectual para o que está além de sua produção.

Historicamente, o pesquisador é levado a ocupar tal lugar de ser “reprodutor” do que já está consagrado, construindo subprodutos discursivos em sua prática acadêmica, e gerando estudos e discussões diante do fenômeno social.

O parâmetro mais aproximado da questão está na universidade. Devido às práticas de reflexão no ambiente acadêmico, cujo objetivo, em linhas gerais, direciona-se na formação de alunos comprometidos com o conhecimento e com seus desdobramentos, o papel do intelectual transfigura-se no mediador das ciências e em sua intervenção prática a partir do processo teórico que o constitui. Contudo, em relação à sociedade, o papel do intelectual sofre certo obscurecimento pelo ideário positivista, tecnicista, liberal, que contrapõe a própria prática reflexiva diante do cientificismo ideológico dominante.

Isso significa dizer, ou melhor, considerar, que as ciências humanas sofrem certo efeito de apagamento pela estrutura posta, já que o *lugar* de interpretação social está preenchido por dispositivos responsáveis pela sua reprodução, como as instituições, por exemplo. Nessa mesma engrenagem, existe o sujeito-intelectual, que se posiciona por meio de sua prática, com a consciência voltada às problemáticas que ocupam espaços consideráveis nas lacunas da superestrutura, engendrando assim a continuidade das ciências humanas como suporte de leitura e compreensão do mundo, filiados ao estatuto da análise e reflexão filosóficas.

No plano da leitura e interpretação, o sujeito-intelectual pratica seu percurso pelo estudo e reprodução de conhecimento, entretanto, sofre na configuração prática de seu papel efetivo na sociedade pelo sentimento de incapacidade diante de eventos sociais, como podemos exemplificar na próxima sequência discursiva.

SDR4: “Os radicais invocam a necessidade de mudança revolucionária como uma espécie de símbolo supersticioso que levará a seu posto, ou seja, que impedirá a mudança de realmente acontecer. Quando acontece, a revolução tem de ocorrer a uma distância segura: Cuba, Nicarágua, Venezuela... Assim, ainda que meu coração se anime ao pensar nos eventos distantes, eu posso continuar a promover minha carreira acadêmica”. (ŽIŽEK, 2012, p. 292)

A SDR4 foi retirada da mesma parte da SDR3 e permite uma conexão direta de interpretação. Nesse fragmento, temos uma afirmação que compara a “mudança revolucionária” com um “símbolo supersticioso”. O que o autor chama de “radicais” materializa a concepção ostensiva de oposição ao sistema, de resistência das amarras sociais, criando, pela significação de seu percurso, um dispositivo *mítico* da *revolução*, algo que culminaria num processo simbólico, sem uma “mudança” *real*. Esse *impedimento* estaria preso ao ideário da *revolução* sem a *revolução*. Žižek prossegue com o fato de a *revolução* estar numa “distância segura”, ao citar “Cuba, Nicarágua, Venezuela”. Demarca novamente a problemática que se estende sob o trabalho intelectual, no ponto nodal de discussão acadêmica, principalmente no que diz respeito às filiações prático-teóricas do materialismo histórico. O recorte segue com “ainda que meu coração se anime ao pensar nos eventos distantes, eu posso continuar a promover minha carreira acadêmica”. De forma explícita, o autor insere os intelectuais filiados à problemática da revolução diretamente pelo trabalho, pela atividade acadêmica, sem, no entanto, participar de fato do movimento, da *revolução per se*. Mesmo com a *consciência* voltada para o materialismo histórico e suas implicações prático-teóricas, a “distância segura” do fato faz com que possa “continuar a promover minha carreira acadêmica”. Esse trecho dialoga diretamente com o recorte anterior, em que aponta para os “pobres intelectuais” “levarem uma vida basicamente feliz, segura e confortável”, que discursivamente se integra na promoção da carreira acadêmica.

Portanto, se no espaço revolucionário tem-se a questão da passagem de um mundo a outro, a relação com o invisível é aí inevitavelmente colocada, do mesmo modo como nas formas históricas da contrarrevolução: o conjunto constitui um só processo, contraditório, no qual se tramam as relações entre língua e história. (PÉCHEUX, 1990, p. 9)

O apocalíptico da obra, ao tratar desse assunto, insere-se em perspectivas distintas, tanto no âmbito revolucionário, que questiona a legitimidade dessa revolução, ou apenas da

ideia de revolução, que os aproximaria mais dos idealistas do que do materialismo histórico, quanto da instância acadêmica, que produz o estudo reflexivo da questão, com os subsídios *necessários* para a compreensão da problemática social do ponto de vista da superestrutura, mas com a prática submersa às amarras do Estado, pela interpelação, pela economia que dita a reprodução das condições de produção de forma ideológica. Essa falta de saída é levantada numa conjuntura de *fim dos tempos*, pois, ao tratar das crises globais e identificar o capitalismo como responsável pelas enfermidades sociais, questiona o papel da academia como lugar de articulação, e não apenas de identificação.

De um lado ou de outro dessa fronteira, a mesma palavra, a mesma frase, não têm, de novo, o “mesmo sentido”: e, como no caso da ideologia política burguesa, sua transposição, deliberada ou não, pode ser uma questão de vida ou morte: paradoxalmente, a desconfiança dos revolucionários com respeito à fraseologia engendrou a nova fraseologia do discurso-real autoprotetor, nova “frase democrática” que, ao repetir o que todos sabem, permite calar o que cada um entende sem confessar. (PÊCHEUX, 1990, p. 15)

A SDR a seguir contém o seguimento da problemática anterior, na qual Žižek levanta uma interrogativa filosófica sobre o apocalitismo intelectual diante da “situação real” como justificativa e resultado da prática reflexiva.

SDR5: “Qualquer que fosse a situação real, ela *tinha* de ser acusada de “catastrófica” e, quanto mais positiva parecesse, mais se praticava esse exercício; portanto, sejam quais forem nossas diferenças ‘meramente ônticas’, todos participamos da mesma catástrofe ontológica”. (ŽIŽEK, 2012, p. 300)

O que Žižek chama de acusação nos transmite o posicionamento discursivo apocalíptico diante do sistema. O extrato “qualquer que fosse a situação real” indica que, independente de como estivesse a *situação*, sempre sobraria espaço para o apocalipse das bases que sustentam a estrutura, para a crítica revolucionária de combate à divisão de classe, para educação reflexiva longe das amarras ideológicas liberais. Trata-se do “exercício” intelectual da catástrofe, que constitui o *fim dos tempos* como designação da insatisfação social diante do sistema, da inscrição do autor numa conjuntura coletiva de articulação, que pretende enunciar que, diante de nossa vida posta nesta ordem social, está o *fim dos tempos* de forma subjacente à engrenagem do liberalismo. “Portanto, sejam quais forem nossas diferenças – ‘meramente ônticas’ – todos participamos da mesma catástrofe ontológica”. Isso significa que, independente de nós sermos diferentes como indivíduos, sob uma perspectiva individual, fazemos parte da espécie que vive na ordem posta, como sujeitos ideologicamente

interpelados como tal, e, a partir disso, “participamos” da catástrofe “ontológica” como seres presos na superestrutura. Sem adentrar na problemática “ontológica” que perscruta a primazia filosófica diante das ciências humanas em geral, e da relação do sujeito com o entendimento de seu eu incrustado num percurso teórico, a participação da “catástrofe ontológica” dissipa as possíveis afinidades com a ordem social, para estabelecer, discursivamente, uma imanência apocalíptica de sentido, que emerge da argumentação sobre o coletivo.

1.2.2 O “Fim da história”

Esta seção não pretende elucidar a problemática histórica trabalhada por alguns autores que, com base em Hegel, trouxeram indagações históricas e filosóficas sobre seu *fim*, mas apenas registrar um breve esboço dessa concepção, em contraponto aos recortes elencados para a dissertação.

O enunciado em questão também faz referências indiretas à concepção apocalíptica da história, porém num sentido inverso, em que esse *fim* propriamente dito funciona pela estagnação do sistema, que seria a solução política para a história, a partir de uma perspectiva idealista, situada entre a democracia e o liberalismo, para demonstrar, pelo plano econômico, a ideia estanque que assombra o historicismo. Ou seja, o posicionamento discursivo se filia à ideologia dominante contemporânea, que, pelo viés econômico, por meio do apagamento da luta de classes, das relações de poder maquiadas sobre uma esfera de democracia em simulacro, corresponde(ria) ao *fim da história*, como veremos adiante.

Na obra *O fim da história e o último homem*, do filósofo americano Francis Fukuyama, temos uma perspectiva de *fim* que parte do pressuposto liberal da sociedade capitalista como ponto de estagnação da história, congelamento que é proferido a partir da ideologia dominante, responsável pelo efeito de apagamento da *luta de classes*, do *motor da história*.

Em outras palavras, o que surge vitoriosa, não é tanto a prática liberal, mas a *ideia* liberal, ou seja, em grande parte do mundo não há hoje ideologia com pretensões a universalidade que esteja em condições de desafiar a democracia liberal e não há nenhum princípio universal de legitimidade que não seja a soberania do povo. (FUKUYAMA, 1992, p. 76, grifo do autor)

Fukuyama é um hegeliano que defende a derrocada do processo histórico com o argumento de que a democracia foi legitimada pela maioria dos países como modelo político ideal, responsável pela extinção do fascismo e do comunismo, a partir do sistema capitalista e,

consequentemente, do liberalismo. Parte do pragmatismo econômico atual para corroborar teoricamente com seu idealismo.

Nós que vivemos em democracias liberais estáveis e antigas enfrentamos uma situação fora do comum. No tempo dos nossos avós, muitas pessoas sensatas podiam prever um futuro socialista luminoso no qual teriam sido abolidos a propriedade privada e o capitalismo e no qual a própria política seria uma coisa ultrapassada. Hoje, ao contrário, mal podemos imaginar um mundo radicalmente melhor do que o nosso ou um futuro que não seja essencialmente capitalista e democrático. (FUKUYAMA, 1992, p. 77)

Fukuyama refere-se às práticas liberais e ao todo do sistema capitalista como a salvação político-econômica global, no sentido de elucidar os problemas sociais por meio da ordem estabelecida pela verticalização ideológica dominante. O autor ampara-se filosoficamente em Hegel para argumentar que a razão alcançada pelo Estado, pela evolução das ideias, atingiu um ponto sem retorno, que seria o *fim da história*.

Podemos vislumbrar uma breve síntese do argumento de Fukuyama e alguns de seus desdobramentos nesta citação do trabalho de Beck, intitulado *Um outro mundo é possível? O fim da história a outros sentidos possíveis*:

Com a queda do muro de Berlim, a derrocada do Segundo Mundo levou à descrença em relação à sociedade planejada do chamado socialismo real. Fukuyama enunciou o *fim da História* argumentando ser a democracia neoliberal (capitalista) a melhor e a derradeira forma de organização social inventada pelo Homem. A globalização neoliberal seguiu-se à derrubada das fronteiras entre Primeiro e Segundo Mundo. A hegemonia do capitalismo globalizado teve como efeito o imaginário de que o Mundo é um só, sendo as regras de funcionamento do *livre mercado* válidas em todo o globo terrestre. (2005, p. 50, grifo do autor)

A partir de sua filiação filosófica, o autor encaminha sua reflexão rumo ao historicismo hegeliano, paralelo à concepção idealista de sociedade, na conjuntura contemporânea:

Atualmente é difícil perceber a natureza radical do historicismo hegeliano porque é parte importante do nosso horizonte intelectual. Pressupomos que existe um “perspectivismo” histórico no pensamento e compartilhamos um preconceito generalizado contra os modos de pensar que não são “atuais”. (FUKUYAMA, 1992, p. 93)

Fukuyama atende às expectativas das práticas liberais e busca em Hegel a explicação para a “natureza humana”, no quesito do desejo, das aspirações individuais.

Esse conceito filosófico reflete-se no chavão de que “a natureza humana nunca muda”, usado com maior frequência no contexto das características humanas menos atraentes, como a cobiça, a luxúria, ou a crueldade. Hegel, ao contrário, não negava o lado natural do homem originado pelas necessidades físicas de alimentação ou sono, mas acreditava que, nas suas características mais essenciais, o homem era *indeterminado* e portanto livre para criar sua própria natureza. (FUKUYAMA, 1992, p. 94, grifo do autor)

Esse fio discursivo conduzido pelo autor tem a legitimação pronta do Estado contemporâneo, pois se trata de confirmar o liberalismo como uma saída para todos os problemas político-sociais. Mesmo com o aporte teórico filosófico existente em sua obra, que relaciona seus argumentos em diferentes problemáticas, Fukuyama inscreve-se como defensor do sistema capitalista.

Quando Hegel formulou seu sistema, as pessoas não se mostraram inclinadas a levar a sério a afirmação de que a história terminava com o Estado liberal moderno. Quase imediatamente, Hegel passou a ser atacado pelo outro grande autor oitocentista de uma História Universal, Karl Marx. Na verdade, não temos consciência do nosso débito intelectual para com Hegel em grande parte porque seu legado nos chegou através de Marx, que se apropriou de grandes fatias do sistema hegeliano para seus próprios fins. (FUKUYAMA, 1992, p. 96)

Nesse caso, os “próprios fins” de Marx não são tão simples como parecem no fragmento, na medida em que a maior contribuição do pensamento marxista está no âmbito coletivo. Fukuyama deixa claro o que pensa da inversão de Marx sobre o pensamento dialético de Hegel e da crítica que tal feito pressupõe.

A crítica marxista de Hegel e da sociedade liberal é hoje tão conhecida que não vale a pena repeti-la. Contudo, o fracasso monumental como base para sociedades do mundo real – claramente evidente 140 anos depois do *Manifesto Comunista* – nos leva a perguntar se a História Universal de Hegel não foi, afinal, a mais profética. (FUKUYAMA, 1992, p. 97, grifo do autor)

Nas próprias palavras de Hegel, podemos ter uma ideia sobre a referência da evolução²³ como parte do idealismo do filósofo, pensamento que influenciou diferentes intelectuais com posicionamentos discursivos distintos.

²³ O quesito “evolução” guarda algumas camadas argumentativas contraditórias, que, por fugirem do escopo deste trabalho, não serão trabalhadas profundamente. Nosso objetivo, ainda, não parte de uma simples crítica a Hegel, com base em algumas citações e recortes de Fukuyama, mas na relação com o *fim dos tempos* tanto como enunciado quanto como denominação da obra de Žižek, que também é, de certa forma, um filiado de Hegel (assim como o próprio Marx). A concepção da dialética hegeliana feita por Marx deve ser subjacente à nossa pesquisa e ao posicionamento teórico que seguimos, uma vez que tratamos a língua a partir de uma perspectiva materialista.

O princípio da *evolução* envolve algo além, uma determinação interior, uma pressuposição efetiva que luta para se realizar. Essa determinação formal encontra a sua existência real no espírito, que tem a história universal como seu palco, propriedade e campo de sua realização. Ele não se sujeita ao vaivém do jogo exterior das contingências; antes, é o determinante absoluto, impassível ante as contingências, que domina e emprega em seu proveito. (HEGEL, 1995, p. 53, grifo do autor)

Ao referir-se à “história universal”, Hegel toca no ponto *essencial* de seu historicismo, de seu princípio de evolução, que teria força própria, para além do plano contingente. Trata-se de considerar essa *evolução* como um ideário estatal de desenvolvimento, a partir do plano idealista/liberal/democrático. A separação do idealismo e do materialismo histórico, tanto na concepção da superestrutura quanto na questão da subjetividade, determina-se pelo movimento dialético da história, pela luta de classes como combustível desse movimento. O apagamento dessa questão parte dos idealistas e da concepção de estagnação do Estado diante de sua oposição.

Editor da revista *New Left Review* por vinte anos, Perry Anderson (1993), comenta sobre os dois filósofos em sua obra *O fim da história de Hegel a Fukuyama*, especificamente em uma passagem que demonstra a relação das ideias de Fukuyama diante de sua fonte:

Em outras palavras, o fim da história pode ser melhor apreendido a partir de seu começo. A construção de Fukuyama recorreu sistematicamente à autoridade de Hegel para a forma de seu raciocínio. Até que ponto está autorizada a cobrir-se com esse manto? Numerosos críticos queixaram-se de que houve aí um exagero por parte de Fukuyama, já que para a sua argumentação o apoio em Hegel era supérfluo. De fato, estamos aqui diante de duas questões distintas. Sustentou Hegel que a história tinha chegado ao fim? Se assim foi, que espécie de fim era esse? A resposta à primeira pergunta é menos direta do que parece. Em seus textos, dificilmente a frase será encontrada. Nem existe qualquer passagem de sua obra onde a ideia seja diretamente formulada e desenvolvida como tal. (1993, p. 16)

Como não se trata de uma simples concepção histórica, visto que ela está fundamentada em Hegel, Perry Anderson traz essa possibilidade de leitura, entretanto reconhece o argumento de Fukuyama a partir de sua filiação hegeliana. “Mas não pode haver dúvida de que a lógica do sistema hegeliano, como um todo, exigia virtualmente isso como conclusão, e de que há provas suficientes de algo como a sua pressuposição nos vários enigmas da obra de Hegel”. (ANDERSON, 1993, p. 16)

A título de ilustração, esse breve esboço representa um ponto crucial de separação teórica e intelectual do movimento histórico-dialético que concebemos como teoria do discurso, pois, além de preservar uma concepção ideológica da própria ideologia, a partir de seu apagamento no que chama de *fim da história* (fim das ideologias), Fukuyama vê nesse *fim*

o início de uma era de estagnação histórica, de forma que a luta de classes passe cada vez mais despercebida no âmbito social, no positivismo/cientificista universitário, nas relações políticas, nas práticas do cotidiano, por meio desse simulacro. Esse argumento é, justamente, o resultado da interpelação ideológica, que transmite pela prática, pelo posicionamento político/discursivo uma determinação subordinada à superestrutura, ao aparelhamento institucional de Estado.

Apenas para exemplificar, em *Vivendo no fim dos tempos*, Žižek traz considerações que superam *simples minúcias teóricas*, como a correlação dos estudos marxistas, a partir de Hegel, sobre a problemática essência/aparência, o trabalho e a crítica do materialismo histórico. “Quando Marx define o valor de troca como modo de aparência de valor, deveríamos mobilizar todo o peso hegeliano da oposição entre essência e aparência: a essência só existe na medida em que ela aparece, ela não preexiste a seu aparecimento” (ŽIŽEK, 2012, p. 172). Além da argumentação que busca em Hegel as raízes do pensamento marxista, ao qual se filia em seu discurso filosófico, Žižek encontra na relação entre mercadoria/aparência uma visão materialista da problemática.

Da mesma maneira, o valor de uma mercadoria não é uma propriedade intrínseca que, na troca, existe independentemente da aparência. Isso significa que a distinção de Marx entre trabalho concreto e abstrato também é um nome errado: no sentido hegeliano, trabalho “concreto” (um indivíduo que trabalha com um objeto natural e o transforma para satisfazer alguma necessidade humana) é uma abstração da rede de relações sociais concretas dentro da qual ele ocorre; essa rede de relações sociais concretas inscreve-se na categoria de trabalho exatamente na forma de seu oposto, de trabalho “abstrato”, e em seu produto, a mercadoria, na forma de seu valor (em oposição ao valor de uso). (ŽIŽEK, 2012, p. 173)

Apenas para ilustrar, o que se *apaga* no comentário de Fukuyama caracteriza-se criticamente na citação anterior e materializa-se discursivamente no posicionamento de Žižek por meio de sua filiação filosófica. A FDS funciona, em seu movimento de reflexão, a partir de uma elucidação do pensamento hegeliano em contraponto ao pensamento marxista. Se Fukuyama prefere afirmar que “a crítica marxista de Hegel e da sociedade liberal é hoje tão conhecida que não vale a pena repeti-la” (1992, p. 97), temos, no segmento de Žižek, uma concepção importante que diz respeito a linhas distintas, ao dividir o idealismo hegeliano e o materialismo de Marx a partir da questão do trabalho e sua interpretação. Além disso, Žižek bebe da fonte hegeliana como ponto intelectual norteador de seus estudos, mas sem deixar de relacionar seu percurso filosófico pelo viés do materialismo histórico.

É claro que foi Hegel o filósofo que elaborou essa antinomia entre “o indivíduo livremente autodeterminado e a sociedade como esfera extrínseca de necessidade objetiva” como característica fundamental da modernidade; ele também percebeu claramente o vínculo entre a antinomia em seu aspecto social (a coexistência de liberdade individual e necessidade objetiva na forma de domínio dos mecanismos de mercado) e em seu aspecto religioso (o protestantismo com seus temas antinômicos de responsabilidade individual e predestinação). (ŽIŽEK, 2012, p. 174)

O autor interroga justamente o ponto nodal de discussão que surge da problemática hegeliana, pelo que chama de *ambiguidade* das leituras filosóficas que constituem o movimento de interpretação da obra de Hegel.

É por isso que, filosoficamente, a questão principal aqui é a ambiguidade da referência hegeliana. Primeiro, há autores, de Althusser a Karatani, que, de pontos de vista teóricos diferentes, consideram secundária, “coqueteria” irrelevante, a referência a Hegel na crítica da economia política de Marx (como a desvalorização tardia de Lacan de sua referência a Heidegger). Karatani, por exemplo, insiste que, embora o *Darstellung* de Marx do desdobramento do capital esteja cheio de referências hegelianas, o movimento do capital está longe do movimento circular na Noção (ou Espírito) hegeliana: a tese de Marx é que esse movimento nunca alcança a si mesmo, nunca recupera o crédito, sua solução é adiada para sempre, a crise é seu constituinte mais íntimo (sinal de que o todo do capital é a não verdade, como diria Adorno) e, por isso, o movimento é de “infinidade espúria”, reproduzindo-se indefinidamente. (ŽIŽEK, 2012, p. 174, grifo do autor)

Essa citação serve como base da questão levantada, já que Žižek inscreve-se na discussão da crítica marxista a Hegel justamente pela aresta em que outros autores entendem o *congelamento* da história a partir de seu “ponto zero”, o qual estaria configurado pela representação liberal/capitalista. Além disso, o autor cita Althusser e Karatani, que partem de perspectivas distintas sobre a referência a Hegel. Ora, se estamos tratando do *fim da história* como parte significativa do enunciado *fim dos tempos*, sob uma perspectiva filosófico-argumentativa, devemos considerar que a “solução adiada para sempre”, à qual Žižek se refere na citação, em alusão a Karatani, é o movimento histórico-dialético de suas forças, e não seu estancamento, que aparece sob um aspecto idealista.

[...] a crítica de Marx é precisamente *não* kantiana, já que ele concebia a noção de limite no sentido propriamente hegeliano: como uma força motriz *positiva* que empurra o capital cada vez mais para sua autorreprodução sempre em expansão (ŽIŽEK, 2012, p.174-175, grifo do autor)

O embate entre *forças* opostas se transforma no *motor* da história, na medida em que a dialética regula sua relação. Desse modo, a expansão do capital exerce sobre sua própria *força* sua *autorreprodução*, representada pelo sistema econômico dominante, que *apaga* as raízes

contraditórias do embate histórico da luta de classes, para instituir a ideia liberal sob um pano de fundo de *verdade* enquanto ordem social.

Apenas para retomar algumas considerações, ao finalizar nossas análises do primeiro recorte discursivo, passamos a tecer algumas considerações sobre determinados funcionamentos que se mostram marcantes nas sequências discursivas escolhidas como referência. Em primeiro lugar, destacamos que a sobredeterminação do divino assume um espaço semântico expressivo na SDR1 “A premissa subjacente deste livro...”, como veremos na divisão feita no final deste capítulo. O autor insere a temática da obra nos preceitos advindos dos “quatro cavaleiros do Apocalipse”. Esses saberes são constituídos da FD religiosa para emergir em outros planos de significação, num processo de transferência de sentidos.

Na SDR2 “Mas²⁴ aqui não confundimos o materialismo...”, temos o funcionamento da negação dos saberes da FD religiosa em contraponto com a afirmação dos saberes da formação capitalista, no interior da FDS, onde se inscreve o discurso da obra. Nesse caso, as formações discursivas nos dão um prisma heterogêneo de suas discursividades, que se entrelaçam na medida em que uma nega a outra.

Na SDR3 “Ficamos tentados a propor...”, temos a questão do trabalho intelectual em relação ao mundo contemporâneo, onde o discurso que constrói um *cenário catastrófico total* se inscreve no apocaliptismo, ao mesmo tempo em que questiona a própria prática, de que faz parte, no interior da SDR. Essa contradição enunciada por Žižek indica um caminho de interrogação da prática intelectual, além de retomar, a rigor filosófico de análise, o exercício autocrítico condensado no trabalho reflexivo.

O *símbolo supersticioso* da SDR4 “Os radicais invocam a necessidade...” está relacionado com a cegueira sobre as possibilidades de mudança. No plano discursivo, a crítica expõe uma percepção *idealista* das transformações, do ponto de vista radical, mesmo que a formação discursiva se assente sob o materialismo. Pelo interdiscurso, podemos estabelecer um canal de interpretação mediante o atravessamento da *transformação simbólica* no sujeito (radical) exposto pelo fragmento, além do funcionamento da discursividade pelo imaginário dos intelectuais, que se materializa, justamente, e de uma forma contraditória, na distância dos *eventos* de transformação social.

²⁴ Esse “mas” está relacionado com referência às primeiras linhas da obra de Oscar Wilde, *A alma do homem sob o socialismo*, em que se destaca a imoralidade de a propriedade privada “aliviar” os problemas sociais advindos de sua própria instituição.

Enfim, temos a SDR5 “Qualquer que fosse a situação real...”, que sobrepõe saberes filosóficos no exercício de interpretação que representa o apocaliptismo como prenúncio de *qualquer situação real*. Isso nos indica que a própria SDR faz parte daquilo a que o autor se refere com a acusação *catastrófica*. O fragmento aponta indiretamente para a forma como designou *Vivendo no fim dos tempos*, amarrando discursivamente suas relações crítico-argumentativas com o cenário social. Num plano de contingência, insere a participação de *todos* na “catástrofe ontológica”, que nos indica o ponto alto da semântica do apocaliptismo. No campo discursivo, pelo fragmento, o *fim dos tempos* atinge *qualquer situação*, o *real*, as diferenças *ônticas*, a catástrofe ontológica como destino geral.

Com o intuito de conectar as citações e indagações apresentadas nesta seção, interessamos, mais especificamente, relacionar a noção *apocalíptica* inscrita no enunciado *fim dos tempos* diante da política, da história, do sistema. Nesse caso, o *fim da história* está vinculado à concepção idealista filosófica, que representa, nas palavras de Fukuyama, a interpretação hegeliana de realidade. Por meio da AD e de nosso aporte teórico, entendemos que esse discurso se inscreve nas amarras do idealismo como conceito de interpretação da realidade, que culmina, por meio desse mesmo processo, na conclusão do capitalismo/liberalismo como ponto de chegada, como *fim* histórico de um percurso político que encontrou seu auge e sua estabilidade. Em outras palavras, tal enunciação, *fim da história*, que significa na dimensão da espessura de *fim dos tempos*, também diz, em seus pontos de oposição, de intervalo, de deriva, que funciona como uma ideia de esgotamento do processo histórico, resultado da evolução do idealismo como concepção formal do Estado. Os planos discursivos desse funcionamento pelo *entremeio* podem ser configurados como: *fim dos tempos de revolução – fim dos tempos do socialismo – fim dos tempos da esquerda – fim dos tempos da igualdade social – fim dos tempos de ideias comunistas – fim dos tempos de luta de classes – fim dos tempos da coletividade – fim dos tempos do sindicalismo – fim dos tempos das greves – fim dos tempos da subversão – fim dos tempos da ideologia – fim dos tempos da história*.

Como vimos, o primeiro recorte é constituído de cinco sequências discursivas de referência da FDS – SDR1, SDR2, SDR3, SDR4 e SDR5, as quais já foram tratadas no decorrer deste capítulo. Tendo presente o processo de estabilização (relações parafrásticas) e de desestabilização (relações polissêmicas), buscamos observar como se dá o processo de arranjo e desarranjo de saberes na reprodução de relações capitalistas, como os efeitos semânticos “trabalham” para a reformulação e a transformação de novos saberes.

Para a organização do material de análise, partimos de um *corpus* empírico – formado pelas marcas linguísticas, coletadas na obra *Vivendo no fim dos tempos*, que remetiam à FDS

–, o qual se transformou em *corpus* discursivo à medida que essa materialidade foi sendo trabalhada à luz das noções trazidas da Análise de Discurso para o trabalho analítico. Isso porque, de acordo com Orlandi,

O objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para se chegar a ele é preciso converter a superfície linguística (*o corpus bruto*), o dado empírico, de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, um objeto linguisticamente dessuperficializado. (2005, p. 66)

Para tanto, no primeiro recorte, realizamos um breve resgate da organização da obra em questão, de autoria do filósofo e psicanalista esloveno Slavoj Žižek. Autor contemporâneo de notoriedade global, grande responsável pela rediscussão do socialismo enquanto possibilidade *real* de sistema na sociedade hodierna, Žižek instaura sua criticidade em sua prática intelectual, num prognóstico apocalíptico de análise da realidade. Pensador que transita em linhas distintas, ele concentra seus estudos fundamentado em Hegel, Marx e no inconsciente laciano.

As cinco SDR que integram o primeiro recorte foram selecionadas de modo a contemplar diferentes temáticas, mas que possibilitassem observar, tanto a posição-sujeito do autor da obra em questão quanto a nossa posição na condição de analistas. A exposição dessas SDR, no Recorte I, não se realizou de forma linear no corpo deste texto; pelo contrário, ela segue nosso movimento de interpretação, conforme registramos várias vezes no decorrer deste trabalho, filiado à AD francesa, e construindo uma metodologia. Os substratos da obra de Žižek compõem um cenário apocalíptico-discursivo, onde os espaços para discussão acerca dos mais variados temas, embora já explorados anteriormente, se estabelecem sobre uma matriz de *fim dos tempos*, enunciado subjacente à estratificação do *corpus* para a pesquisa dissertativa.

Para melhor visualização das SDR do Recorte I, elaboramos o quadro-síntese a seguir:

Quadro-síntese 4

Sequências discursivas do Recorte I

Recortes		Temas
Recorte I	Sequências Discursivas de Referência da FDS - FDS	<p>SDR1 – Do capítulo “Perversidade espiritual do céu” - <i>Sobredeterminação do divino no discurso do fim</i>;</p> <p>SDR2 – Do capítulo “Realidade do político-teológico” - <i>Negação dos saberes da formação discursiva religiosa e afirmação dos saberes da formação capitalista, no interior da FDS</i>;</p>

		<p>SDR3 – Do capítulo “Bem-vindo a tempos interessantes!” – Exploração de <i>cenários catastróficos como base material do trabalho dos intelectuais</i>;</p> <p>SDR4 – Do capítulo “Bem-vindo a tempos interessantes!” – <i>Distanciamento dos intelectuais da realidade social e a cegueira diante das possibilidades de mudança</i>;</p> <p>SDR5 – Do capítulo “Bem-vindo a tempos interessantes!” – <i>Fim dos tempos e o fim da história</i></p>
--	--	---

Fonte: elaborado pelo autor.

No resultado do exame dessas cinco sequências discursivas de referência, chamou-nos a atenção o modo como estas apontam para um estranhamento em relação ao funcionamento do enunciado “Vivendo no fim dos tempos”, em especial à espessura semântica que ganha dimensão na medida em que se inscreve em temáticas distintas e representa o ideário apocalíptico de crises em diferentes instâncias da esfera social. Esses deslizamentos, que transferem sentidos historicizados pelo interdiscurso, pela memória discursiva, constituem sua espessura de significação.

Tendo entrado no labirinto das análises, conforme ilustra o quadro-síntese 4, o qual mostra que o nosso primeiro recorte dedica-se ao estudo das sequências discursivas de referência, no próximo capítulo partiremos desse funcionamento para aprofundarmos o estudo do enunciado em seu percurso de significação e aprofundamento das análises.

2 DO FIM APOCALÍPTICO ÀS RELAÇÕES DE PARÁFRASE, DE CONTRADIÇÃO E DESDOBRAMENTOS DE MEMÓRIA

Antes de passarmos para a análise de outros recortes, julgamos necessárias algumas considerações sobre enunciado na AD, além de língua e discurso. O estatuto discursivo representa uma ordem própria, que se realiza na língua. Esse funcionamento levanta algumas questões aos linguistas, já que o discurso trabalha na *ordem do enunciável*. Jean Jaques Courtine ressalta o oblíquo percurso de interpretação que se depreendeu da linguística tradicional sobre a problemática discursiva.

[...] é preciso insistir, não é da *língua* que está se tratando, mas de *discurso*, quer dizer, de uma ordem própria, distinta da materialidade da língua, no sentido que os linguistas dão a esse termo, mas que se realiza na língua: não na ordem do *gramatical*, mas na ordem do *enunciável*, a ordem do que constitui o sujeito falante em sujeito de seu discurso e ao qual ele se assujeita em contrapartida. (1999, p. 16, grifo do autor)

O autor *insiste* justamente por se referir ao desenvolvimento da linguística no cenário do final dos anos 60, onde o discurso é abordado de forma *paradoxal*. Explica que esse processo de abordagem discursiva não cabia ao linguista, especificamente, pois “a dicotomia do sistema da língua e do sujeito falante, colocada pelo corte saussuriano e prolongada pelo trabalho de N. Chomsky, deu forma à configuração do saber da linguística contemporânea, separando a ordem da língua da ordem do discurso” (COURTINE, 1999, p.17). Para o autor, o preço a pagar sobre o rebaixamento do objeto discurso foi a ascensão da linguística em sua *consistência* teórica.

Para a AD, a teorização do sujeito assujeitado pela interpelação ideológica insere o interdiscurso como dispositivo que atravessa os saberes, instaurando, assim, uma memória, e a *ordem do enunciável*, que pressupõe a significação anterior ao enunciado, que, para fazer sentido, precisa já ter um sentido²⁵.

Sobre o conceito de enunciado em AD, Courtine ressalta as contribuições de Foucault, em *Arqueologia do saber*, onde trata dessa categoria na ordem do repetível e da enunciação num estatuto de dispersão.

²⁵ Gostaríamos de registrar que, seguindo estudos de Pêcheux e Courtine, interdiscurso e memória discursiva são noções distintas, embora ambas deem espessura à historicidade dos sentidos. Vale dizer, a memória discursiva está relacionada com os saberes que sustentam a FD, já que é possibilidade da constituição dos sentidos no discurso e visa organizá-los no interior da FD para que o sujeito possa enunciar acreditando em si a origem dos sentidos e esquecendo-se de que o que ele diz é um já-dito em outras condições sócio-históricas.

Outro ponto de passagem obrigatório: a análise, empreendida por M. Foucault, em *Arqueologia do saber*, da categoria do *enunciado* distinta da categoria da enunciação: se a enunciação é neutralizada, seu tempo e seu lugar, o sujeito que a realiza e as operações que esse sujeito utiliza, “o que se destaca é uma forma que é indefinidamente repetível e pode dar lugar a enunciações muito dispersas”. A existência de um enunciado está, assim, ligada à noção de repetição. (COURTINE, 1999, p. 18, grifo do autor)

Após este *ponto de* passagem, em nosso estudo, no material que constitui o *corpus* de análise e as questões norteadoras que nos possibilitam analisar o funcionamento do discurso do fim, procuramos mostrar, mais especificamente, a análise das sequências discursivas de referência, que integram o primeiro recorte.

Na introdução deste trabalho apresentamos nosso questionamento sobre como percorrer a leitura do enunciado *fim dos tempos* sem considerar a contradição. Explicitamos, também, a problemática em fixar um ponto norteador fundamental em relação ao objeto de nosso interesse – diferenças entre o discurso atual e os já existentes no livro de Slavoj Žižek *Vivendo no fim dos tempos*.

Com o referido questionamento, acreditamos ter construído a base para esta segunda parte do trabalho, a qual está constituída na análise de mais quatro recortes, levando em consideração a relação com as SDR integrantes do Recorte I (já trabalhado no capítulo anterior).

Para realizar um gesto de análise sobre a espessura semântica do enunciado *fim dos tempos*, na tentativa de perceber movimentos de sentidos que se realizam na materialidade discursiva, representativa de um recorte no discurso, gostaríamos de justificar a mudança da designação SDR para SD. Além de um olhar à materialidade discursiva, a qual, como já dissemos nas seções precedentes, engendra os processos históricos que representam a exterioridade constitutiva do discurso, buscamos perceber como o discurso funciona na constituição do sujeito e do sentido, de que modo na sociedade contemporânea ocorre a quebra do ritual ideológico.

Cabe, então, lembrar que, para Courtine (2009, p. 54-55), um conjunto de sequências discursivas define um *corpus*, estruturado a partir de um plano definido em relação a um certo estado das condições de produção. Tal operação consiste em realizar, a partir dos objetivos da pesquisa, um gesto de leitura do analista, uma vez que a extração ou isolamento de sequências discursivas determinadas é resultado da delimitação do campo discursivo de referência e segue planos de estruturação variáveis.

No caso de nossa pesquisa, as sequências discursivas de referência (já tratadas no recorte I) representam as análises tomadas da formação discursiva de referência – que é a FD

socialista, ao passo que as demais sequências discursivas constituem fragmentos atravessados pelas FDs, ora religiosa ora capitalista.

De acordo com Indursky (1998b), “uma sequência discursiva, pertencente a uma *família parafrástica*, inserida no bojo de uma *formação discursiva*, inscreve-se em uma *matriz de sentido*” (p. 190, grifo da autora). Observaremos, na sequência que apresentamos abaixo, o atravessamento de outras FDs.

A mudança de um domínio de saber implica a emergência de um efeito de sentido diferente, mobilizado por um *efeito-leitor* igualmente diverso. Ou seja, uma mesma sequência discursiva pode produzir diferentes efeitos de sentido, em virtude das diferentes subjetividades não subjetivas que ela pode mobilizar (INDUSKY, 1998, p. 191, grifo da autora).

Veja-se a seguir o quadro-síntese dos recortes e as questões teórico-metodológicas, a serem tratadas no decorrer do percurso, a saber:

Quadro-síntese 5

Estruturação da análise dos Recortes Discursivos e questões teórico-metodológicas

Recortes		Questões teórico-metodológicas
Recorte II	SD1 a SD9	2.3 Determinação discursiva e relações parafrásticas
Recorte III	SD10 a SD12	2.4 Pré-construído de discurso transversal
Recorte IV	SD13 e SD14	2.5 Relações de contradição
Recorte V	SD15 a SD18	2.6 Resistência e desdobramentos de memória

Fonte: elaborado pelo autor.

Conforme sintetizamos no quadro acima, a espessura semântica do enunciado compreende desde a determinação discursiva, as relações do sujeito com o discurso-outro, as relações de contradição e desdobramentos de memória. Isso esclarecido, passamos à abordagem de outros “fios” que dão sustentação a este texto: a análise de mais quatro recortes discursivos.

2.1 Sentidos e memórias que se (re)formulam

Conforme sugere o título desta seção, não se pretende fazer um levantamento exaustivo dos sentidos que circulam na obra de Slavoj Žižek, contudo consideramos importante sucinto estudo de trajetória de sentidos que vão se constituindo no decorrer de nossas análises.

Vale registrar que essa é uma das razões por que optamos por inserir e relacionar os próximos recortes em diferentes seções deste trabalho, com o intuito de incorporar tais fragmentos no processo de análise proposto. Dessa forma, obtivemos um percurso dos substratos no decorrer do texto, que desestabiliza a argumentação *fechada*, num exercício de quebra coercitiva do efeito conteudista e de suas amarras de interpretação.

Se o texto é unidade de análise, só pode sê-lo porque representa uma contrapartida à unidade teórica, o discurso, definido como efeito de sentidos entre locutores. O texto é texto porque significa. Então, para a análise de discurso, o que interessa não é a organização linguística do texto, mas como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significativo do sujeito em sua relação com o mundo. É dessa natureza sua unidade: linguístico-histórica. (ORLANDI, 2005, p. 69)

Seguindo nesse movimento de leitura, em que o material discursivo interliga os substratos e inclina sua significação a partir de um seguimento temático em comum, o *fim dos tempos* designa uma espécie de funcionalidade e espelhamento por meio dos recortes, que demonstram distintos graus de apocaliptismo pelas generalidades representadas. Os rastros dessa significação compõem o laço entre eles e, inversamente, criam a possibilidade de uma leitura simultânea entre a designação atribuída ao enunciado por intermédio dos recortes.

No caso dos quadros ilustrativos, a ideia de organização dos substratos retirados do livro de Žižek representa certa linearidade e constitui a pesquisa sobre o *prisma* da obra, ou seja, tal qual sua edição.

Ao trabalharmos com a noção de interdiscurso, pressupomos os saberes que fazem parte do *universo* simbólico de significação, que não se situam num processo formal, nem podem ser designados pelo viés do logicismo positivista. Essa consideração nos permite uma leitura pela memória do dizer, e não pela sua literalidade. É por meio dessa epistemologia que o *corpus* de análise estabelece sua teorização, pelo processo de abertura semântica da interpretação, compreensão essa disponível pela AD na investigação dos sentidos e de sua espessura enquanto materialidade.

É uma trama de sentidos. Por isso a instância da formulação não nos leva imediatamente ao interdiscurso. Passa pela opacidade, pela **espessura semântica**, pelo corpo da linguagem que, na análise de discurso, chamamos sua materialidade, sua discursividade, sua historicidade. Em uma palavra, pela ideologia. (ORLANDI, 1998, p. 76, grifo nosso)

Referir-se à espessura semântica significa compreender a constituição dos sentidos em sua dimensão na língua, sua materialidade linguística, sua expressão enquanto jogo de

enunciados de diferentes lugares, que ocupam espaços distintos. Isso significa que o movimento de teorização da AD interroga o “como” da língua, e não o “quê”.

[...] ela não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma **espessura semântica**: ela o concebe em sua discursividade. (ORLANDI, 2005, p. 18, grifo nosso)

Orlandi chama a atenção para a construção da *base* de análise sob uma perspectiva teórica, que desconstrói o positivismo empirista para dar lugar à *exaustividade horizontal* sobre o objeto, que é *inesgotável*. “Não se objetiva, nessa forma de análise, a exaustividade em relação ao objeto empírico” (ORLANDI, 2005, p. 62). O discurso não é estancado por um viés temático, já que sofre o atravessamento de um discurso anterior em seu próprio processo discursivo, que remete a outro, de outro lugar. De tal modo, esse *efeito de sentido* intercalado à exterioridade, à contradição, revela o historicismo de significações. Ele parte dos processos de condição histórica para compreender a língua em seu lugar de representação no sujeito, ou seja, num sujeito preenchido com a língua.

Essa exaustividade vertical, em profundidade, leva a consequências teóricas relevantes e não trata os “dados” como meras ilustrações. Trata de “fatos” da linguagem com sua memória, **sua espessura semântica, sua materialidade linguístico-discursiva**. (ORLANDI, 2005, p. 63, grifo nosso)

Mesmo com uma semântica formal de significação acionada pelo léxico, existe um processo de significação que compõe a estrutura linguística. No caso do uso da língua, na configuração da enunciação como fenômeno prático, ocorre a atualização do dizer no espaço e tempo, juntamente com o historicismo que tal expressão carrega, dependendo de uma conjuntura histórica, de suas condições de produção, num ambiente ideológico que corresponde à realidade do sujeito.

[...] diante de qualquer objeto simbólico “x” somos instados a interpretar o que “x” quer dizer. Nesse movimento da interpretação, aparece-nos como conteúdo já-lá, como evidência, o sentido desse “x”. Ao se dizer, interpreta-se — e a interpretação tem sua espessura, sua materialidade —, mas nega-se, no entanto, a interpretação e suas condições no momento mesmo em que ela se dá e se tem a impressão do sentido que se “reconhece”, já lá. Esse é o efeito da literalidade. A significância, no entanto, é um movimento contínuo determinado pela materialidade da língua na história. (ORLANDI, 1994, p. 56)

Esse percurso epistemológico de leitura ressalta o lugar de articulação do processo interpretativo, de sua conjuntura interligada ao processo de reflexão para além das aparências

de sentido, pela profundidade histórica subjacente à língua e à sua utilização discursiva. “E é a **espessura semântica** a relação necessária da linguagem com o equívoco e é a relação do sujeito com a opacidade que ganha um estatuto, senão legítimo, ao menos incontornável, nas formas de saber”. (ORLANDI, 1994, p. 57, grifo nosso).

Com efeito, a noção de discurso, que devolve à linguagem sua **espessura material** e ao sujeito sua contradição, coloca-se como historicamente necessária para o deslocamento dessas relações entre disciplinas e aponta para uma nova organização, novos recortes, novos desenhos de formas de conhecimento. (ORLANDI, 1994, p. 59, grifo nosso)

Portanto, as novas formas de conhecimento se assentam na possibilidade de compreensão dos processos discursivos, que dependem de uma pressuposição teórica de análise, para que seja possível empreendimento de leitura. Como não se trata do atravessamento de conteúdo e do texto fechado em significação, mas do percurso semântico inscrito nas práticas históricas e sociais, o objeto discurso desloca o sistema linguístico rumo à porosidade intervalar da estrutura, rumo às vozes não *ouvidas* pela convenção da surdez superestrutural.

Dessa forma, reiteramos que mediante o exame do funcionamento da repetição e das relações de contradição no enunciado *fim dos tempos*, focalizamos os desdobramentos de memória, as designações e determinações, noções que constituem o corpo da AD.

Como antecipamos na introdução, algumas considerações sobre *paráfrase e polissemia* na perspectiva da AD são relevantes para o seguimento da leitura, a partir desta seção, em que dedicamos um espaço aos procedimentos metodológicos.

Para que haja, de fato, uma comunicação que produza uma parcela de compreensão, de entendimento, é preciso que o *dizível* (ORLANDI, 2005) faça parte dela, que a memória funcione em seu espaço social de significação e restabeleça laços entre os ditos, os pré-construídos, os implícitos. Do mesmo modo que temos *pré-construídos* como base articuladora da linguagem, a polissemia surge como distinção dessa memória, agindo nos intervalos da estrutura, da regularização, para fazer emergir sentidos outros, que dependem de um percurso discursivo para seu efeito de comunicação.

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo o dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia,

o que temos é o deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (ORLANDI, 2005, p. 36)

De acordo com Orlandi (2005), o estatuto do dizer está na tensão entre a paráfrase e a polissemia, cujo funcionamento se dá em toda forma de discurso. No vai e vem da estabilização e da distinção dessas mesmas bases, temos o princípio de significação, constituindo-se nessa engrenagem que remonta o dizer em sua *rede de filiação de sentidos* (ORLANDI, 2005), que se movimentam na língua e (re)significam-se constantemente.

Decorre daí a afirmação de que a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem, uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico. (ORLANDI, 2005, p. 38)

Assim, no jogo entre o *mesmo e o diferente* (ORLANDI, 2005), temos a paráfrase como dispositivo de retorno, que se revela pelo intradiscorso, o qual subentende certa estabilização estrutural, por meio de uma memória, e o diferente a partir do âmbito da polissemia, que denota, justamente, a distinção da *ordem* posta e compõe a heterogeneidade constitutiva de seu percurso. Essa dispersão, da qual fala a autora, conduz a uma espécie de determinação da teoria em relação à própria determinação, movimento de oscilação no interior do logicismo.

Situando a Análise do Discurso em relação a esta dispersão e ao campo da Linguística, em meu trabalho, a dispersão e a incompletude são tratadas nos limites moventes e tensos entre paráfrase e polissemia, os dois eixos que sustentam o funcionamento da linguagem e que constituem o movimento contínuo da significação entre a repetição e a diferença. (ORLANDI, 2005, p. 20)

Além desse jogo de desestabilização dos sentidos, ao qual somos filiados por meio de nosso aporte teórico, está o problema da determinação, que atinge as fronteiras do âmbito linguístico e do filosófico. Essa abrangência do conceito se dá pela complexidade que ele carrega, já que é alvo de leituras distintas, capaz de dividir concepções teóricas em sua totalidade. De um lado, temos a língua da gramática, da linguística, dos formalistas, que consideram o sentido determinado pela estrutura, numa instância lógica que constitui o aporte teórico positivista. Em oposição, o outro lado trata o conceito de determinação a partir do processo de significação que as condições de produção, o uso da língua, sua materialidade discursiva e seu historicismo lhe conferem. É por tal efeito de conclusão que a AD pressupõe

a determinação em sua discursividade, atribuindo-lhe uma desestabilização, da qual resulta uma significação polissêmica.

O atravessamento da ideologia na linguagem conduz ao campo de interpretação pecheutiano, em que se discute a apropriação da língua pelo sujeito. Ao *determinar* o que diz, o sujeito se assujeita a ela, numa relação de subordinação, que sofre um apagamento pelo próprio efeito ideológico.

Tomando em conta a relação da língua com a ideologia, podemos observar como, através da noção de determinação, o sujeito gramatical cria um ideal de completude, participando do imaginário de um sujeito mestre de suas palavras: ele determina o que diz. No entanto, nem sempre ele se apresentou com essa sua característica, que é própria ao que chamamos sujeito-de-direito ou sujeito jurídico, que é o da modernidade. (ORLANDI, 2005, p. 50)

O exposto justifica, em parte, por que não podemos considerar o *fim dos tempos* exatamente como fim dos tempos. A possibilidade de leitura da AD permite inúmeras interfaces do objeto de análise, mas não de forma solta, ou *romântica*, e sim a partir da administração de seus dispositivos analíticos sobre o *corpus*, por meio de sua teorização, abrindo espaços não explorados e questionando a própria leitura do analista, num exercício de constante profundidade e interrogação.

Para uma exemplificação possível, Pêcheux (1975) interroga sobre a problemática do *nome próprio*, determinado na esfera linguística, e suas implicações no campo da *lógica* e da significação. Nas palavras do autor,

[...] esse ponto, cujo exame nos permitirá prosseguir na elaboração do que estamos entendendo por “pré-construído”, consiste no fato de que nenhuma determinação pode ser aplicada ao nome próprio, pela excelente razão de que o nome próprio (sob a forma parafrástica: “aquele que [...]”) é resultante, precisamente, da operação de determinação “levada ao extremo”. (PECHEUX, 2009, p. 89-90, grifo do autor)

Na mesma questão, está imbricada a formulação do léxico lingüístico, juntamente com suas lacunas estruturais, que permitem a própria interrogação desses mesmos espaços a partir da estabilização do sistema linguístico. De acordo com Pêcheux,

[...] permanece o problema de que se nenhuma determinação pode ser aplicada ao nome próprio, devem necessariamente existir termos que não sejam nomes próprios, a partir dos quais, precisamente, os nomes próprios, ou, antes, as expressões parafrásticas que lhes correspondem, possam ser construídos por determinação. (2010, p. 90, grifo do autor)

Como estamos tratando de um enunciado e de seu percurso a partir de alguns substratos do livro de Žižek, devemos nortear o posicionamento de nosso objeto além da formação discursiva de referência, que se inscreve na FDS, por meio de uma sequência discursiva de referência. Trata-se de relacionar o título da obra com sua “premissa subjacente”, de modo a extrair leituras variadas do objeto discursivo e estabelecer um fio condutor das outras sequências, que fazem emergir significações a partir da mesma *base* e dimensionam o percurso do enunciado em sua espessura.

2.2 As camadas de *fim dos tempos*

Esta seção é dedicada ao processo de formação da discursivização sobre o *fim dos tempos*, configurada pelo processo de análise e leitura de suas condições de produção na obra, de suas camadas argumentativas divididas em partes específicas, que correspondem, direta e indiretamente, ao grau de criticidade de sua significação enquanto enunciado apocalíptico.

Da mesma forma que não escolhemos um *corpus* que simplesmente confirme nossas indagações teóricas, não temos em Žižek um autor que esteja fora do alcance de nossa teoria, no sentido epistemológico e constitutivo. Esse diálogo com a obra filosófica desse autor tem uma relação aproximada de um processo de interpretação entre possibilidades analíticas discursivas (da AD) à concepção política (filosófica) da contemporaneidade, juntamente com a problemática da ideologia. Desse modo,

A Análise do Discurso forjada por Michel Pêcheux e a produção teórica de Slavoj Žižek representam contribuições fundamentais para uma reflexão acerca da ideologia e de sua forma de funcionamento. Amparado na teorização de Louis Althusser, em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, Pêcheux (em determinado momento de seu percurso teórico) aborda a ideologia na condição de mecanismo produtor de evidências, evidências que se constituem na materialidade da língua. Por sua vez, Žižek recorrerá a um conceito forjado no âmbito da teoria psicanalítica para abordar a ideologia na condição de “fantasia social”. (GASPARINI, 2012, p. 109, grifo do autor)

É com esse gesto de leitura que continuamos a abordagem dos recortes, na busca de relacionar os saberes e sentidos com outras possibilidades de significação, na conjuntura discursiva de que o texto faz parte, materializado no intradiscurso que introduz a obra ao leitor.

Ao nos referirmos ao *universo* discursivo que engloba os recortes deste trabalho, temos a intenção de estabelecer cinco recortes no *universo* do *fim*, de seu plano discursivo que caracteriza sua materialidade, para que seja possível uma análise, uma interpretação de tal discursividade. Nesse caso, temos uma obra que trata de um conjunto de saberes anteriores (crises globais, insatisfação política, construção da *pós-modernidade* pelo obscurantismo ideológico) a partir de um posicionamento discursivo, que direciona a argumentação por meio de alguns pressupostos elencados²⁶ pelo autor. Esse ato simbólico que constitui nosso *corpus* indica nossa intenção enquanto analistas do discurso. A questão *apocalíptica* de fim, sua representação em uma obra filosófica, faz parte da conjuntura geral de leitura dessa mesma problemática, do ponto de fechamento e de abertura da discussão que se inscreve na pesquisa, na língua.

No início do recorte, Žižek refere-se ao primeiro capítulo da obra, designado como “negação”. Indica que o “obscurantismo ideológico” faz parte da negação *social* culminada pela estrutura democrática, ideológica, que tem no topo de sua pirâmide a construção do *falso*, da publicidade, da produção hollywoodiana como representação do aspecto mais valorativo, no sentido mercadológico/econômico, da cultura e das relações de poder que se estabelecem nesse tipo de engrenagem. Quando o autor menciona os “modos predominantes”, aponta o caminho da crítica que faz parte de sua indagação, de sua posição enquanto sujeito/leitor/autor. Além de relacionar o *apocaliptismo* à “Nova Era”, carregando o termo de significado místico, numa formação discursiva religiosa, que pressupõe os saberes do apocalipse como dogmas *sagrados* que imputam relações e comportamentos entre os sujeitos dessa FD, ele destaca seu posicionamento com “falso”, “deslocado” e “coisas do tipo”, para tratar dos pré-construídos que constituem essa significação. Essas formulações que flutuam no imaginário social têm sua significação na expressividade enunciativa, que determina os dizeres sobre “isso” ou “aquilo”, transformando e atualizando seus sentidos, materializados e ditos anteriormente em outro espaço.

Ao designar “raiva” como o segundo capítulo, o autor sugere contornos de violência em relação aos “protestos contra o sistema global”, inscrevendo pré-construídos representados pelas manifestações na Europa diante do *sistema* (capitalismo?) e relacionando ao “fundamentalismo religioso” a parte em “especial” de sua indagação sobre a violência

²⁶ Os capítulos são divididos como *os cinco estágios do luto*, modelo proposto por Elizabeth Kubler Ross, em sua obra *On Death and Dying*, de 1969. Žižek trabalha com essa disposição temática para abordar os diferentes problemas dentro de um parâmetro de “luto” de “fim dos tempos”. Esse domínio discursivo, configurado como negação, raiva, barganha, depressão e aceitação, retrata o deslocamento da significação “original”. Implica transferência de sentidos por meio da discursividade.

(terrorismo?). Além do que está marcado na língua, está a memória incrustada no texto, em sua expressividade, que regula saberes com seu historicismo e repete um dito de outro tempo, num espaço distinto, que se inscreve e se atualiza novamente na língua.

Sobre a “barganha” e a “crítica à economia política”, existe a ideia de negociação, de diálogo crítico, que terá em sua sequência discursiva a *renovação* da “teoria marxista”. A posição no discurso remete diretamente à crítica do sistema econômico (dominante), às crises relacionadas a esse sistema, juntamente com o marxismo se propondo como resposta às deficiências de tal estrutura, a partir da ideia de *renovação*. Trata-se de relacionar a teoria marxista à atual conjuntura, isto é, da atualização do marxismo. Esse posicionamento indica (com a “barganha”) a tentativa de convencimento de que a teoria marxista pode suprir a problemática capitalista atual, atualizando-se, “modernizando-se” e adequando-se às condições de produção contemporânea, mesmo que, para isso, tenha de “barganhar” diante do capital, num movimento contraditório de ação por meio dos pressupostos marxistas.

Com “depressão” e “colapso”, o recorte remete, em sua sequência, às novas formas de “patologia subjetiva”. Essa exposição temática da “depressão”, vinculada às “patologias subjetivas”, sob o viés discursivo, cria, na dinâmica das relações contemporâneas, o efeito que culmina no “sujeito pós-traumático” sua sentença patológica, seu diagnóstico depressivo que emoldura o quadro pós-moderno das *crises* individuais, do sujeito *psicológico*. Esses saberes sobre “depressão” significam na ideia de sujeito individual e incluem nos sentidos a noção particular, subjetiva, do efeito de singularização do eu enquanto único no espaço social.

Com a “aceitação” configurada como última parte do recorte, o ponto norteador da questão anterior é designado como “surgimento da subjetividade emancipatória”, representação profícuca dos efeitos de individualização institucional, caracterizada pela ideia de *eu*, de responsabilidade atrelada ao *universo* neoliberal, conjuntura criticada de forma geral pelo fragmento. A palavra “emancipatória” denota liberdade individual, em contraponto com a igualdade social. Essa “aceitação” é um efeito de aceitação, criado pelos dispositivos institucionalizados, pela ideologia de Estado, pelo homem capitalizado. Na sequência do recorte, “os germes de uma cultura comunista” retratam o percurso discursivo (arqueológico) da busca pelas noções sociais, coletivas, incrustadas na cultura contemporânea, com certo efeito de apagamento, de silenciamento diante da ideologia dominante, que o autor chama de “utopias literárias e outras”, inscrevendo a ficção, a ficcionalização da problemática política por meio da arte, da literatura, como constitutivas da cultura em geral. Essa “tomada de posição” refrata a consciência histórica, a identificação do sujeito discursivo com os desdobramentos culturais que sofreram apagamento ideológico.

De modo geral, o recorte toca o cerne da discussão política e da problemática social, ao dividir, segundo o modelo *cinco estágios do luto*, a crítica aos modos de produção do sistema atual, com o discurso atravessado por saberes marxistas, que levantam questionamentos de cunho social, cujo exercício filosófico transmite uma mensagem *apocalíptica* a partir do *universo* discursivo.

As sequências discursivas que foram recortadas para dar continuidade a pesquisa se entrelaçam de forma discursiva, constituinte à problematização semântica, que atravessa sintaxes distintas num movimento de significação, tanto do analista ao *corpus* quanto do sentido ao analista.

A partir das considerações elencadas em nossa pesquisa, podemos direcionar nosso gesto de leitura ao enunciado *fim dos tempos*, visando a explorar sua semântica por meio de efeitos que se entrelaçam nos deslocamentos de sentido. Vale lembrar que sua presença não está na materialidade *per se*, mas no interdiscurso que representa os saberes apocalípticos de que o dito é constituído, em sua forma indireta de significação, que emerge a argumentação reflexiva dos pontos tratados pelo filósofo.

Nosso intuito não é analisar a capa do livro (edição brasileira, pela Boitempo)²⁷, tampouco nos remetermos à obra a partir dos quatro cavaleiros do apocalipse, que ilustram a publicação, mas inserir tal representação no contexto de leitura desta pesquisa, para que constitua o *imaginário* que se depreende de tal configuração.

Figura 2 - Capa do livro - edição brasileira, pela Boitempo

²⁷ ŽIŽEK, Slavoj. *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2012. A capa traz a ilustração dos *quatro cavaleiros do apocalipse*, de Albrecht Durer.



Fonte: <http://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2012/06/vivendo-no-fim-dos-tempos_capa_alta1.jpg>.

A título de ilustração, a obra *Vivendo no fim dos tempos* possui uma introdução, intitulada “A perversidade espiritual do céu”, e um posfácio da segunda edição, “Bem-vindo a tempos interessantes”.

Como nossa intenção não é fazer uma análise filosófica do livro, tampouco implantar os domínios da AD sobre o todo da obra, mas considerar o enunciado *fim dos tempos* como pano de fundo da articulação argumentativa que se estende aos mais variados temas, trabalhamos com cinco recortes que, em nossa opinião, constituem saberes apocalípticos que se inscrevem numa ordem discursiva. Essa relação do funcionamento do enunciado num percurso subjacente à obra de Žižek movimenta sentidos diversos sobre o social, o político, num âmbito de coletividade que reproduz, pela infraestrutura, certo mal-estar contemporâneo.

Importante destacar que esses substratos retirados do livro para uma análise discursiva fazem parte do processo de leitura e interpretação. Trata-se de uma obra complexa, que abarca diferentes temáticas a partir de uma ótica materialista, tocando a realidade pelo viés crítico da análise filosófica. O interesse está em relacionar o *fim dos tempos* de acordo com a problemática da superestrutura e da infraestrutura, enquanto enunciado carregado de significação e posicionamento político.

Assim, passamos às análises das sequências discursivas. Partindo das condições já expostas nas seções anteriores e dos questionamentos apresentados a seguir, consideramos

que as sequências discursivas selecionadas são representativas no processo de observação do modo como o enunciado ganha espessura semântica.

2.3 Determinação discursiva e relações parafrásticas

Iniciaremos nossa reflexão examinando determinação discursiva e relações parafrásticas. Embora tenhamos tratado determinação discursiva no decorrer deste trabalho, nesta seção, buscamos mostrar como ela pode interferir na filiação de sentidos. Com vistas a enfatizar a sua pertinência, a análise que faremos da SD1, que integra o nosso segundo recorte discursivo – Recorte II –, focalizará até onde efetivamente se diz o mesmo no plano sintagmático da cadeia discursiva, mas também em que medida se estabelece “uma relação entre os enunciados virtualmente equivalentes na língua” (FUCHS, 1985, p. 129) (no plano paradigmático do sistema da língua), no interdiscurso. Vejamos de que modo é possível visualizar esse funcionamento na sequência abaixo:

SD1: “Em relação à **ordem** social, isso significa que a autêntica **tradição** apocalíptica cristã rejeita a sabedoria de que a **ordem** hierárquica é nosso **destino**, que tudo que tente desafiá-la e criar outra **ordem** igualitária tem de acabar em **horror** destrutivo.” (ŽIŽEK, 2012, p. 126, grifo nosso)

Destacamos a palavra “ordem” devido à sua regularidade no recorte. Podemos relacioná-la com a tradição, a partir do modelo organizacional de sociedade, em que se baseiam os dogmas cristãos, juntamente com a ideia apocalíptica de mundo. O juízo final, como é propagado, caracteriza esse fim e justifica os meios religiosos. A tradição está pressuposta na ordem cristã, que não pode *evoluir* com o mundo, pois, dessa forma, abdicaria de sua estrutura religiosa. Ao lado da questão da ordem, está o destino, que nos remete ao que é finito, definitivo, decidido. Ou seja, também invoca uma “ordem” para que se estabeleça como tal. Concomitante à ordem e ao destino, está a tradição cristã. Em relação ao desafio a essa ordem, o argumento expõe que esse seria o *verdadeiro* apocalipse, já que o horror destrutivo seria encarado materialmente, e não metafisicamente como os dogmas.

Além das palavras em destaque, o fragmento confirma sua crítica ao modelo dominante, isto é, ao discurso da ordem, da tradição e do destino, utilizando a própria argumentação de forma inversa. Remete à semântica do horror apocalíptico à hierarquia social/cristã, que organiza a sociedade, as instituições. Se a ideia de igualdade é bem-vinda no âmbito religioso (*amar ao próximo* enuncia essa relação de igualdade entre os fiéis), isso não

acontece na organização social, na medida em que a própria igreja cristã é constituída da questão hierárquica.

A FD religiosa nos indica um caminho pela ordem, pelo destino e pela tradição. Cria um dispositivo semântico que se justifica justamente por estar posto de maneira implícita nas relações sociais. Entretanto, a apreciação marcada na SD não está ligada diretamente à legitimidade do cristianismo, tampouco se caracteriza como um discurso ateu atacando a religiosidade. Trata-se de uma indagação política sobre a engrenagem cristã, caracterizada pela tradição e sua ordem organizacional, pois, ao argumentar a questão de ordem igualitária, conclui que o horror seria seu resultado, do ponto de vista cristão.

É interessante voltarmos à palavra **ordem** e relacioná-la com seus “pares” que estão materializados no enunciado.

Em “**Ordem** social; **ordem** hierárquica; **ordem** igualitária”, podemos considerar essa regularidade como norteadora argumentativa do fragmento. A ordem funciona como um veículo que regula a relação entre dois ou mais objetos. Seria uma forma de organizar essa relação por meio de regras que expressem as características do social, do hierárquico e do igualitário. Esses conceitos dependem de uma ordem para que possam significar como tal. Essa imanência vinculada à ordem designa seu papel de repetição com a troca de seus pares. Advém de uma incumbência semântica legitimadora de um conjunto de regras específico.

Quadro-síntese 6

Funcionamento da determinação na filiação de sentidos do apocalipse

Família parafrástica 1			
Determinante discursivo	Item lexical	Determinante discursivo	Domínio discursivo
autêntica	tradição	apocalítica cristã	Obra de Žižek

Fonte: elaborado pelo autor.

O exame do quadro permite verificar que ficam desqualificados outros sentidos atribuídos ao “fim” que se representam fora da ordem social, como, por exemplo, aquelas que se resignam a hierarquias determinadas pelo destino. Além disso, são colocadas em questionamento tradições apocalíticas que pregam que não se pode desafiar, nem criar outra ordem igualitária, a fim de evitar o horror destrutivo. Há, também, efeito de saturação em “horror destrutivo”, pois horror já convoca coisas ruins, prejudiciais...

Quadro-síntese 7

Funcionamento da ordem na determinação dos sentidos

Família parafrástica 2		
Item lexical	Determinante discursivo	Domínio discursivo
ordem	social hierárquica igualitária	Obra de Žižek

Fonte: elaborado pelo autor.

Observando a SD1, podemos considerar que algumas questões se constituem com certa ambiguidade.

O autor se refere à “ordem social” encarada aqui como algo que está posto, como se já estivesse organizada de fato, e por isso é enunciada nesses termos. Existe uma pressuposição de organização, ou seja, de estagnação, de conservação, que funciona implicitamente. Seu posicionamento discursivo está antes dessa ordem. Ao chamar de sabedoria a noção de hierarquia como destino, ele nos dá pistas de que o cristianismo está cego para essa questão, já que não é de seu interesse uma mudança nessa “ordem”. Essa sabedoria de que o autor fala também está vinculada ao pensamento crítico, à capacidade de compreensão e interpretação da engrenagem social/cristã, e é transfigurada no desempenho da elaboração de fórmulas argumentativas que consigam evidenciar questões contraditórias, na eficácia em identificar barreiras ideológicas de obscurecimento intelectual.

Além disso, a palavra “igualitária” nos remete ao social, ao político, ao materialismo histórico. Isso evidencia uma posição-sujeito diante do “apocalipse” cristão, em que o horror é encarado como uma consequência da ação divina. Nesse caso, o autor chama a atenção para o horror em seu sentido político, como se fossem propagadas pelo cristianismo a aceitação da hierarquia (como dádiva) e a rejeição da igualdade (como horror).

A contradição está em a FD religiosa considerar a ordem hierárquica como social, como organizadora de seus dogmas com a ideia de fim apocalíptico. A relação do enunciado “fim dos tempos” com a noção social do cristianismo pode ser aproximada em sua semântica. O fim do mundo está mais próximo para os cristãos do que a igualdade social.

2.3.1 Heterogeneidade discursiva

Na continuidade de nossas análises sobre a espessura semântica do enunciado “fim dos tempos”, que remetem a diferentes práticas sociais na formação social e a práticas discursivas,

passamos à observação e análise de oito sequências da obra de Žižek, na perspectiva da relação tomada de decisão/ação em relação aos problemas da atualidade. Essas sequências constituem soluções/encaminhamentos para os principais problemas (no sentido do apocaliptismo).

Assim, esta seção, dedicada ainda ao Recorte II, cuja temática é *Vivendo no fim dos tempos*, dedica-se a explorar o atravessamento apocalíptico que constitui significações diversas, compondo, pois, a FDS e sua crítica ao sistema, o discurso-outro, a heterogeneidade discursiva.

SD2: “A solução residia no que parecia ser o problema: a verdadeira causa dos problemas não era o abandono das velhas tradições, mas *essas mesmas tradições*, que mostravam no dia a dia sua incapacidade para servir de princípio condutor da vida social.” (ŽIŽEK, 2012, p. 29)

A partir da concepção de tradição exposta na SD2, remetemo-nos à análise anterior, mais especificamente da SD1, em que o percurso da argumentação envolve a ordem social, que aqui pode ser representada nas *mesmas tradições*. A questão do *abandono* é levantada não como a possibilidade de elucidar a problemática social sob a ciência marxista, mas de compreender no cotidiano o quanto *essas mesmas tradições* são prejudiciais à *verdade* do materialismo histórico. A própria estagnação da tradição incrustada na ordem social transparece na apreciação da FDS como substância norteadora da problemática cultural, atrelada à alienação, à realidade sob um plano efêmero de significação, ao processo de identificação do liberalismo pela democracia. Em outras palavras, a SD se inscreve no âmbito de crise contemporânea, ao enunciar como *incapacidade* a principal característica de sua condução social.

A quebra das *velhas tradições* implica outro discurso, outra realidade, que, pelo processo de desidentificação das instituições, por meio da FDS, instaura uma nova leitura de realidade, em que as origens de todo o aparato social, sua manipulação material da natureza e suas relações ideológicas são determinadas pelas condições de produção.

Nesse sentido, temos um funcionamento em que predomina a posição-sujeito, contra-identificada com os sentidos dominantes, os quais dividem o sujeito entre essa posição, da ordem do cultural, da conservação das tradições, a qual exerce uma função dominante e aquela (conforme visto no recorte I, por meio das SDR) a posição-sujeito, identificada com os sentidos não dominantes, que defendem o social.

Esses movimentos do sujeito no discurso configuram seu lugar na estrutura sócio-cultural em que vivemos. A contradição, como marca forte do discurso em análise, de modo que a tensão seja recorrente, permitindo ver as posições-sujeito desse jogo ideológico e que

denunciam as bases marxistas, que é a dominação, a divisão e a contradição, ou seja, um indicativo de correlação de forças, expõe nosso exercício de leitura. Observemos mais uma sequência discursiva.

SD3: “Como explicou Hegel no prefácio da *Fenomenologia do espírito*, o padrão pelo qual avaliamos a situação e determinamos que ela é problemática faz parte do problema e deve ser abandonado.” (ŽIŽEK, 2012, p. 29)

Na seção 2.2.3 deste trabalho, dedicada ao tópico *Fim da História*, há um breve esboço sobre a perspectiva teórica hegeliana e a ideia de evolução social. No caso dessa sequência (SD3), o autor utiliza o pensamento hegeliano para elucidar a questão levantada pela SD2 desta seção, em que o *abandono* e, aqui (SD3), *abandonado* constituem significações distintas num mesmo plano discursivo, pois a FDS de que o discurso social faz parte prevalece na argumentação crítica sob as *mesmas tradições*. De que se trata, então, esse *abandono*, ou o *padrão* de avaliação, que faz parte do problema, senão de uma visão apocalíptica? Žižek evoca abordagens distintas de leitura, refletindo sobre *situações históricas concretas*, a partir de Hegel, a propósito da concepção althusseriana de *caráter tópico do pensamento*.

Como explicar, então, esta nossa pré-compreensão implícita? Como havemos de passar da *doxa* para a verdade? A primeira abordagem que se oferece, é claro, é a transposição histórico-dialética hegeliana do problema para sua própria solução: em vez de avaliar diretamente a adequação ou a “veracidade” das diferentes noções de ideologia, deve-se *interpretar essa própria multiplicidade de determinações da ideologia como um indicador de diferentes situações históricas concretas* – ou seja, deve-se considerar aquilo que Althusser, em sua fase autocrítica, referiu-se como o “caráter tópico do pensamento”, a maneira como um pensamento se inscreve em seu objeto; ou, como diria Derrida, a maneira como a própria moldura é parte do conteúdo enquadrado. (ŽIŽEK, 2010, p. 14)

Devemos nos situar, em nosso plano de leitura, para tal consideração, já que a *doxa* prescreve seu significado no campo contingente, onde se coadunam distintas concepções da realidade, mediadas por diferentes mecanismos e pela difusão de seus desdobramentos (de modo a se distanciar da *verdade*). Além disso, a problemática hegeliana se estende à análise das coordenadas postas, historicamente, e de sua *evolução*, num plano idealista de realidade, que relativiza os desdobramentos do trabalho, por exemplo, rumo à compreensão do espírito. Esse *padrão* exposto pela SD3 se configura na visão do homem contemporâneo, no processo de construção de sua crítica, que parte do que está posto, sem conseguir captar, na essência da materialidade de sua existência, a possibilidade de reverter as coordenadas da realidade, no sentido da inversão marxista diante da dialética hegeliana. Esse conjunto de aparências que revelam ao sujeito sua historicidade se inscreve pela ideologia e suas relações de dominação.

Podemos seguir nesse exercício de interpretação por meio da próxima SD, da inserção do sujeito ao *problema*.

SD4: “O caso do Haiti deixa claro que, sempre que nos sentimos tentados pelo **espetáculo fascinante da violência** do Terceiro Mundo, **deveríamos** fazer uma **autorreflexão** e nos perguntar como nos incluímos nela.” (ŽIŽEK, 2012, p. 91, grifo nosso)

No caso da SD4, a *autorreflexão* de que trata o autor incita à prática intelectual de leitura da realidade atrelada à concepção de engajamento. Esse engajamento não está no plano idealista, ou, até mesmo, pragmático do tipo “resolva o problema”, mas num âmbito da FDS, que, a partir de saberes identificados à filosofia marxista, poderia nortear a relação do homem com o mundo, com a política e com a ótica do problema do Haiti, por exemplo. Isso significa que essa digressão imersa na *violência do Terceiro Mundo* não se inscreve apenas no plano do sujeito, mas também na pergunta “como nos incluímos nela”, que pressupõe o coletivo, tanto em termos de quem olha o problema quanto da problemática coletiva como objeto de tal *espetáculo*.

O modo como a questão se apresenta e problematiza a crítica na própria *ideia* de solução é um exemplo claro de obscurecimento dos reais motivos das mazelas sociais. A ideologia, responsável por tal apagamento e pelo efeito de subjetivação, “humaniza” a prática da doação, da esmola, como sinal de caráter humano do indivíduo contemporâneo, num efeito de vai e vem de sua culpa diante de *violência* citada. O Outro, que passa pelas dificuldades do mundo, pode ter sua *ajuda* sem sua filiação num movimento coletivo, mas na prática individual da *sensibilidade* com o problema.

Ainda, a SD3, como podemos ver na marca linguística “deveríamos”, é marcada pela relação de oposição, apresentando um enunciado dividido onde convivem duas posições-sujeito, a dos sujeitos que sabem que devem ser diferentes – no caso a identificada à FD socialista -, e a dos sujeitos que não pensam, não se envolvem, o que demonstra uma identificação com a ideologia dominante – a capitalista. Pelo fato de a FD ser heterogênea e a forma-sujeito que a domina já representar uma estrutura contraditória, isto é, como a ideologia é organizada por ela no interior da FD, os afrontamentos e a tensão são possíveis, o que justifica a contradição.

A memória discursiva de “espetáculo da violência” nos remete à estrutura midiática que organiza como vamos receber essas informações, no sentido de vincular a substância dos

horrores na representação noticiosa por meio de um padrão pré-estabelecido na programação, na adequação de seu formato, de seu encaixe no turbilhão de notícias da contemporaneidade. Esse modelo nos permite encarar seu conteúdo de forma estigmatizada, pronta para a interpretação, com apenas uma via de acesso.

Ao mesmo tempo em que a mídia produz esse esvaziamento, pela estabilização dos percursos, por essa imobilização (censura) pelo ibope, nela também o político não tem lugar próprio. Há, atualmente, um silenciamento do discurso político, que desliza para o discurso empresarial, neoliberal, em que tudo é igual a tudo (o político, o empresarial, o jurídico, etc.). Nesse sentido, se se pode dizer que a mídia é lugar de interpretação, ela rege a interpretação para imobilizá-la. (ORLANDI, 1998, p. 16)

Essa marca do “espetáculo” em relação à “violência” tem seu entrelaçamento no cenário imagético atual, que nos indica um caminho de avaliação da realidade por meio dessa divulgação, processo este que faz parte da programação do espetáculo. A fusão de espetáculo e violência se transfigura no imaginário coletivo, na constituição de sua cultura, na construção de sua ótica, determinando assim, nos sujeitos, sentidos que significam tanto como violência quanto como espetáculo, onde um associa-se ao outro.

Esses dispositivos midiáticos estão em sintonia com o tempo e suas mudanças, instaurando discursividades distintas de acordo com seus interesses econômicos, políticos, onde a crítica social se estabelece pela conveniência do posicionamento da *empresa* de comunicação. A cegueira instituída pelo formato jornalístico, que emoldura a *verdade* dos fatos e instaura um efeito de objetividade em sua propagação, revela-se pelo obscurantismo intelectual que é igualmente proporcional à deficiência crítica que se desenvolve desse contato.

Vejamos como essa ideia se intensifica na SD5:

SD5: “Talvez José Saramago **estivesse** certo quando propôs numa coluna de jornal que executivos de **grandes bancos** e outros responsáveis pela crise financeira fossem considerados culpados de crimes contra a humanidade, cujo lugar certo é o Tribunal de Haia.” (ŽIŽEK, 2012, p. 93, grifo nosso)

Na SD5, temos o ataque direto ao sistema capitalista, cujas bases bancárias *e outros responsáveis* assumem o papel dominante da economia nas nossas relações de reprodução das condições de produção. Os *crimes contra a humanidade* se materializam, no plano econômico, pela falta de distribuição de renda e pela ideologia. Tanto Žižek quanto Saramago enunciam o *Tribunal de Haia* como a instituição que deveria se responsabilizar por esses *crimes*. Os dois autores pertencem à FDS, à qual o Tribunal Internacional de Justiça deveria se “filiar”, no sentido de tal interpretação, para que os *crimes* se legitimassem e fossem

julgados da devida forma. Ao mesmo tempo, isso seria o *fim dos tempos*, numa perspectiva liberal, uma vez que a realidade, posta tal qual é, tem em seu alicerce a condição do capital como principal motor de sua continuidade.

Além disso, o nome de Saramago aciona na memória o título de sua obra *Ensaio sobre a cegueira*, que tem grande representatividade do cenário literário mundial. O autor explora a questão da indiferença, do descaso do homem contemporâneo frente às injustiças sociais, onde se enxerga o problema, mas não há envolvimento, como se todos esperassem algo do Estado, quando a relação com o outro não é apenas uma questão governamental, mas humana. Esse ideário que se constitui por meio desse tipo de concepção sobre a realidade fortifica o capitalismo enquanto sistema de individualização, do liberalismo, da desigualdade, do material acima do ser humano, da cegueira que se transforma em resiliência no sujeito, em sua interpelação.

Com a memória discursiva, sabemos que as formulações que se desdobram do livro de Saramago percorrem uma linha socialista de avaliação da realidade, que transformam, no interior da FD, discursividades estratificadas pelo texto literário, que afrontam os sentidos convencionais da contemporaneidade (ou seja, do capitalismo) para assim aflorar uma *nova* compreensão que abandona o *padrão* da própria ótica anterior de leitura (como vimos anteriormente na SD3) e emergir uma interpretação no campo da necessidade de sobrevivência.

A representação da união coletiva numa situação específica, onde se invertem os valores materiais, pois, uma vez despidos de sua aparência (pela falta de visão), ganham novo estatuto no campo da necessidade e de sua *real* função, toca diretamente na compreensão das coordenadas da realidade, clareando a percepção dos sujeitos em relação a sua existência através da cegueira coletiva instaurada na obra. O cenário de catástrofe dessa cegueira se conecta ao conceito de responsabilidade, do político, do humano.

Chama atenção ainda nessa SD5 o fato de aparecer uma tentativa de isenção por parte desse sujeito inscrito na FDS, já que, como fica mais claro no uso da incerteza “talvez” e da suposição “estivesse”, o sujeito que diz parece se distanciar daquele que critica o capitalismo, por outro lado, marca fronteiras entre dois mundos, entre sujeitos, que mais se aproximam do que se distanciam, a partir das mesmas consequências causadas pela exploração desse capitalismo. Essas marcas linguísticas colocam esse sujeito, agora enquanto materialidade, sujeito do discurso, numa posição-sujeito identificada com os saberes da FDS. Ao passo que ele tenta dividir os sentidos, parece que seus efeitos convergem para confirmar a ideologia de

consumo que o domina. São apresentadas características do mercado consumidor com a marca “grandes bancos”, por exemplo. Eis a contradição.

Tudo isso nos remete ao enunciado fim dos tempos como norteador de possíveis interpretações, como veremos a seguir, na próxima SD:

SD6: “Para o marxista radical, *a história real que vivemos é em si um tipo de história alternativa realizada*, a realidade em que temos de viver, porque não aproveitamos o momento no passado e não agimos.” (ŽIŽEK, 2012, p. 99, grifo do autor)

O tema da SD6 interessa-nos no plano discursivo da FDS, pois remete à *história alternativa* à própria realidade contemporânea, o que denota uma *verdade* histórica por trás dessa afirmação, verdade que se configura pelo materialismo histórico. Num trecho anterior ao recorte, Žižek comenta:

Lenin percebeu imediatamente a oportunidade revolucionária que surgiu de circunstâncias contingentes únicas: se o momento não fosse aproveitado, a oportunidade de fazer a revolução se perderia, talvez durante décadas. Temos então o próprio Lenin imaginando um roteiro alternativo: “E *se* não agirmos agora?” – e foi exatamente a consciência das consequências catastróficas de não agir que o levou a agir... (2012, p. 99, grifo do autor)

Portanto, as *consequências catastróficas* estão representadas pela realidade em que vivemos, que, de acordo com a SD6, configura-se num *tipo de história alternativa*.

Podemos nos interrogar sobre o porquê de uma história alternativa, buscando pelo interdiscurso alguns saberes marxistas que se atualizam na contemporaneidade. Esses mesmos saberes funcionam numa conjuntura histórica, em que a própria história *perdeu* seu sentido, estratificada pelo liberalismo e apagada ideologicamente pelas superestruturas. Logo, é pelo tipo *alternativo* que se caracteriza a referência histórica marxista, justamente por funcionar de forma intervalar, lacunar, no espaço formal de realidade, que neutraliza a discussão sobre as classes, sobre a política, sobre a economia dominante.

Partindo da concepção marxista presente no fragmento, a parte em itálico representa a própria *alternativa* de referir à história enquanto outra possibilidade, que não se assenta no conjunto da realidade contemporânea. Com esse dispositivo linguístico, a SD6 estabelece uma espécie de fronteira entre o seu dizer e o dizer do outro, que neste caso representa a renúncia dos intelectuais diante do mundo capitalista, sua inclusão na sociedade liberal, do consumo e da injustiça social, legitimada pela estrutura econômica dominante, sob um efeito de contingência, de aceitação da realidade, de redenção aos saberes pós-modernos, a-históricos,

imediatos. Nesse sentido, o fim de que falamos não se inscreve num âmbito apocalíptico religioso, mas no fim dos intelectuais, dos revolucionários, do socialismo.

Os saberes da FD socialista transitam em diferentes escalas discursivas, materializando-se nos dizeres do mundo simbólico e se reconfigurando na medida em que a linguagem alarga sua extensão semântica, sua atualização, como podemos observar por meio da SD7.

SD7: “a linguagem, e não os interesses egoístas primitivos, é o primeiro e maior divisor, e é por causa da linguagem que nós e nossos próximos (podemos) ‘viver em mundos diferentes’, mesmo quando somos vizinhos.” (ŽIŽEK, 2012, p. 113)

A SD7 toca num ponto essencial de divisão da concepção da linguagem, pois, ao contrapor os *interesses egoístas primitivos*, movimentando a estrutura da língua pelo viés coletivo, tendo em vista que a língua é social, e não individual. Os *mundos diferentes* representam o individualismo, ou melhor, o efeito de subjetividade da linguagem. Tal concepção se aproxima da AD, ao afirmar a *divisão* dos mundos diferentes, que podemos representar pela luta de classes, pela ideologia, pelo historicismo de que o homem contemporâneo é constituído em sua condição de existência. Por conseguinte, o universo simbólico também está dividido entre os *vizinhos*, já que a linguagem, tal como na SD7, cria realidades distintas num mesmo espaço territorial, onde se reiteram e se materializam os saberes de cada um de forma desconexa, causando a separação dos vizinhos por muros simbólicos de significação, de vivência, de linguagem.

No caso da SD7, em que procuramos mostrar a heterogeneidade discursiva, além do atravessamento de outras FDs em uma FD e da análise de posições-sujeito, a dispersão de sentidos e de discursos, gostaríamos de lembrar que, na AD, “a materialidade específica da ideologia é o discurso e que a materialidade específica do discurso é a língua”. (ORLANDI, 2012, p. 72)

Desse modo, vislumbramos na sequência acima, que a contradição que constitui os sujeitos discursivos na sociedade contemporânea ocorre no “dissimular sua própria existência” (PÊCHEUX, 2009, p. 139). Dominados pela ideologia burguesa, vivemos sob a forma-sujeito histórica do capitalismo, a qual carrega em si contradições que permeiam o imaginário social no que se refere à liberdade. Tal liberdade viabilizada pelo mundo capitalista (mais especificamente a globalização) é controlada. Há uma imposição para o aprendizado de novas línguas, preferencialmente a inglesa. Mas estaria o sujeito falando

disso? Observamos que o sujeito resiste àquilo que divide as sociedades. Vimos na análise das SD anteriores, que essa divisão ocorre de várias formas, pela indiferença, pela exploração, pelo conhecimento.

No caso da SD7, entendemos que a divisão de que trata o fragmento se relaciona com efeito de subjetivação pela linguagem. Essa subjetivação está subordinada ao modo como as pessoas buscam seu pertencimento na sociedade, vinculado às suas buscas, anseios, desejos enquanto sujeitos inseridos no universo simbólico contemporâneo, condição que suprime o diálogo sobre a própria condição.

Essa gama de relações entre sujeito, linguagem e ideologia sofre uma espécie de esvaziamento no cotidiano contemporâneo, já que as vicissitudes sociais são neutralizadas pelo efeito transitório que media os sujeitos no universo objetivo, das coisas-a-saber, da estabilidade sintomática da realidade enquanto instância de verdade. Isso significa que a história, juntamente com seu desenvolvimento, com a luta de classes, e com a leitura diacrônica de sua linguagem, ocupa um espaço intervalar pela crítica de intelectuais socialistas, que compreendem a realidade em oposição à sua efêmera disposição atual.

A reiteração dos saberes do liberalismo funciona no interior da FD capitalista como unidade heterogênea que, atravessada pela contradição, aciona pela memória discursiva o interdiscurso que determina os dizeres. Por isso podemos estabelecer, pelo interdiscurso, uma relação histórica dos dizeres, que já fazem sentido, anteriormente, e significam na rede semântica da língua.

Os *vizinhos*, separados pela língua, são interpelados ideologicamente, divididos pelas práticas sociais, e significam de maneira heterogênea sob um território em comum, onde se afastam semanticamente para “mundos diferentes”, suscetíveis de significação própria no processo de individualização, de assujeitamento à ideia de sujeito único, longe de sua vizinhança.

A SD a seguir nos possibilita pensar mais sobre esse distanciamento entre os homens. Vejamos:

SD8: “A impossibilidade do real se refere ao fracasso de sua simbolização: o real é o núcleo duro e virtual em torno do qual flutuam as simbolizações; estas são sempre provisórias e instáveis por definição; a única certeza que existe é o vácuo do real que elas (pres)supõem.” (ŽIŽEK, 2012, p. 118)

Esse *vácuo do real* de que o autor fala nessa SD8 traduz tal intangibilidade e permite uma análise da realidade pela língua, em seu próprio processo de construção, de contradição.

Ao trabalharmos com a língua *da falta*, materializamos, numa instância simbólica, sua substância para nos relacionarmos com o mundo. A pressuposição do *vácuo* circunscreve no estatuto da língua seu caráter intervalar.

O sujeito do discurso, além de marxista, de seu domínio filosófico com base no materialismo histórico e sua identificação com a psicanálise, ocupa o lugar de intelectual. De forma que a materialidade da SD8 permite observar um imaginário que se opõe ao imaginário construído pela sociedade do consumo, do capitalismo, já que é a ideologia que deixa o homem contemporâneo inerte frente aos problemas sociais, às catástrofes.

Com esse exercício de leitura, nossa filiação teórica indica um percurso não subjetivo de análise, pois se leva em conta o funcionamento discursivo e suas condições de produção. Ou seja, mesmo que *fim dos tempos* não apareça na materialidade do fragmento, por meio do interdiscurso e da memória discursiva, observamos que a ideia está subjacente, de tal modo que ela não só marca a posição-sujeito, que se identifica com os saberes da FD socialista, como se opõe à FD capitalista e à FD religiosa, pois “fim”, aqui, significa não simbolizar, não falar, não discursivizar, já que a predominância é o imediatismo, configurado numa instância contemporânea de realidade, efêmera, provisória.

Ainda, para aprofundarmos um pouco mais sobre o real, algumas considerações são relevantes. Žižek, em relação ao real, compreende, sob um pano de fundo ideológico, que “a interpretação do antagonismo social (luta de classes) como Real, e não como (parte da) realidade social objetiva, também permite que nos oponhamos à desgastada linha de argumentação segundo a qual temos que abandonar a noção de ideologia, já que o gesto de distinguir a “simples ideologia” e a “realidade” implica uma “visão divina” epistemologicamente insustentável, isto é, o acesso à realidade objetiva tal como “realmente é” (ŽIŽEK, 2010, p. 30, grifo do autor). De modo que a realidade sempre já é construída pelo universo simbólico, em detrimento do real como *núcleo duro e virtual*. Em seguimento à SD8, o preenchimento do vácuo do real se dá pela simbolização, que no caso desta pesquisa, assenta-se no enunciado fim dos tempos. Essa leitura pode ser estendida à SD seguinte, em que o resíduo simbólico do real e a ideia implícita deste trabalho aparecem de forma concomitante pela memória discursiva.

SD9: “Quando vemos uma campanha com crianças famintas da África e um apelo para ajudá-las (‘Pelo preço de dois *cappuccinos*, você pode salvar a vida delas!’), a verdadeira mensagem é algo do tipo: ‘Não pense, não politize, esqueça as verdadeiras causas da pobreza, apenas aja, dê dinheiro, assim não terá de pensar!’”. (ŽIŽEK, 2012, p. 126)

A SD9 apresenta-nos o próprio funcionamento da FDS no sentido de identificar o *problema* da *campanha com crianças famintas*. Temos, aqui, o retrato do processo de *politização* dos não *politizados* pela iniciativa privada, que envia a mensagem da não filiação, do não ao engajamento às possibilidades de organização coletiva, ou seja, instiga a falta de reflexão sobre a questão social.

Essa base, que dissolve as relações políticas, desdobra-se no plano individual, no formato de campanhas que só ocorrem numa instância de consumo, sobretudo pela facilidade de poder fazer parte desse tipo de doação sem que ocorra um envolvimento direto. Uma vez seguros pela distância, o apelo ao sujeito dá a falsa ideia de retificação de sua consciência por meio de sua doação, que se materializa de forma imediata, sem refletir na própria conduta. Em outras palavras, é mais fácil deixar uns trocados do que se comprometer com a causa, pois a falta de envolvimento, de responsabilidade, é comprada pelo *preço de dois cappuccinos*.

Este efêmero cenário é o retrato da falta de campanhas que estejam apoiadas num campo de ensino/orientação/conscientização, processo pelo qual emerge a reflexão sobre a estrutura do social. As estratégias para amenizar o sofrimento surgem da reprodução das condições de produção do capital, onde a ponte entre os sujeitos e as “crianças famintas” se dá pelo mesmo caminho em que a fome se instala enquanto consequência da própria política que alimentamos.

Retornando às SDS (de 1 a 9), veremos que elas constroem a discursivização a partir da designação *problema* e que essa relação ocorre no eixo do interdiscurso, estabelecendo relações parafrásticas.

Na SD1, apresentamos a ideia de “ordem” em distintas representações, como ordem social, ordem hierárquica, ordem igualitária, que pressupõe uma organização/estagnação/conservação no plano discursivo do termo, em contraponto ao *fim dos tempos* enquanto enunciado de ruptura da ordem em questão.

Na SD2, problema vem determinado pela anteposição da expressão nominal “verdadeira causa”. Observamos que *problema* está para “velhas tradições”, que, por sua vez, está para “incapacidade para a vida social”. A interdiscursividade implica a identificação com uma posição no interior de uma FD. Assim, quando o enunciador afirma que “a verdadeira causa dos problemas não era o abandono das velhas tradições, mas *essas mesmas tradições*, que mostravam, no dia a dia, sua incapacidade para servir de princípio condutor da vida social”, muito mais que os domínios de memória, deparamo-nos com a negação do dizer do outro.

Conforme lemos na SD3, a designação *problema* é indeterminada pela anteposição problemática, a qual, segundo o enunciador, deve ser abandonada. Se a problemática, numa relação de contiguidade, encontra-se inserida no próprio problema, ao se resolver um, resolve-se o outro, evidentemente. Mas o que deve ser abandonado, *problema* ou *padrão*?

A SD4 remete aos domínios de memória. Não temos a designação problema, e, no entanto, “espetáculo fascinante da violência do Terceiro Mundo” remete-nos a ele. Mesmo não apresentando o item lexical, há determinação da designação problema. Isso significa que as relações são estabelecidas no eixo da verticalidade, ou seja, do interdiscurso.

Na SD5, os movimentos do sujeito em relação aos domínios de memória apontam para a antecipação e retrospecção, numa relação de concomitância. “Talvez José Saramago estivesse certo quando propôs numa coluna de jornal que executivos de grandes bancos e outros responsáveis pela crise financeira fossem considerados culpados de crimes contra a humanidade, cujo lugar certo é o Tribunal de Haia”. Ao mesmo tempo em que a SD4 refere-se a fatos passados, como “quando propôs numa coluna de jornal” e “Tribunal de Haia”, esses próprios fatos apontam para o domínio presente na atualidade, que são “executivos de grandes bancos e outros responsáveis pela crise financeira”. Ambos não apenas são responsáveis pela crise financeira como também culpados pelos crimes contra a humanidade. E que crimes são esses?

Na SD6, “*a história real que vivemos é em si um tipo de história alternativa realizada*”, segundo os marxistas radicais. Mas qual realidade em que temos de viver?”. E o que seria “aproveitamos o momento no passado e não agimos”? Agir ou reagir?

Merece nossa atenção a presença do “Nós” no recorte selecionado. Na **SD3**, temos “o padrão pelo qual avaliamos a situação e determinamos que ela é problemática faz parte do problema e deve ser abandonado”; na **SD4**, “sempre que nos sentimos tentados pelo espetáculo fascinante da violência do Terceiro Mundo, deveríamos fazer uma autorreflexão e nos perguntar como nos incluímos nela”; na **SD5**, “*a história real que vivemos*”, “a realidade em que temos de viver”, “porque não aproveitamos o momento no passado e não agimos”; na **SD7**, “é por causa da linguagem que nós e nossos próximos (podemos) ‘viver em mundos diferentes’, mesmo quando somos vizinhos”; na **SD9**, “Quando vemos uma campanha com crianças famintas da África e um apelo para ajudá-las (‘Pelo preço de dois *cappuccinos*, você pode salvar a vida delas!’)”.

Examinando as SDs acima, percebemos que o discurso-outro passa a participar do discurso socialista na qualidade de discurso transversal. A internalização desse discurso *liberal* possibilita ao sujeito da enunciação com ele estabelecer uma relação de confronto e de

refutação. De acordo com Courtine (1981, p. 105 apud INDURSKY, 1997), o discurso transversal é um modo de figuração do interdiscurso na formulação, pois articulam entre si elementos de identificação contrastiva, e isso se dá em nosso *corpus* pela modalidade negativa.

Quadro-síntese 8

Processo discursivo da FDS e relações de antagonismo

SDs	Definição da posição-sujeito da FDS	O pré-construído do discurso-outro
SD1	Ordem social posta	ordem social; ordem hierárquica; ordem igualitária
SD2	Capacidade para uma vida social	A solução [...] não era o abandono das velhas tradições .
SD3	Padrão de avaliação do problema para o abandono	o padrão pelo qual avaliamos a situação [...] faz parte do problema e deve ser abandonado.
SD4	O modo pelo qual nos incluímos na violência do Terceiro Mundo	[...] sempre que nos sentimos tentados pelo espetáculo fascinante da violência do Terceiro Mundo, deveríamos fazer uma autorreflexão e nos perguntar como nos incluímos nela.
SD 5	A punição de executivos de grandes bancos e outros responsáveis pela crise financeira [...] culpados de crimes contra a humanidade	[...] o lugar certo é o Tribunal de Haia .
SD 6	Crítica à inércia diante da <i>história real que vivemos (em si um tipo de história alternativa)</i>	[...] a história real que vivemos é em si um tipo de história alternativa realizada , a realidade em que temos de viver...
SD7	A linguagem como primeiro e maior divisor entre os homens	A linguagem, e não os interesses egoístas primitivos , [...] que nós e nossos próximos (podemos) “viver em mundos diferentes”, mesmo quando somos vizinhos.
SD8	A impossibilidade do real ²⁸	As simbolizações [...] são sempre provisórias e instáveis por definição ; a única certeza que existe é o vácuo do real que elas (pres)supõem.
SD9	Indiferença diante da pobreza	“Não pense, não politize, esqueça as verdadeiras causas da pobreza, apenas aja, dê dinheiro, assim não terá de pensar!”.

Fonte: elaborado pelo autor.

O quadro expõe o funcionamento do discurso do fim em sua significação subjacente, que enlaça temáticas distintas num cenário catastrófico, correlacionando os substratos retirados do livro sob uma matriz de sentido apocalíptico. As SDs correspondem ao nosso exercício de leitura e interpretação para a constituição de um recorte de análise e se justificam pela possibilidade de levantar questões do mundo contemporâneo por meio de uma especulação filosófica, que se instaura num plano discursivo. Ainda, as relações de

²⁸ Em termos lacanianos, Žižek comenta a complexa relação entre Real e impossível. “A ideia de real aqui é a do Real como impossível, no sentido da grande ausência: ele sempre nos falta, é um vazio básico, e a ilusão é que podemos recuperá-lo. A lógica é que, sempre que julgamos conseguir o Real, trata-se de uma ilusão, porque, na verdade, ele é traumático demais para ser encontrado: confrontar diretamente o Real seria uma experiência impossível, incestuosa e autodestrutiva”. (ŽIŽEK, 2006, p. 83)

antagonismo configuradas no quadro estão conectadas à contradição e sua relação direta com as materialidades fragmentadas pela pesquisa. Por isso a AD compreende essas materialidades em seu percurso de significação, e as divisões do quadro mostram que cada SD remete a uma temática *diferente*, ao mesmo tempo em que engloba a problemática contemporânea e a crítica social numa conjuntura apocalíptica da realidade e de sua conservação diante do sistema dominante.

2.4 Pré-construído de discurso transverso

Para o estudo da AD, não é a “memória individual” que configura um objeto de análise, mas a memória discursiva, que restabelece pré-construídos e atualiza possíveis interpretações a partir de significados gerados pela engrenagem simbólica em que o sujeito está inserido. Para Pêcheux (2010a), o discurso não é independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, logo, todo discurso se realiza sempre numa série de outros discursos e articula linguagem e práticas históricas. Segundo o referido autor,

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 2010a, p. 52)

Conforme sintetizamos no quadro da página 77, a análise do nosso terceiro recorte discursivo destina-se ao exame do pré-construído e do discurso transverso. Foram selecionadas três sequências discursivas (da SD10 a SD12). Antes, no entanto, de passarmos à análise, vamos expor o que estamos entendendo por pré-construído e também por discurso transverso.

Ao trabalharmos com a AD, estamos sempre em contato com questões que retornam sob a materialidade linguística. No caso do interdiscurso, que atravessa o uso da língua a partir de uma memória, temos, na formulação desse uso, uma espécie de eco, que ressoa formulações anteriores na ordem discursiva. De acordo com Cazarin,

[...] quando escrevemos que o discurso ecoa/ressoa, não necessariamente se trata de um sujeito enunciativo que tenha a intenção/ o controle de trazer o referido discurso para o fio do seu, isto é, para o intradiscurso; o discurso ressoa porque está disperso na memória do dizer – no interdiscurso. (2006, p. 306)

Na medida em que a rede discursiva é constituída por uma memória, surgem imbricados, na significação do uso linguístico, sentidos heterogêneos, polissêmicos, que se instauram em FDs distintas e (re)significam pela atualização de seus saberes na língua. “A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os pré-construídos, os elementos citados e relatados, os discursos transversos, etc. de que sua leitura necessita” (CAZARIN, 2006, p. 307). Os pré-construídos transitam entre os saberes atravessados pelo interdiscurso, que retomam tais elementos para que outros se atualizem. O discurso transversal (CAZARIN, 2006) traz diferentes formulações na ruptura do cruzamento de outros discursos, a partir do interdiscurso. Segundo Pêcheux, em regra, o discurso-transversal aparece de forma não explícita. Espécie de “presença-ausente” (1975 apud CAZARIN, 2006), constitui-se pelo atravessamento do interdiscurso que o caracteriza heterogeneamente como dispositivo organizador de pré-construídos, de modo que o estatuto dos conceitos ocupa o espaço do outro.

O interdiscurso enquanto discurso-transversal atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita. Nesse sentido, pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto “fio do discurso” do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente determinada como “tal do exterior”. (PÊCHEUX, 2009, p. 154, grifo do autor).

Algumas considerações de Courtine sobre os pré-construídos na ordem discursiva exemplificam a noção em seu funcionamento na língua, em como se formula sua articulação. “O interesse pelas formas linguísticas nas quais a repetição inscreve-se na ordem do discurso, leva a estudar, enfim, a formação do pré-construído no desnivelamento interdiscursivo enquanto ela fornece uma base de constituição das séries de formulações”. (COURTINE, 1999, p. 20)

Esclarecido como estamos tomando as noções de pré-construído e discurso transversal, passemos à análise das sequências discursivas.

SD10: “Para o liberalismo, ao menos em sua forma radical, o desejo de submeter o povo a um ideal ético que consideramos universal é ‘o crime de todos os crimes’, a mãe de todos os crimes: equivale à imposição violenta aos outros de uma visão própria, à causa da desordem civil.” (ŽIŽEK, 2012, p. 48)

Essa *imposição* de que trata o autor transfere, em sua significação, o sentido de *equivalência* num plano *radical*, uma vez que o sistema econômico dominante tem a primazia da superestrutura sob os pilares do liberalismo, transformando o sujeito em mais uma peça da

engrenagem do capital, de forma *ética* e funcional, por meio da ideologia, dos pré-construídos que atravessam seus saberes e constituem sua *cultura*. O “crime de todos os crimes” está inclinado à própria noção de realidade contemporânea, que, na SD6 do Recorte II, está representada pelo enunciado: *a história real que vivemos é em si um tipo de história alternativa realizada. A visão própria do liberalismo foi legitimada pela democracia (representativa) e instituída como imposição econômica. Tal interpretação, registramos, relaciona-se com a SD5 do Recorte II pelo Tribunal de Haia.*

A partir do interdiscurso, o discurso-transverso traz diferentes formulações na ruptura do cruzamento de outros discursos. Com “liberalismo”, “desejo”, “ideal”, “ético”, “universal”, revela-se uma sequência que se inscreve nos meandros capitalistas da realidade enquanto processo contingente contemporâneo. Essas palavras estão atravessadas com outros discursos, que pela sintaxe, materializada, manifesta posicionamentos antagônicos, marcados com “radical”, “povo”, “crime”, “imposição violenta”, “desordem civil”. Essas marcas estão amarradas a partir da consideração do liberalismo em sua forma radical, de forma que um discurso funciona no outro, inserindo saberes das formações discursivas²⁹ precedentes na laboração semântica de sua intencionalidade crítica. Em outras palavras, as características que, de certa forma, organizam e constituem os saberes da FD socialista, funcionam na FD capitalista, em sua forma “radical liberal”, e articulam, em sua oposição, saberes da FD capitalista em relação à FD socialista, como “ético”, “universal”.

Para estabelecermos uma ponte entre as sequências, é preciso salientar que nosso objeto de análise é construído pelo plano discursivo, e não meramente na superfície dos conteúdos apresentados. Isso significa que as amarras do *liberalismo* não estão implicadas em sua própria enunciação, mas se inscrevem numa FD capitalista. Nesse caso, temos o atravessamento da crítica socialista ao liberalismo, de forma a inscrever os saberes da FD capitalista no interior das relações da FDS, como veremos a seguir.

SD11: “o liberalismo concebe a si mesmo como ‘política do mal menor’, sua ambição é produzir ‘a sociedade menos pior possível’, evitando assim o mal maior, já que considera qualquer tentativa de impor diretamente um bem concreto a fonte suprema de todo mal.” (ŽIŽEK, 2012, p. 50)

Esse *bem concreto* se inscreve na FDS, a partir da concepção de igualdade sob o plano do materialismo histórico. O *mal maior* é, justamente, a negação da concreção do *bem* citado

²⁹ Conforme formula Indursky, não sendo a ideologia idêntica a si mesma, a formação discursiva, pela mesma razão também é, ao mesmo tempo, idêntica e dividida. Mesmo que em seu domínio de saber comporta-se a igualdade, ela também abriga a diferença e a divergência, resultando, daí, a contradição que impede a instauração da homogeneidade e da unicidade de saberes da formação discursiva. (2000, p. 75)

no fragmento, pois a *tentativa* denota práticas antissistema de um sujeito que não se identifica com as estruturas. O *mal maior* incita a igualdade social como algo apocalíptico, como o *fim dos tempos* do liberalismo. O discurso-transverso aparece quando a FDS utiliza o próprio argumento do liberalismo para atravessar uma perspectiva de crise no interior do sistema contemporâneo. Os *males* que constituem certo mal-estar da sociedade são apagados pela “política do mal menor”, reduzindo seu efeito negativo num campo de contingência a-histórico, que apaga as possibilidades do “bem concreto”.

Segundo o sujeito do discurso, vivemos em tempos de crise, em que “liberalismo”, e com ele a “política do mal menor”, atinge um estado de mercadoria, de submissão à ideologia dominante. Produz um processo a partir do qual o sujeito contemporâneo passa a desejar cada vez menos liberdade. Essa marca de precariedade do simbólico produz uma espécie de disciplinarização do sujeito, cria estruturas que se tornam difíceis de quebrar. Nesse sentido, podemos observar melhor essa rede criada pelo sistema liberal na sequência a seguir.

SD12: “O que falta ao liberalismo é o que, de acordo com Marx, podemos chamar de ‘base’ de liberdade. No entanto, essa consciência da necessidade de uma ‘base’ de liberdade não deve nos levar a confiar na substância ética tradicional da ‘decência comum’: diante dos atuais desafios ecológicos, biogenéticos e outros, o campo dos costumes ‘orgânicos’ tradicionais *perdeu* literalmente *a substância* – não podemos mais confiar nele como fundo ‘espontâneo’ e impenetrável do mundo-vida que permitirá certo ‘mapeamento ético’, tornando-nos capazes de encontrar o caminho nos complexos problemas de hoje.” (ŽIŽEK, 2012, p. 65)

A SD12 contém uma reflexão sobre a falta de uma “base” de *liberdade* do liberalismo. Desse modo, pela FDS, temos a concepção do processo de igualdade social, a partir do qual se chega à liberdade *real* das condições de produção da existência. O apocaliptismo aparece diante dos *desafios* das ciências em postular seu legado perante a realidade por meio de um filtro ético de aprovação, de sistematização das práticas sociais, como órgão regulador máximo das *verdades* de Estado. Segundo o autor, *o campo dos costumes “orgânicos” tradicionais* não é mais o responsável pelo percurso do “mapeamento ético” na elucidação dos problemas contemporâneos. Como vimos em vários outros fragmentos, cabe ao *universo* da ética do *liberalismo* e do sistema dominante mensurar tal relação com o “mundo-vida”.

Com base no exposto, podemos concluir, a respeito da análise das SD’s, que os pré-construídos que circulam no interdiscurso surgem na relação crítica que a FDS estabelece com o *universo* do liberalismo contemporâneo. Partindo de nossas considerações teóricas, é possível vislumbrar que o sujeito/leitor desempenha seu exercício de interpretação com certa subordinação ao espaço social que ocupa. Isso implica dizer que o *fim dos tempos* carrega, em

seus domínios semânticos, o efeito de desestabilização, que causa rupturas, efeitos de desidentificação, heterogeneidades, noções que possuem a mesma matriz de contradição. Esses deslizamentos do enunciado apocalíptico preenchem sua espessura de significação, espalhados na atualização dos sentidos em relação à história.

A próxima seção trata das questões de contradição, que, de modo geral, atravessam todo o trabalho.

2.5 Debate sobre o contraditório

Mesmo com a abordagem do princípio de contradição ao longo do trabalho, esta seção é dedicada ao debate do contraditório, que se assenta na análise da SD13 e da SD14, respectivamente, onde podemos mobilizar o conceito nas amarras dos substratos elegidos, assim como a argumentação presente na discursividade. Com o intuito de levantar questões sobre o enunciado, nossa disciplina interroga possíveis efeitos de estabilização, que brotam de formulações com base contraditória.

Visando a articular nossa pesquisa sob o viés da contradição, estabelecemos alguns pontos de observação sobre a leitura das SDs, juntamente com nosso aporte teórico, no sentido de clarear possíveis obscuridades argumentativas encadeadas de forma *ambígua*, as quais se revelam dialeticamente no interior das formações discursivas.

No caso da obra *Vivendo no fim dos tempos*, temos um sujeito/autor inserido na FDS, que, em sua leitura do mundo contemporâneo, concebe a coletividade em sua base argumentativa, para delinear o debate sobre as diversas crises do sistema, correlacionando o materialismo histórico numa ordem interpretativa da realidade, em contraponto com o *universo* capital e suas relações de dominação. Assim, a FDS compreende, em sua substância discursiva, questões como a unicidade partidária do proletariado, de modo a revelar o posicionamento discursivo que indica a direção crítica que o enunciado (*fim dos tempos*) irá tomar no que concerne ao seu objeto de oposição.

Para alargar nossa perspectiva sobre o princípio de contradição e seus desdobramentos no âmbito discursivo, é preciso debater acerca de forças opostas que, sob uma raiz dialética de movimento, estabeleçam conexões substanciais na materialidade da língua e no funcionamento do discurso. De acordo com Schons (2006), devemos conceber a contradição em sua constituição da base do pensamento marxista, numa conjuntura histórica da luta de classe e de suas transformações no cenário social a partir de forças contraditórias. Em suas palavras,

[...] a contradição é base do materialismo dialético, que, aliado ao materialismo histórico, orienta o trabalho de interpretação, tanto no sentido de permitir o debate, a polemização sobre as questões da luta de classe, quanto no sentido de fornecer base para a análise das condições de produção/reprodução/transformação no desenvolvimento das classes e de sua ação como força histórica e política, visto que é preciso transformar, não simplesmente reproduzir. (SCHONS, 2006, p. 91)

Por isso, o marxismo se assenta na contradição que permeia as relações dialéticas do homem com a história, com a natureza, por meio de desconstruções das amarras da alienação, dos saberes materialistas que instigam o debate político e filosófico das estabilidades aparentes, estando essa concepção inserida na irrupção do logicismo pelo viés contraditório de forças opostas.

Com o objetivo de criticar as bases da ciência positivista e fazer ciência marxista, a contradição aponta o trabalho com os universos logicamente não estabilizados, ou seja, heterogêneos. Isso porque, se se considera o real da história e o real da língua um objeto de múltiplas interpretações, não se pode tomar o discurso como uma “ferramenta” lógica; para trabalhar com o discursivo é preciso desconstruir a homogeneidade. A relação contraditória entre o campo da teoria e o campo da prática é que permite pensar o político. (SCHONS, 2006, p. 94)

Essa desconstrução da homogeneidade pode ser caracterizada pela materialidade de *fim dos tempos* num campo de significação que incita a relação entre imaginário e simbólico, ao mesmo tempo em que adiciona uma atualização da historicidade do enunciado e de seus sentidos em espaços heterogêneos.

Vale lembrar que nossa perspectiva teórica entende a contradição como constitutiva da linguagem, diferentemente do positivismo-logicista, que formaliza o sistema da língua para que não existam “ambiguidades”. Sob o viés do materialismo histórico, a AD cria sua teorização na ruptura das amarras formais da língua. Trabalha com a língua da falta, num plano de representações simbólicas, em suas contradições. Nesse sentido, a problemática do *real* se inscreve tanto no âmbito linguístico, quanto no filosófico. Ao considerar o materialismo histórico como base da disciplina de interpretação, Pêcheux aproxima-se da elucidação do *real* enquanto contradição.

Assim, se considerássemos que a categoria materialista de real especifica-se exclusivamente pela sua relação com o impossível, com que real poder-se-ia afirmar que o materialismo histórico trabalha? A questão do materialismo excede, portanto, o puro terreno da epistemologia: ela engaja uma aposta política baseada na existência de um real da história. O materialismo histórico pretende basear-se em uma percepção desse real como contradição. (PÊCHEUX; GADET, 2010, p. 35)

SD13: “Hoje, há pelo menos três versões de apocaliptismo: a fundamentalista cristã, a da Nova Era e a tecnodigital pós-humana. Embora tenham em comum a noção básica de que a humanidade se aproxima do ponto zero de uma transmutação radical, suas respectivas ontologias são absolutamente diferentes: o apocaliptismo tecnodigital [...] permanece nos confins do naturalismo científico e identifica, no nível da evolução da espécie humana, os contornos de transmutação ‘pós-humana’; o apocaliptismo da Nova Era dá a essa transmutação uma torção espiritualista, interpretando-a como passagem de um modo de ‘consciência cósmica’ para outro [...]; e, por fim, os fundamentalistas cristãos interpretam o apocalipse em termos bíblicos estritos, isso é, buscam (e encontram) no mundo contemporâneo sinais de que a batalha final entre Cristo e o Anticristo está próxima, de que nos aproximamos de uma reviravolta fundamental. Embora seja considerada a mais ridícula, porém a mais perigosa quanto ao conteúdo, essa última versão é a mais próxima da lógica emancipatória radical ‘milenária’.” (ŽIŽEK, 2012, p. 228- 229)

A SD13 configura algumas premissas do livro em questão, trazendo temas variados sob as amarras do apocaliptismo e de suas relações de contradição. Em outras palavras, em diferentes esferas, o ideário apocalíptico circunscreve seu percurso de significação, seja no âmbito religioso, tecnicista-científico ou social. De imediato, temos uma descrição que aborda as diferentes temáticas e pontua os tipos de apocaliptismo que cada assunto reserva em seu horizonte. Mesmo que tenham em comum a noção básica do ponto zero de uma transmutação radical, e ainda que os elos dessa corrente de fim dos tempos estejam unidos por uma espécie de metafísica do apocalipse, cada problematização se inscreve num universo semântico próprio, em que as relações de contradição constituem o próprio cerne da questão em pauta. Entretanto, em nosso gesto de leitura, mesmo com a descrição dos “três tipos de apocaliptismo”, temos o título da obra inserido na FDS, que expõe, desse modo, de qual tipo de apocaliptismo se trata.

Nossa abordagem discursiva compreende que o fim dos tempos se relaciona com todas as questões descritas pelo autor, nas divisões dos tipos de apocaliptismos, inscrevendo seu apontamento aos saberes vinculados aos apocaliptismos da “fundamentalista cristã, da Nova Era e da tecnodigital pós-humana” como uma base argumentativa anterior às divisões e aos seus desdobramentos.

Sendo assim, nossa leitura da SD13 ilustra, mesmo que num âmbito de superfície, que os tipos de apocaliptismos enunciados pelo autor transmitem relações contraditórias de forma semântica, na medida em que instauram características de um rosto científico, espiritual e bíblico (religioso). Essas camadas compreendem a mesma matriz de apocalipse, mas funcionam de forma distinta, de modo que o percurso de significação que representa as crises dos tipos restritos carrega uma similitude semântica geral, em contraponto com o afastamento de suas “raízes” argumentativas, demarcadas entre os campos de ordem científica, espiritual e

religiosa. Isso é representado no quadro abaixo, que exemplifica a divisão do que o autor chama de “ponto zero apocalíptico” e alguns de seus desdobramentos.

Quadro 9 - Divisão do que o autor chama de “ponto zero apocalíptico”

Científico	Espiritual	Religioso (bíblico)
Transmutação tecnodigital pós-humana	Passagem para uma nova consciência cósmica	Batalha final entre Cristo e Anticristo
Evolução da espécie	Nova Era	Lógica emancipatória “milenerista”

Fonte: elaborado pelo autor.

Se as próprias bases apresentam-se contraditoriamente em suas conjunturas discursivas, os sentidos se constituem de forma heterogênea, partindo das diferenças para desaguar numa certa unicidade do cenário apocalíptico da obra, que pretende configurar crises contemporâneas com a representação simbólica de fim dos tempos.

No âmbito discursivo, o enunciado fim dos tempos funciona para bases distintas, processando a argumentação de cada uma sob o plano apocalíptico. Ou seja, a contradição se estende da própria concepção do enunciado até seu percurso semântico, que transita entre as materialidades e enuncia seu apocalitismo subjacente, constituindo tanto as bases temáticas abordadas pelo autor quanto sua espessura de significação que as representa. Vejamos mais uma sequência.

SD14: “Alguns se lembram das velhas arengas infames dos comunistas sobre a liberdade ‘formal’ burguesa – por mais ridículas que sejam, há um momento de verdade na distinção entre liberdade ‘formal’ e ‘real’: a liberdade ‘formal’ é a liberdade de escolha *dentro* das coordenadas das relações de poder existentes, enquanto a liberdade ‘real’ surge quando podemos mudar as próprias coordenadas de nossas escolhas.” (ŽIŽEK, 2012, p. 250)

A SD14 e a questão da liberdade contrapõem as condições de produção dessa *liberdade*. O formalismo a que o autor se refere trata do poder *democrático* de escolha no interior do sistema, que configura tal *tipo* de liberdade. Em mais uma marca da FDS, temos o argumento de que *mudar as próprias coordenadas de nossas escolhas* significa, mais profundamente, dizer que o socialismo seria capaz dessa tarefa, uma vez que teria, em sua organização, um processo de coordenação da igualdade social, que passaria para a liberdade *real*.

Na relação com a primeira SD do Recorte III, sobre a falta de *base* de liberdade do liberalismo, a SD14 questiona a própria estrutura da liberdade, conferindo um embate de forças que legitimariam essa liberdade por meio do processo socialista, em que as próprias

coordenadas se tornassem socialistas e desmitificassem a liberdade *formal* enquanto instância libertária.

Quadro 10 - Saberes pressupostos pela FD

Liberdade	Forças opostas	Contradição
Formal	burguesa	Interior das coordenadas de poder
“Real”	“socialista”	Escolha das próprias coordenadas

Fonte: elaborado pelo autor.

O quadro de divisão apenas ilustra que, do ponto de vista discursivo, podemos estabelecer um movimento de interpretação do qual se depreende o “socialismo” enquanto noção lacunar argumentativa, que preenche o espaço deixado pela oposição à burguesia, de forma a considerar os saberes pressupostos pela FD na qual o sujeito/autor está inserido.

Em se tratando de liberdade, a discussão levantada instaura níveis distintos do problema relacionado ao conceito de liberdade, que já pressupõe pré-construídos das coisas-a-saber, sob uma perspectiva contemporânea, isto é, da noção que acompanha o liberalismo e a aparência das “escolhas” do cotidiano, instituídas e legitimadas pelo sistema econômico vigente, pela interpelação ideológica. Não obstante essa problemática relação, que entrelaça teoria e prática também num âmbito de contradição, a tomada de posição demarcada com a sequência “real” / “socialista” / “escolha das coordenadas” amarra discursivamente o fio da FD, configurando o posicionamento em oposição à questão burguesa.

No início da SD14, temos “as velhas arengas comunistas” marcando um espaço contraditório na relação crítica com o restante do fragmento, na medida em que a base de sustentação da divisão de liberdade, enunciada pelo autor, inscreve-se a partir dessas “arengas”, as quais não se legitimam discursivamente pelo próprio fato de ganharem uma caracterização infame.

Nesse contexto de interpretação, inserimos o fim dos tempos como enunciado de representação do estatuto da contradição na língua, a fim de explorar o percurso de sua continuidade em desdobramentos argumentativos que incitam tal subjacência num campo apocalíptico de arguição filosófica e social. Isso implica dizer que o fim dos tempos, incluído nessa conjuntura, carrega, em sua dimensão de significação, a criticidade diante do mundo contemporâneo, além de instaurar uma espécie de esperança da esquerda em enunciar o fim dos tempos do cenário atual.

Isso também nos indica certa contradição, visto que o leitor da obra de Žižek pode esperar uma solução advinda do trabalho filosófico do autor, por meio do enunciado apocalíptico, que, de forma paradoxal, convoca o fim para atribuir um início de outra coisa, no sentido político e social. Essa outra coisa pode cair num campo inominável, de impossibilidade, que é representada pelo fim dos tempos enquanto possibilidade de ruptura das estruturas dominantes que ditam as coordenadas da realidade. Portanto, o leitor em geral, com base em suas formações discursivas, atribui significação a esse catastrofismo de acordo com essa pré-regulação discursiva de que é afetado.

Diante do exposto, podemos nos interrogar sobre a atual localização dessa semântica no sentido de seu catastrofismo, concomitante com seu estatuto de simulacro. No caso do leitor de esquerda, que nutre certa esperança (como os “intelectuais” das SDR3 e SDR4) ao reconhecer em Žižek um filósofo de representatividade expressiva no cenário intelectual contemporâneo, o fim dos tempos é interpretado como enunciado-guia de suas elucubrações, capaz de instigar, tanto no âmbito simbólico quanto no imaginável, outro lugar, outro espaço, que não este. Por isso o fim. Por isso a contradição.

2.6 Resistência e desdobramentos de memória

Nesta seção, disponibilizamos as SDs 15, 16, 17 e 18, com o intuito de relacioná-las ao enunciado em questão e discutir os desdobramentos de memória que regulam as discursividades materializadas no intradiscurso dos fragmentos.

Ao nos referirmos aos desdobramentos de memória, estamos nos posicionando em nossa filiação teórica, que pressupõe a repetição e a regularização de enunciados na língua por meio de uma memória, a qual constitui a estrutura do dizível e é constituída pelo interdiscurso, que a entrecruza em diversos sentidos e faz emergir pré-construídos num plano em que a leitura se materializa como acontecimento. “A repetição é antes de tudo um efeito material que funda comutações e variações, e assegura – sobretudo ao nível da frase escrita – o espaço de estabilidade de uma vulgata parafrástica produzida por recorrência, quer dizer, por repetição literal dessa identidade material” (PÊCHEUX, 2010a, p. 53). No caso de nossa pesquisa, o interesse está em correlacionar o enunciado apocalíptico como suporte das argumentações, e não em sua repetição material no intradiscurso. Por isso, as SDs têm em sua raiz o enunciado *fim dos tempos* de forma subjacente, que inscreve sua semântica no percurso discursivo.

Em outras palavras, o *fim dos tempos* carrega saberes imaginários que compõem sua significação por meio de uma memória. Ao mesmo tempo, estratificam-se sentidos outros, originais, esquecidos, apagados, para se atualizar discursivamente na língua e na sua indissociabilidade histórica. Como resultado, temos pontos de deriva, de deslocamento, de questões à linguística formalista, engendradas na medida em que o exercício de interpretação se dá enquanto formulação crítica de enunciados engajados em seus contextos possíveis de identificação e ruptura da relação do homem com o mundo.

SD15: “Dizem que, na China, quem realmente odeia alguém lança contra ele a seguinte maldição: ‘Que você viva em tempos interessantes!’. Em termos históricos, os ‘tempos interessantes’ foram períodos de inquietação, guerra e luta pelo poder em que milhões de inocentes sofreram consequências. Hoje, claramente nos aproximamos de uma nova época de tempos interessantes.” (ŽIŽEK, 2012, p. 291)

Tempos interessantes esses que configuram diferentes ciclos sociais e demarcam o *fim dos tempos* de uma *era*, para que outra tenha início. No caso da FDS, é justamente em tempos interessantes que deveriam surgir as transformações sociais, as mudanças da superestrutura, a reestruturação do Estado. Ao enunciar que nos *aproximamos* de uma nova *época de tempos interessantes*, mais uma vez o enunciado *fim dos tempos* regula a significação do extrato enquanto base de articulação.

SD16: “Nossa situação, portanto, é diametralmente oposta à dificuldade clássica do século XX, em que a esquerda sabia o que tinha de fazer (fundar a ditadura do proletariado etc.), mas precisava esperar com paciência até que surgisse a oportunidade. Hoje, não sabemos o que fazer, mas temos de agir agora, porque as consequências da inação podem ser catastróficas.” (ŽIŽEK, 2012, p. 362)

A SD demanda um percurso complexo de reflexão diante da problemática social. O que está exposto na SD16 nos diz claramente a posição do autor, pois ele concorda que a *inação* é a catástrofe de nossos dias. Tem pressa quando diz que *temos de agir agora*, como se estivesse, de certa forma, também se referindo ao *fim dos tempos* da apatia e da alienação. Ao mesmo tempo, com a afirmação do fragmento, assevera que *não sabemos o que fazer*, ou seja, não temos como implantar a *ditadura do proletariado*, mas que precisamos agir depressa, antes do colapso do sistema.

O autor demonstra resistência a partir de sua filiação marxista, embora entenda as dificuldades por que a esquerda passa na atual conjuntura. É nesse ambiente de crise que as respostas devem vir do pensamento social/coletivo, da ação com a força da união da infraestrutura. Todavia, os desdobramentos de memória que se inscrevem no interior da FDS

emergem na problemática da *oportunidade* esperada durante o século XX, para a pressa de agir, sem um plano específico, nos tempos de hoje.

Nesse sentido, é esse conflito, essa busca por algo perdido, por um vir a ser, que o sujeito do discurso se movimenta. Toda tensão e inquietude vivida pelo sujeito identificado à ideologia da FDS, dentro da forma-sujeito que domina essa FD já se configura pela resistência, pois organiza os saberes de modo a articular essas influências ideológicas discordantes num ponto crucial sobre a crise da esquerda, ou seja, a contradição é constante no discurso e, nesse caso, a catástrofe pode ser entendida como o fim da esquerda. Vejamos de que modo é possível visualizar essa problemática na sequência abaixo:

SD17: “Temos de nos aventurar no abismo do novo em condições totalmente inadequadas; temos de reinventar aspectos do novo apenas para manter o que era bom no velho (educação, assistência médica etc.)” (ŽIŽEK, 2012, p. 362)

Partindo da concepção citada na SD16, sobre a problemática da esquerda e de sua *inação* diante das estruturas, a SD17 elucida sua inscrição na FDS, ao encontrar em seu argumento, embora apocalíptico, uma saída para a falta de conjecturas sociais que realmente transformem as coordenadas da realidade. Mesmo que para isso tenhamos de nos *aventurar no abismo do novo*, e mesmo que isso signifique o *fim dos tempos*, é disso que trata o autor, ao se referir à problemática da ação socialista.

Com as marcas “educação, assistência médica” o autor inscreve a concepção de “velho” em oposição ao “novo” com carências muito maiores que no passado. A inexistência da assistência médica e da educação, no sistema capitalista, é retratada de forma catastrófica pelo fragmento, que se inscreve na discursividade apocalíptica, já que considera a falta desses direitos no âmbito social de forma equivalente à expressão de fim dos tempos na articulação de tal representatividade. Além disso, a educação está vinculada a prevenção, ao passo que assistência médica é indispensável no nível social. Como podemos relacionar essa carência com a atitude capitalista, liberal, individualista? Se invertermos a leitura, podemos encontrar, no percurso dessas características do modelo dominante, o próprio processo que leva a carência supracitada.

Por meio dessa problemática relação entre o social e o sistema dominante, podemos passar para a SD18 a fim de explorar o enlace das questões anteriores de forma complementar.

SD18: “O comunismo, hoje, não é o nome da solução, mas o nome do *problema*: o problema das *áreas comuns* em todas as suas dimensões – as áreas comuns da natureza como substância da vida, o problema da área comum biogenética, o problema da área comum cultural

(‘propriedade intelectual’) e, por último, mas não menos importante, o problema da área comum como espaço universal de humanidade, do qual ninguém deveria ser excluído. Seja qual for a solução, ela terá de resolver *esse* problema.” (ŽIŽEK, 2012, p. 362)

Na mesma esfera de pensamento da SD17, na SD18 o autor conclui que o *comunismo é o nome do problema*, embora indique que esse problema das *áreas comuns* deve ter alguma *solução*. Ou seja, a *solução* de que trata no final do recorte se inscreve no comunismo e, ao mesmo tempo, aproxima-se de possibilidades alternativas de lidar com os temas levantados, o que sugere certo pragmatismo de Žižek diante de questões específicas, concomitante com sua relação direta ao *universo* comum do *comunismo*, o qual designou como *Vivendo no fim dos tempos*.

Uma vez atingido o processo discursivo que é o que faz o texto significar, o texto ou os textos particulares analisados desaparecem como referências específicas para dar lugar à compreensão de todo um processo discursivo do qual eles – e outros que nem mesmo conhecemos – são parte. (ORLANDI, 1998, p. 61)

Além disso, essa espécie de enigma deixada pelo autor incita a tal *solução* num âmbito de ceticismo. Após toda apreciação ao sistema capitalista, bem como a pauta sobre a inação da esquerda em tempos de obscurantismo intelectual da sociedade, ele cria, pelo viés da contradição, um estatuto semântico de significação que dialoga com o contrassenso social e suas amarras contemporâneas. Perscruta, em seu exercício intelectual, as evidentes crises do sistema, sem se perder na ilusão dos tempos do passado. Essa renovação do pensamento, sua atualização histórica e crítica – traços que não apenas contornam crises, mas que também trabalham em seu interior – constroem um processo de concreção de seu julgamento filosófico, inserido na filiação marxista, que hoje enuncia o *fim dos tempos*.

3 SOBRE DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO NA AD

A pesquisa dissertativa, juntamente com as concepções teóricas da AD, compõe um conjunto de saberes que transitam entre a descrição e a interpretação. Esse movimento de articulação se depreende da prática de leitura, de forma intrínseca à compreensão do funcionamento da língua em relação à materialidade, à forma e aos sentidos que dela advêm.

Na circulação contínua que subjaz o contato do sujeito com o sistema linguístico, inscreve-se certa tautologia em referência à língua, que se espraia em variadas disciplinas em seu *constructo* epistemológico. No caso da AD, a pressuposição do materialismo histórico, da psicanálise e da linguística perfaz um fator de indivisibilidade, compondo, assim, a disciplina de interpretação. Essa aliança teórica implica três outros desdobramentos: “avançar entrecruzando os três caminhos que acabo de evocar (o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação no interior da análise do discurso), retocando cada um deles pela efetivação parcial dos outros dois”. (PÊCHEUX, 2012, p. 18-19)

Para adentrarmos no quesito da interpretação enquanto estatuto de entendimento e compreensão, é preciso que os espaços das *coisas-a-saber* sejam evidenciados de modo a interrogar a estabilidade lógica que emoldura tal aparência. Na prática discursiva, nos ambientes do cotidiano, há uma série de categorias que *organizam* a vida social, que encaixam, ou deveriam encaixar, sujeitos *logicamente estáveis*. No segmento, Pêcheux chama atenção para os espaços de estabilização que engessam as possibilidades de interpretação.

A esta série vem se juntar a multiplicidade das “técnicas” de gestão social dos indivíduos: marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e de vigiá-los, de levá-los à guerra e de lhes fazer filhos...”. (PÊCHEUX, 2012, p. 30)

Para que estabeleça pontos de ruptura com esse *universo* lógico, é preciso que o sujeito interrogue a *gestão social* para além da simples inteligibilidade, ou da interpretação *formal* de tal funcionamento. Além disso, é necessário que ele compreenda, no interior de suas relações, forças contraditórias externas, emolduradas e capitalizadas por e para os agentes sociais. Desse modo, é possível vislumbrar um horizonte de criticidade cujo processo sobrevém da leitura das estruturas enquanto procedimento de determinação social. Ainda, de acordo com Pêcheux,

Esses espaços – através dos quais se encontram estabelecidos (enquanto agentes e garantia dessas últimas operações) detentoras de saber, especialistas e responsáveis de diversas ordens – repousam, em seu funcionamento discursivo interno, sobre uma proibição de interpretação, implicando o uso regulado de proposições lógicas (Verdadeiro ou Falso) com interrogações disjuntivas (“o estado de coisas” é A ou não-A?) e, correlativamente, a recusa de certas marcas de distância discursiva do tipo “em certo sentido”, “se se desejar”, “se podemos dizer”, “em um grau extremo”, “dizendo mais propriamente”, etc. (e, em particular, a recusa de quaisquer aspas de natureza interpretativa, que deslocariam as categorizações; por exemplo, o enunciado: “Fulano é muito ‘militar’ no ‘civil’”, enunciado que é, aliás, perfeitamente dotado de sentido). (PÊCHEUX, 2012, p. 30-31)

Essa exemplificação corresponde ao aporte teórico da AD, que rompe com a estabilidade positivista para admitir, no interior das relações sociais, processos contraditórios de linguagem e seus desdobramentos.

Nesses espaços discursivos (que mais acima designamos como “logicamente estabilizados”) supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo (tal que este universo é tomado discursivamente nesses espaços). (PÊCHEUX, 2012b, p. 31)

Isso significa, também, que esses espaços discursivos dotados de contradição emergem, de forma heterogênea, entre sujeitos. O efeito *lógico* discursivo que ocupa as relações do sujeito com o mundo constrói a esfera do real sob pilares de estabilização.

O sujeito pragmático – isto é, cada um de nós, os “simples particulares” face às diversas urgências de sua vida – tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica: isto se marca pela existência dessa multiplicidade de pequenos sistemas lógicos portáteis que vão da gestão cotidiana da existência [...] passando por todo o contexto sócio-técnico dos “aparelhos domésticos”. (PÊCHEUX, 2012b, p. 33)

Isso não equivale a dizer que a língua tenha um estatuto de univocidade a partir do *real* estabilizado no cotidiano, mas que produz tal efeito na medida em que representa esse *universo* das *coisas-a-saber* numa esfera lógica da administração dos afazeres diários. Partindo disso, podemos compreender que *fim dos tempos* está localizado no espaço das *coisas-a-saber* e representa certo imaginário apocalíptico que pode atingir níveis distintos de significação. Sobre esse *universo* logicamente estável de uma comunicação *normal* que se representa por uma aparência de necessidade do sujeito pragmático no cotidiano, a reflexão pecheutiana identifica os pontos de evidência dessa relação com tal semântica normatizada.

As “coisas-a-saber” representam assim tudo o que arrisca faltar à felicidade (e no limite à simples sobrevivência biológica) do “sujeito pragmático”: isto é, tudo o que o ameaça pelo fato mesmo [de] que isso exista (o fato de que seja “real”, qualquer que seja a tomada que o sujeito em questão tenha ou não sobre a estrutura do real). (PÊCHEUX, 2012b, p. 34)

A esfera aparentemente estável do sujeito pragmático em relação ao cotidiano é constituída pelo interdiscurso, detentor dos saberes e do *universo* imaginário flutuante que se materializa pela língua. Isso corresponde, também, sobremaneira, a dizer que *fim dos tempos* possui um estatuto de estabilidade que se assenta num plano simbólico e cultural de significação, em que é acionado discursivamente sobre essa matriz, de forma que a paráfrase pode elucidar, linguisticamente, alguns espaços ocupados por tal enunciado.

A produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar de “matriz de sentido”. Isto equivale [a] dizer que é a partir da relação interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique este efeito. (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 166-167)

Referir-se à paráfrase significa relacionar inúmeras possibilidades de leitura no âmbito linguístico, como a equivalência sintática, as operações de derivação, os modelos de referência, de reformulação, da cadeia de enunciados, das famílias parafrásticas, etc. Em se tratando de processo discursivo,

entendido como resultado da relação regulada de *objetos discursivos* correspondentes a *superfícies linguísticas* que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas. Esse acesso ao processo discursivo é obtido por uma dessintagmatização que incide na zona de ilusão-esquecimento nº 1. (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 181, grifo do autor)

De acordo com Fuchs (1985), o estudo de textos, das relações entre frases e do alargamento das questões semânticas originou o termo “paráfrase”, por volta dos anos 1960. A autora comenta que paráfrase não é uma noção de simples definição, pois se trata de um conceito que pode ter óticas opostas em se tratando de teoria e prática.

No artigo “A paráfrase linguística”, Fuchs (1985) organiza as três principais frentes que caracterizam a noção de paráfrase: 1) a paráfrase como equivalência formal entre frases; 2) a paráfrase como sinonímia de frases; 3) a paráfrase como reformulação. O número 1 trata da questão formal da língua, ou seja, de seu logicismo subjacente às regras de equivalência entre frases e proposições, ao “mesmo valor de verdade”, culminando, assim, em sua característica de *verdadeiro e falso*. O número 2 apresenta diferentes pontos de vista sobre o

mesmo referente, que, em sua estabilidade semântica, origina significações secundárias. “Nesta perspectiva sinonímica, opõem-se, então, o sentido à referência, a denotação às conotações, o semantismo de base aos semantismos secundários” (FUCHS, 1985, p. 132). Por fim, há o número 3, em que se assenta nossa perspectiva sobre a noção, na medida em que a paráfrase como reformulação se caracteriza no plano discursivo.

A autora divide a paráfrase como reformulação em três questões, das quais trataremos brevemente. “É nesta linha que se podem inscrever diversas abordagens da paráfrase conduzidas nas perspectivas enunciativas, discursivas e pragmáticas” (FUCHS, 1985, p. 134). Consoante ao seu estudo, em primeiro lugar, a reformulação parafrástica reside no plano da interpretação prévia do objeto em questão, emergindo a variação de tal interpretação das diferentes formas de *leitura*, das divergências que ocupam os saberes, advindas da própria ambiguidade constituinte dos conceitos e de suas relações.

A segunda questão remete a “identificar a significação do texto-fonte assim reconstruída àquela do novo texto (ele também interpretado pelo enunciador no momento mesmo em que ele o produz como paráfrase)” (FUCHS, 1985, p. 134). Essa identificação se dá de forma momentânea, em situação particular, na qual os sujeitos estabelecem limites semânticos que variam em sua *tolerância*. “A paráfrase oscila, assim, entre a reprodução pura e simples do conteúdo e a sua deformação” (FUCHS, 1985, p. 134). A autora conclui seu artigo expondo a questão da paráfrase de reformulação em seu emprego metalinguístico da linguagem: “(exemplo: X, quero dizer, Y; X e Y significam a mesma coisa; X, em outras palavras Y; ...). Alguns discursos atestam desta maneira cadeias de reformulações explícitas que podem ser objetos de uma análise linguística”. (FUCHS, 1985, p. 134)

De acordo com o exposto, o enunciado *fim dos tempos* tem seu campo semântico marcado pela paráfrase de reformulação, uma vez que é constituído por saberes religiosos e culturais que o legitimam enquanto enunciação no plano do dizível e caracterizam, dessa forma, o *universo das coisas-a-saber* com certo efeito de estabilidade da significação. Desse modo, é possível considerar que tal enunciado seja proferido numa escala advinda de crises diversas, na qual vozes distintas organizam o caos de sua relação com a língua e o preenchimento dessa lacuna, por meio da representatividade advinda de *fim dos tempos*. Tal significação intervalar, que aciona o fim de um ciclo, ou o reinício de uma Era, estratifica-se no campo da criticidade, compondo, assim, um ideário simbólico de suas famílias parafrásticas, concomitante com sua materialidade opaca e sinuosa em relação ao mundo e à história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo realizar um estudo sobre a espessura semântica do enunciado *fim dos tempos*. Para isso, analisamos repetições semânticas no funcionamento das relações de contradição e seus desdobramentos de memória, pelas designações e determinações, pela circulação de saberes em processos parafrásticos e polissêmicos, à medida que gestos de descrição e interpretação foram se entretecendo, mobilizando espaços onde se movimentam o equívoco, a desestabilização de sentidos.

O trabalho levanta pontos de convergência da problemática discursiva sobre sua exterioridade, trazendo, no plano epistemológico de análise, a concepção pecheutiana, que considera a ideologia incrustada na materialidade linguística. Desse modo, a disciplina à qual somos filiados representa um exercício de interpretação sobre o objeto, nesse caso, o enunciado *fim dos tempos*, que incita possíveis significações pelo viés histórico dos sentidos, da significação pelas condições de produção, sobre a plataforma de um sujeito opaco em sua essência.

A contradição marcada pelo enunciado é imanente, na medida em que constitui o próprio jogo do homem com as palavras. Porém, o discurso enquanto espelho que reflete e refrata a língua desloca sentidos formais e (re)significa nos espaços intervalares da estrutura, criando em *fim dos tempos* não só uma ideia simplista de finitude, de fim do mundo, como também uma opinião em presença de determinadas situações. O sujeito enuncia seu julgamento, seu conceito, expressando um *fim* pela palavra.

Em nossa leitura, o título do livro, configurado como *Vivendo no fim dos tempos*, apresenta e representa os tópicos que o constituem enquanto tomo crítico da situação contemporânea em diversas escalas de análise. Se o enunciado *fim dos tempos* precisa de determinação linguística, legitimação cultural e apocaliptismo histórico para fazer sentido, como pode ser atravessado, em sua espessura, senão pela esfera discursiva?

A representação apocalíptica de *fim* fez (e ainda faz) parte de um imaginário sobre rupturas: de ciclo de vida, religiosas, ideológicas, políticas e filosóficas. As SDs foram o norte para o desenvolvimento da pesquisa, elencadas em cinco recortes analisados. Por isso a dificuldade de formular um desfecho para um enunciado “sempre em aberto”, o que justifica nossa inquietação. Tratar do enunciado *fim dos tempos* representa inscrever-se numa língua como suporte do real da história e do sujeito.

Como afirmamos na introdução deste texto, as práticas sociais e as construções imaginárias estão subjacentes na relação língua-história. Em contato com o discurso sobre o

fim, chamavam-nos a atenção os diferentes funcionamentos para as mesmas formas e empregos, e nos perguntávamos acerca da importância da memória, da historicização dos sentidos, mais especificamente para espessura semântica de um enunciado. O que vimos, no estudo desse discurso, é que a semântica de *fim dos tempos* tem a determinação dos sentidos atravessados pelas crises, nos mais variados modos. Não há como quantificar, nem formalizar uma semântica para tal enunciado, justamente para não incorreremos naquilo que Pêcheux critica com relação à linguística tradicional.

Acreditamos, pois, que a abordagem materialista da linguagem não só dá conta das relações da língua com sua memória como também produz efeitos de evidência, de naturalização de sentidos. Sendo assim, não se podem ignorar os efeitos da ideologia, na medida em que se materializa pelas práticas sociais e intercede na relação do sujeito com o mundo, com o *fim dos tempos*. Ao se transformar em registro de uma memória, *fim dos tempos* carrega particularidades que se atualizam no tempo e espaço, de forma heterogênea, num efeito de subjetivação mediado pela estrutura linguística e pelas instituições sociais, responsáveis por um processo de individualização, de identificação, por meio das formações discursivas.

Em se tratando das análises, a própria seleção das SDs, em nosso percurso de leitura e compreensão do *corpus*, configura nossa intenção em construir, a partir de nossa filiação com a AD, um campo de saberes apocalípticos que se entrelaçam na representação de crises distintas no interior de uma obra e que se relacionam com a exterioridade material do texto. Tal conjunto se transfigura, em nossa composição discursiva de *fim dos tempos*, e se divide de acordo com nossos pressupostos teóricos.

A tese althusseriana, que implica leitura por meio das relações de reprodução das condições de produção, fundamentada na superestrutura e infraestrutura, sinaliza uma base *comum* de compreensão do cenário social. Desse modo, alguns quadros ilustrativos foram criados, com o intuito de esclarecer nossa divisão temática, para instaurar certa exemplificação de categorias do materialismo histórico. Sendo assim, temos essa matriz material para concebermos o funcionamento de um enunciado por meio da reflexão pecheutiana do objeto discursivo. Essa interface epistemológica nos garante o desenvolvimento da disciplina em seu exercício de leitura, do qual fazemos parte enquanto analistas pela seleção dos recortes e de seus entrelaçamentos.

Podemos considerar que a FDS funciona, na sequência discursiva de referência, juntamente com a concepção apocalíptica de realidade, a partir do sistema capitalista, e que o *fim dos tempos* funciona como significação crítica, ao fazer repensar o mundo por uma

espécie de simulação. Além disso, não se trata de uma simples definição do que *é* socialista, ou do que parte do apocaliptismo, mas de evidenciar, junto à materialidade textual, o discurso enquanto fio condutor do pensamento, da história e das práticas sociais. Portanto, não podemos entender a realidade termo-a-termo (ORLANDI, 1998), e sim a partir de uma construção de seu histórico, de seu percurso enquanto significação.

Por meio disso é que podemos ler o enunciado *fim dos tempos* e seu funcionamento no decorrer da obra de Žižek (e fora dela), a partir de algumas perspectivas de interpretação. A pesquisa assenta-se justamente nesse movimento que se transfigura num plano discursivo de compreensão da linguagem. Se há uma intencionalidade de remeter-se ao ideário apocalíptico para fazer dele uma plataforma de indagação, há, também, o inverso, que inscreve os textos e as argumentações em direção ao *fim dos tempos*. Nessa relação contínua, alguns discursos podem ser identificados por meio de sua historicidade, tanto no trabalho de interpretação da AD e de sua teorização, quanto no âmbito filosófico de uma semântica aprofundada e enraizada em suas condições de produção.

Enfim, nosso objetivo estende-se à concepção crítica de que a AD faz parte, seja no âmbito linguístico, histórico ou filosófico, em seu percurso de entremeio, que desafia a língua em sua interpretação intervalar de desconstrução, de elucidação do assujeitamento pela palavra, como disciplina do eco histórico imbricado em nossa linguagem. Do simbólico ao ideológico, os deslocamentos que se inscrevem em nossa leitura são o resultado de formulações flutuantes que compõem o interdiscurso, dispositivo determinante na especulação do objeto discursivo, que historiciza os espaços da memória e determina nossos dizeres. Desse modo, a abordagem de *fim dos tempos* e suas relações com o *mundo* caracterizam um enunciado poderoso, que, em sua *abertura*, além de evocar o efeito de catástrofe, encerra e inicia diversas concepções históricas e sociais sob um prisma de criticidade cíclica, capaz de influenciar a indignação dos apocalípticos e instigar a discussão dos conformados sobre vozes só ouvidas pela enunciação do fim.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (Notas para uma investigação). In: ŽIŽEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p. 105-142.
- _____. *Sobre a reprodução*. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ANDERSON, Perry. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- BECK, Maurício. *Um outro mundo é possível? Do fim da história a outros sentidos possíveis*. 2005. Dissertação (Mestrado) – UFSM, Santa Maria, 2005.
- CAZARIN, E. A leitura: uma prática discursiva. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 6, n. 2, p. 299-313, maio/ago. 2006.
- COHN, Norman. *Cosmos, caos e o mundo que virá: as origens das crenças no Apocalipse*. São Paulo: Schwarcz, 2011.
- COURTINE, J.-J. (1981). *Análise do discurso político: discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- FOUCAULT, Michel (1969). *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- FUCHS, Catherine. A paráfrase linguística – equivalência, sinonímia ou reformulação? Trad. de João Wanderley Giraldi. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 8, p. 129-134, 1985.
- FUCHS, Catherine; PÊCHEUX, Michel. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 159-250.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas: RG Editora, 2010.
- GASPARINI, Edmundo. Pêcheux com Žižek: considerações sobre a relação entre linguagem e ideologia. In: MARIANI Bethania; ROMÃO Lúcia M. S.; MEDEIROS Vanise (Orgs.). *Dois campos em (des)enlaces: discurso em Pêcheux e Lacan*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 109-115.
- GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: RG Editora, 2008.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: Editora da UnB, 1995.

HENRY, Paul. A história não existe? In: ORLANDI, Eni (Org.). *Gestos de leitura: na história do discurso*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010a. p. 61-98.

_____. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux* 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010b. p. 59-158.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. O sujeito e as feridas narcísicas dos linguistas. *Gragoatá*, Niterói, n. 5, p. 111-120, 2. sem. 1998a.

_____. A prática discursiva da leitura. In: ORLANDI, Eni (Org.). *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1998b. p. 189-200.

_____. A fragmentação do sujeito em Análise do Discurso. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (Orgs.). *Discurso, memória e identidade*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2000. p. 70-81.

KAFKA, Franz. *A colônia penal*. São Paulo: Livr. Exposição do Livro, 1965.

LEAL, Carlos, E. O amor e a angústia segundo GH: Clarice e a psicanálise. In: MARIANI Bethania; ROMÃO Lúcia M. S.; MEDEIROS Vanise (Orgs.). *Dois campos em (des)enlaces: discurso em Pêcheux e Lacan*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 77-91.

MALDIDIER, D.; NORMAND, C. I.; ROBIN, R. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, Eni (Org.). *Gestos de leitura: na história do discurso*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 61-98.

MAZIÉRE, Francine. *A Análise do Discurso: histórias e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Brasiliense, 1983.

_____. Discurso, imaginário social e conhecimento. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre et al. (Orgs.). *Papel da memória*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2010. p. 59-67.

_____. *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni; LAGAZZI, Suzy (Orgs.). *Discurso e textualidade: Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. de Jose Horta Nunes. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

_____. Sobre a (des-)construção das teorias lingüísticas. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, Campinas: Pontes, n. 2, p. 7-31, jul./dez. 1998.

_____. (1975). *Semântica e discurso*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

_____. *O papel da memória*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2010a.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010b. p. 59-158.

_____. *Análise de Discurso: textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2012a.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012b.

SCHONS, Carme R. “Adoráveis” revolucionários. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

SOUSA, Dias. O que é um acontecimento? In: _____. *Lógica do acontecimento: Deleuze e a Filosofia*. Porto: Edições Afrontamento, 1995. p. 89-112.

ZANDWAIS, Ana; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. *Leituras do político*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

_____. *Perspectivas da Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada de percurso*. Santa Maria: PPGL/UFSM, 2009.

ŽIŽEK, Slavoj. *Arriscar o impossível: conversas com Žižek*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Um mapa da ideologia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contratempo, 2010.

_____. *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2012.